

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E
REGIONAL

AMANDA MARQUES GOMES

**“A CAVALO DADO NÃO SE OLHA OS DENTE”: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
MINHA CASA, MEU MARANHÃO E DE COMO OCAMPONÊS SE APROPRIA DA
NOVA MORADIA EM PEQUIZEIRO, BELÁGUA**

São Luís
2020

AMANDA MARQUES GOMES

**“A CAVALO DADO NÃO SE OLHA OS DENTE”: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
MINHA CASA, MEU MARANHÃO E DE COMO O CAMPONÊS SE APROPRIA DA
NOVA MORADIA EM PEQUIZEIRO, BELÁGUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Linha de Pesquisa: Estado, Trabalho e Globalização.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett.

São Luís
2020

Gomes, Amanda Marques.

“A cavalo dado não se olha os dente”: uma análise do Programa Minha Casa, Meu Maranhão e de como o camponês se apropria da nova moradia em Pequizeiro, Belágua / Amanda Marques Gomes. – São Luís, 2020.

188 f

Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett.

1.Camponês. 2.Habitação rural. 3.Programa Minha Casa, Meu Maranhão. I.Título

CDU: 911.37:316.334.55(812.1)

AMANDA MARQUES GOMES

**“A CAVALO DADO NÃO SE OLHA OS DENTE”: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
MINHA CASA, MEU MARANHÃO E DE COMO O CAMPONÊS SE APROPRIA DA
NOVA MORADIA EM PEQUIZEIRO, BELÁGUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett
(Orientador)

Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos

Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira

AGRADECIMENTOS

Nada mais justo do que iniciar agradecendo aos meus pais, Pedro e Alexandra, que dedicaram grande parte de suas vidas a minha formação. Sem o apoio, carinho e suporte deles, nem uma linha deste trabalho poderia ter sido escrita. Rendendo-me aos clichês, posso afirmar que são meu porto seguro e meus espelhos.

Agradeço ao professor Frederico Burnett, pela oportunidade de participar da pesquisa que originou esta dissertação, e que com maestria e paciência tem me acompanhado desde a graduação, fazendo jus ao termo orientador, pois mais do que simplesmente conduzir ao caminho correto, ele instiga o aluno a, de forma independente, encontrar a via certa. É, sem dúvida, um profissional modelo, de grande importância para minha formação, como exemplo a ser seguido.

Agradeço aos meus amigos que se envolveram diretamente na pesquisa: a Larissa, agradeço por tornar essa jornada mais agradável; com seu bom humor característico, não mediu esforços para me ajudar e se fez presente em todo o processo, dividindo pensamentos e muitos lanches. Sou extremamente grata por essa amizade/sociedade. Ao meu amigo Rodrigo, agradeço imensamente a recepção em sua casa, além da disponibilidade e da boa vontade para me acompanhar nas pesquisas de campo, trabalho árduo que se tornou mais agradável com sua companhia.

A Clara, Nubiane, Aldrey e Andrea, colegas de pesquisa que contribuíram para elaboração de boa parte dos dados presentes nesta pesquisa.

A FAPEMA, pelo auxílio financeiro, imprescindível para que eu pudesse me dedicar exclusivamente à pesquisa.

Aos moradores de Pequizeiro, os quais sem a cooperação não seria possível realizar este trabalho. Em especial, agradeço ao José Raimundo, que se disponibilizou para me acompanhar nas pesquisas de campo e sempre de forma solícita.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o processo de pós-ocupação das casas do Programa Minha Casa, Meu Maranhão em Pequizeiro (PMCM), Belágua, verificando como o camponês tem se apropriado da nova moradia. Foi realizada uma fundamentação teórica a partir de alguns dos principais conceitos que dizem respeito ao rural, buscou-se entender a trajetória do campesinato no Estado, como o camponês vive tradicionalmente e como tem habitado os diversos territórios do país, identificando padrões característicos da habitação camponesa presentes também em Pequizeiro. Juntamente a essas conceituações, foi realizado levantamento de dados de parte das famílias participantes do programa no povoado, por intermédio de uma amostra de sete núcleos familiares escolhidos de forma aleatória. Foi investigado o modo de viver e de morar dessas pessoas, tornando possível a avaliação do PMCM e o processo de apropriação da nova casa, percebendo a (in) compatibilidade da habitação com o modo de vida campesino da região. Ao analisar o programa, buscou-se perceber como foi aplicado no povoado desde o início, verificando o trabalho dos técnicos envolvidos no processo, como o camponês foi inserido no desenvolvimento do programa – se participou ativamente ou foi mero espectador das ações que profissionais pouco conhecedores da realidade rural realizaram. Buscou-se, ao final da pesquisa, analisar como o camponês de Pequizeiro tem se apropriado da nova casa, e se isso se deu de maneira positiva ou negativa para o beneficiário. Uma vez compreendido o modo de morar rural e a necessidade dos beneficiários, foi percebido que o modelo de casa ofertado pelo programa pouco tem a ver com a vida do camponês de Pequizeiro. Ademais, em razão da ausência de voz do camponês no processo de elaboração e execução do projeto, além do distanciamento e desconhecimento dos projetistas em relação à realidade rural de Pequizeiro e dos beneficiários do programa, são encontradas grandes alterações em algumas casas entregues, enquanto em outras foram percebidas modificações mais simples, feitas de acordo com os recursos financeiros e com a necessidade particular de cada núcleo familiar, na busca pela apropriação da nova moradia.

Palavras-chave: Camponês; Habitação rural; Programa Minha Casa, Meu Maranhão.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the post-occupation process of the houses from "Minha Casa, Meu Maranhão" Program, in Pequizeiro, Belágua, verifying how the peasant is appropriating the new housing. A theoretical foundation was carried out based on the main conceptions which concern the rural, it was sought to understand the peasantry trajectory in the state, how the peasant traditionally lives, how it has inhabited many country territories, identifying characteristics patterns of the peasant housing, also present in Pequizeiro. Along with these concepts, it was made a survey of part of the families participating in the program in the village, through a sample of seven family nuclei, chosen randomly. Were investigated the lifestyle and the living of these people, making the assessment of PMCMM possible, the process of appropriation to the new house, noticing (in)compatibility of the housing with the peasant lifestyle in the region. When analyzing the program, it was sought to understand how the peasant was applied in the village from the beginning, verifying the work of technicians involved in the process, how the hayseed was inserted in the development of the program, wether he or she participated actively or was merely a spectator of actions performed by professionals who have little knowledge of rural reality. At the end of the research, it was analyzed how the Pequizeiro's peasant is appropriating the new housing, and wether it happened in a positive or negative way for the beneficiary. Once known the rural way of living and the beneficiary's needs, it was realized that the house model offered by the program has little to do with the peasant's life from Pequizeiro. For not having voice in the elaboration and execution process of the project, besides the designers' distancing and ignorance in relation of the rural reality of Pequizeiro, major changes were found in some houses delivered, and in others, simpler modifications, made according to the financial resources and to the particular need of each family nuclei, seeking to appropriate the new housing.

Keywords: Peasant; Rural housing; Minha Casa, Meu Maranhão Program.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APO – Análise Pós-Ocupação

FJP – Fundação João Pinheiro

CEMAR – Companhia Energética do Maranhão

FUMACOP – Fundo Maranhense de Combate à Pobreza

GEPLAN – Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LATESE – Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos

ONU – Organização das Nações Unidas

PMcMM – Programa Minha Casa, Meu Maranhão

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTE – Projeto Técnico de Engenharia

PTS – Projeto Técnico Social

SECID – Secretaria de Estado das Cidades e de Desenvolvimento Urbano

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Microrregião de Chapadinha.....	43
Figura 2 – Mapa do município de Belágua, indicando o povoado Pequizeiro.....	44
Figura 3 – Mancha de ocupação do povoado Pequizeiro.....	46
Figura 4 – Mapa de Pequizeiro construído com auxílio de VANT.....	0
Figura 5 – Queimada da roça de toco.....	49
Figura 6 – Mapa dos principais equipamentos coletivos em Pequizeiro.....	0
Figura 7 – Construção do sistema de abastecimento simplificado de água.....	52
Figura 8 – Água avermelhada coletada de poço artesiano através de bomba manual.....	52
Figura 9 – Bomba manual de poço artesiano local.....	52
Figura 10 – Croqui do povoado Pequizeiro.....	54
Figura 11 – Produção doméstica de abacaxi no terreno de J.R.N.....	61
Figura 12 – Variedade de espécies vegetais presentes no terreno de J.R.N.....	61
Figura 13 – Plantação de quiabo.....	63
Figura 14 – Plantação de milho.....	63
Figura 15 – Jogo de futebol feminino.....	65
Figura 16 – Time de futebol feminino.....	65
Figura 17 – Localização das casas da amostra junto com fachadas.....	0
Figura 18 – Casa de taipa, de O.F.....	68
Figura 19 – Casa de tijolos de adobe, de L.R.....	68
Figura 20 – Piso cimentado.....	69
Figura 21 – Piso de terra batida.....	69
Figura 22 – Cobertura híbrida, utilizando telhas cerâmicas e troncos de madeira.....	70
Figura 23 – Cobertura de palha, utilizando troncos de madeira junto a folhas de Buriti.....	70
Figura 24 – Esquadria em tecido.....	71
Figura 25 – Porta feita de tábuas de madeira.....	71
Figura 26 – Planta baixa das casas selecionadas para amostra.....	72
Figura 27 – Sala de uma das casas da amostra.....	75
Figura 28 – Sala de um dos beneficiários.....	75
Figura 29 – Quarto sem mobiliário para guarda de pertences.....	75
Figura 30 – Quarto dotado de mobiliário para guarda de pertences.....	75
Figura 31 – Cozinha de um dos beneficiários.....	76
Figura 32 – Cozinha de um dos moradores.....	76

Figura 33 – Fogão de barro localizado em área externa da casa	77
Figura 34 – Cozinha com fogão de barro locado em área interna da casa	77
Figura 35 – Fogão a lenha localizado em área externa, na meia-água	78
Figura 36 – Meia-água com função de cozinha, localizada na parte externa	78
Figura 37 – Terreno da moradia camponesa	79
Figura 38 – Jirau para lavagem de louça	80
Figura 39 – Sentina de adobe e palha	80
Figura 40 – Casa de banho em alvenaria	80
Figura 41 –Canteiro, também chamado de horta.....	80
Figura 42 – Preparo de mandioca na casa de farinha	81
Figura 43 – Planta baixa da casa de J.R e imagens de alguns cômodos.....	84
Figura 44 – Planta baixa da casa de A.J.N e L.R e imagem de alguns cômodos	87
Figura 45 – Planta baixa da casa de O.F e J.R.S e imagem de alguns cômodos	91
Figura 46 – Planta baixa da casa de M.J.N e J.A e imagem de alguns cômodos	94
Figura 47 – Planta baixa da casa de R.S e J.V e imagem de alguns cômodos	97
Figura 48 – Planta baixa da casa de M.J.S e T.S e imagem de alguns cômodos	100
Figura 49 – Planta baixa da casa de J.A.N e T.S e imagem de alguns cômodos	103
Figura 50 – Os 30 municípios maranhenses de menor IDH.....	113
Figura 51 – Faixas do desenvolvimento humano municipal	114
Figura 52 – Planta baixa da casa do PMCMM.....	118
Figura 53 – Fachada com especificações dos materiais modelo do PMCMM.....	118
Figura 54 – Reunião da equipe do PTS da SECID em Pequizeiro.....	123
Figura 55 – Aplicação, por técnicos da SECID, dos questionários aos beneficiários.....	123
Figura 56 – Casa de J.R.N, em fase de demolição	133
Figura 57 – Abrigo provisório de J.R.N	134
Figura 58 – Abrigo provisório de L.R	134
Figura 59 – Nova casa de M.A.V	135
Figura 60 – Nova casa de J.R.S e O.F	135
Figura 61 – Nova casa de A.A ao lado da antiga casa de adobe, que veio a ruir	138
Figura 62 – Casa de M.J.S ao lado de estrutura de madeira da antiga casa	138
Figura 63 – Banheiro de A.R utilizado como depósito	140
Figura 64 – Banheiro de O.F utilizado como depósito.....	140
Figura 65 – Cozinha adaptada a sala de estar, usada como extensão	141
Figura 66 – Cozinha com mobiliário previsto para sala de estar	141

Figura 67 – Instalação elétrica ausente.....	143
Figura 68 – Instalação elétrica improvisada	143
Figura 69 – Banheiro sem revestimento e louças	143
Figura 70 – Cozinha sem instalações hidráulicas e louças	143
Figura 71 – Detalhe da calçada em estado de deterioração	146
Figura 72 – Calçada apresentando sinais de má execução	146
Figura 73 – Reforma realizada por J.R (ampliação em tijolo aparente).....	147
Figura 74 – Reforma realizada por M.J.N, vista em tijolo aparente e de porta de madeira ...	147
Figura 75 – Meia-água da casa de A.A	147
Figura 76 – Meia-água na casa de J.A.N e T.S	147
Figura 77 – Planta baixa da nova casa de J.R.N e A.C.B.....	150
Figura 78 – Terreno de J.R.N com localização da casa e anexos.....	150
Figura 79 – Reforma realizada na casa de J.R.N e A.C.B.....	151
Figura 80 – Fachada da casa de J.R.N e A.C.B após reforma.....	151
Figura 81 – Terraço dos fundos da casa de J.R.N	152
Figura 82 – Sala da casa de J.R.NFonte: Autora, 2019	152
Figura 83 – Quarto dos filhos de J.R.N e A.C.B	152
Figura 84 – Quarto das filhas de J.R.N e A.C.B.....	152
Figura 85 – Planta baixa da nova casa de A.J.N e L.R.....	153
Figura 86 – Terreno de A.J.N com localização da casa e anexos.....	153
Figura 87 – Quarto dos filhos de A.J.N e L.R.....	154
Figura 88 – Quarto de A.J.N e L.R.....	154
Figura 89 – Sala e cozinha da casa de A.J.N com mobiliário pouco compatível.....	155
Figura 90 – Anexo da casa de A.J.N: cozinha de apoio	155
Figura 91 – Planta baixa da nova casa de O.F e J.R.V	156
Figura 92 – Terreno de O.F e J.R.V com localização da casa e anexos	156
Figura 93 – Rancho anexo à casa de O.F e J.R.V	157
Figura 94 – Casa do PMCMM e rancho construído pelos moradores.....	157
Figura 95 – Sala e cozinha da casa de O.F e J.R.V	157
Figura 96 – Planta baixa da nova casa de M.N	158
Figura 97 – Terreno de M.N com localização da casa	158
Figura 98 – Quarto na casa de M.N.....	159
Figura 99 – Quarto usado como escritório	159
Figura 100 – Fachada da casa de M.N	160

Figura 101 – Cozinha da casa de M.N	160
Figura 102 – Banheiro da casa de M.N	160
Figura 103 – Planta baixa da nova casa de R.S e J.V.N	161
Figura 104 – Terreno de R.S e J.V.N, com localização da casa nova e antiga	161
Figura 105 – Fachada da casa de R.S e J.V.N	163
Figura 106 – Mobiliários da sala de R.S e J.V.N	163
Figura 107 – Casa do PMCMM à esquerda e antiga casa à direita	163
Figura 108 – Quarto do filho e nora de R.S e J.V.N	164
Figura 109 – Quarto de uso do outro filho na casa de R.S e J.V.N	164
Figura 110 – Cozinha da casa de R.S e J.V.N	164
Figura 111 – Banheiro parcialmente utilizado na casa de R.S e J.V.N	164
Figura 112 – Planta baixa da nova casa de M.J.S e T.S	165
Figura 113 – Terreno de M.J.S e T.S	165
Figura 114 – Fachada da casa de M.J.S e T.S	166
Figura 115 – Chiqueiro do terreno de M.J.S e T.S	166
Figura 116 – Mobiliário da sala e cozinha	166
Figura 117 – Mobiliário de um dos quartos	166
Figura 118 – Mobiliário do quarto usado pela família de M.J.S e T.S	167
Figura 119 – Segundo quarto com menor uso na casa de M.J.S e T.S	167
Figura 120 – Planta baixa da nova casa de J.A.N e T.S	168
Figura 121 – Terreno de J.A.N e T.S	168
Figura 122 – Fachada da casa de J.A.N e T.S	169
Figura 123 – Meia-água da casa de J.A.N e T.S	169
Figura 124 – Cozinha/sala da casa de J.A.N e T.S	169
Figura 125 – Quarto de J.A.N e T.S	169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pirâmide etária de Pequiizeiro.....	55
Gráfico 2 – Alfabetização por sexo	57
Gráfico 3 – Renda do responsável pela família.....	60
Gráfico 4 – Área construída das moradias.....	73
Gráfico 5 – Composição inicial das famílias da amostra	106
Gráfico 6 – Unidades Entregues PMCMV - MA (2009-2016)	111
Gráfico 7 – Nova composição familiar da amostra	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Povoados selecionados para participar do PMCMM em Belágua.....	45
Tabela 2 – Percentual de residentes de Pequizeiro alfabetizados.....	56
Tabela 3 – Anexos e equipamentos presentes nos quintais das casas (referentes a 2016).....	81
Tabela 4 – Síntese dos dados sobre a família de J.R e A.C.....	86
Tabela 5 – Síntese dos dados sobre a família de A.J.N e L.R.....	89
Tabela 6 – Síntese dos dados sobre a família de O. F e J.R.S.....	92
Tabela 7 – Síntese dos dados sobre a família de M.J.N e J.A.O.....	95
Tabela 8 – Síntese dos dados sobre a família de R.S e J.V.S.....	98
Tabela 9 – Síntese dos dados sobre a família de M.J.S e T.S.....	101
Tabela 10 – Síntese dos dados sobre a família de J.A.N e T.S.....	104
Tabela 11 – Brasil e Maranhão: definição e peso dos componentes no déficit habitacional .	109
Tabela 12 – Maranhão e Mesorregiões: percentuais por material de construção das moradias	109
Tabela 13 – HIS FUMACOP, 2006-2011, unidades contratadas, concluídas, canceladas e em obras	110
Tabela 14 – PNHR: Comparativo de metas/realizado até o 2º semestre de 2013	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 ELEMENTOS DO CAMPESINATO: O CAMPONÊS E SUA CASA	27
1.1 Campesinato no Maranhão	27
1.2 Sujeitos do campesinato.....	29
1.3 Caracterização da moradia camponesa	33
1.3.1 Amazônia e Meio Norte.....	36
1.3.2 Nordeste	37
1.3.3 Região Leste	38
1.3.4 Região Paulista e Sul	38
1.4 Retrato da casa camponesa brasileira	39
2 PEQUIZEIRO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA, SOCIAL E HABITACIONAL	41
2.1 Caracterização do município de Belágua.....	41
2.2 O povoado PequiZeiro.....	45
2.2.1 Limites e características físicas	46
2.2.2 Infraestrutura e equipamentos coletivos	48
2.2.3 História do povoado.....	53
2.2.4. População.....	55
2.2.5 Organização política	57
2.2.6 Produção e renda.....	59
2.2.7 Sociabilidade.....	64
2.3 Amostra familiar: perfil socioeconômico e produção habitacional	65
2.3.1 Análise das casas da amostra	66
2.3.1.1 <i>Fundação e alvenaria</i>	68
2.3.1.2 <i>Piso</i>	68
2.3.1.3 <i>Cobertura</i>	69
2.3.1.4 <i>Esquadrias</i>	70
2.3.2 Organização espacial da casa: localização e função dos cômodos	71
2.3.3 Projeto e construção das moradias	73
2.3.4 Uso da moradia e do lote	74
2.3.4.1 <i>Sala e quarto</i>	74
2.3.4.2 <i>Cozinha e quintal</i>	75
2.3.5 Perfil das famílias da amostra	82
2.3.6 Descrição dos casos	82

2.3.7 Análise dos dados	106
3 O PROGRAMA MINHA CASA, MEU MARANHÃO EM PEQUIZEIRO, BELÁGUA	108
3.1 A produção estatal de habitação rural no Maranhão.....	108
3.2 O Plano Mais IDH	111
3.3 O Programa Minha Casa, Meu Maranhão	115
3.3.1 Produção habitacional do Programa Minha Casa, Meu Maranhão em Pequi- zeiro	121
3.3.2 Acompanhamento do Programa Minha Casa, Meu Maranhão em Pequi- zeiro..	122
3.3.3 Realização do Projeto Técnico Social e do Projeto Técnico de Engenharia	124
4 ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DA NOVA CASA: ESTUDO PÓS-OCUPAÇÃO ..	128
4.1 O Programa Minha Casa, Meu Maranhão pelo olhar do beneficiário	129
4.2 O novo retrato das famílias beneficiadas	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICE	182

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, a partir de um esforço teórico e conceitual, são apresentadas conclusões do estudo exploratório realizado sobre o modo de apropriação, organização do espaço doméstico e dos espaços envolventes que constituem a moradia rural, assim como a análise de sete famílias em face à aplicação do PMCMM em Pequizeiro, campo empírico desta pesquisa, situado no município de Belágua, estado do Maranhão. Buscou-se entender como as famílias se organizam na moradia rural, a partir de uma leitura comparativa dos espaços de sua moradia anterior e posterior ao PMCMM, percebendo como aconteceu o processo de apropriação da nova casa.

Em geral, nos cursos de arquitetura costumamos nos debruçar sobre o urbano, sobre as cidades e tudo o que está no limite de seus perímetros, pois os holofotes do planejamento, das políticas públicas e das pesquisas acabam focando na urbe, deixando o rural às escuras. Dentro do que pode ser entendido como rural e face ao injusto modo pelo qual a atividade agrícola se estruturou no país, dominada por grandes empreendimentos fundiários, encontra-se o campesinato¹, composto principalmente por ocupantes informais de terras devolutas.

O camponês, desde suas origens, tem se reproduzido a partir da criação de espaços para uma agricultura de base comunitária e familiar. Carente de ações de assistência e amparo por parte do Estado – até pouco tempo voltadas exclusivamente para a urbe –, o camponês assimila às suas características, também, a autonomia, no que diz respeito principalmente a produção alimentar e habitacional. A moradia camponesa, marcada por uma intrínseca ligação com a natureza e com o entorno no qual é construída, ultrapassa as paredes das casas e estende o habitar aos quintais, sendo uma das mais importantes representações desse singular modo de vida que se traduz de maneira única.

Em razão de sua resistência e luta, o rural – representado aqui pelo campesinato – no decorrer dos anos, vem ganhando reconhecimento e legitimidade, fazendo com que os holofotes anteriormente voltados exclusivamente para a urbe venham, aos poucos, sendo partilhados para alumiar também o segmento do rural que mais precisa: o campesinato. Diante desse lento reconhecimento, iniciam-se levantamentos e ações que irão marcar profundamente o campesinato maranhense. O Maranhão se destaca por ser um estado com grande expressividade rural, pois 36,9% de sua população residente, de acordo com o último Censo

¹ Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos são encontrados no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (WANDERLEY, 2014)

(2010), vive no campo, sendo a unidade federativa mais rural do Brasil. Porém, segundo os últimos indicadores de educação, saúde e renda, divulgados pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), a maior parte dessa população vive em situação de vulnerabilidade econômica e social: dos 217 municípios do Estado, 140 estão com índices abaixo da média nacional (IMESC, 2015). Não obstante, o Maranhão possui também o maior déficit habitacional relativo em área rural do país, estimado em 222.325 unidades (FJP, 2016).

A difícil situação do campesinato maranhense é, segundo Mesquita (2006), reflexo do acesso e distribuição da terra, feito de forma extremamente desigual. Tal característica ainda é observada no estado, que até hoje enfrenta sérios conflitos por terra. Diante dessa conjuntura de destaque negativo em relação a indicadores socioeconômicos do Maranhão, o governador Flávio Dino, com objetivo de reverter esse cenário, lançou em 2015 o Plano de Ações Mais IDH, com intuito de combater a pobreza. Consiste em um programa de caráter piloto que inicialmente pretende melhorar os índices sociais dos 30 municípios com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais baixo no Maranhão, por meio de medidas nas áreas da saúde, educação, habitação, saneamento básico e assistência social.

O PMCMM é um dos projetos que constituem o Plano Mais IDH; consiste na produção de habitações nas zonas rurais dos 30 municípios inicialmente selecionados. Sua análise se torna relevante, pois permite a identificação de erros, tanto no projeto quanto na execução deste, que posteriormente devem ser corrigidos para o total sucesso do programa, obtido mediante satisfação dos beneficiários, respeitando seu singular modo de morar, além de suas relações sociais e de trabalho.

Assim, esta dissertação tem como objetivo analisar a aplicação do PMCMM, tomando como recorte espacial o povoado de Pequiizeiro, avaliando a organização do espaço da moradia rural, assim como o processo de pós-ocupação das casas oferecidas pelo programa, verificando a apropriação do camponês à nova casa, além do seu nível de satisfação com o empreendimento. Essa análise foi feita a partir do entendimento das características que compõem o morador e sua moradia tradicional camponesa, buscando compreender como esses personagens – morador e moradia–dialogam no cenário rural.

➤ Perguntas e objetivos da pesquisa

Assim, de acordo com a finalidade apresentada, alguns questionamentos são levantados. Com base em referencial teórico, dados e análises obtidos a partir da pesquisa de

campo, há uma tentativa de responder essas questões levantadas. Esses questionamentos, vale ressaltar, norteiam o desenvolvimento de cada capítulo e se configuram na forma de objetivos específicos. São estes:

1. Quem são os camponeses e quais suas principais formas de habitação?
2. Qual a situação socioeconômica e habitacional do camponês de Pequizeiro?
3. Quais os objetivos e procedimentos do Programa Minha Casa, Meu Maranhão?
4. Como o camponês de Pequizeiro tem se apropriado da nova moradia?

A investigação de tais questionamentos se dá de modo a construir um repertório que faça com que o leitor entenda, mesmo que sinteticamente, questões fundamentais como o conceito de habitação camponesa e de camponês. Tais questões orbitam o objetivo central da presente pesquisa e são essenciais para o entendimento desse objetivo por meio da interpretação aqui realizada.

Diante dessas indagações, o objetivo central desta pesquisa se constitui em: Avaliar o processo de pós-ocupação das casas do Programa Minha Casa, Meu Maranhão em Pequizeiro, Belágua, verificando como o camponês tem se apropriado da nova moradia.

Para o entendimento de tais questões, foram aprofundados conhecimentos sobre espaço rural maranhense, campesinato no estado, modo de vida, trabalho e sociabilidade dos que nele vivem, compreendendo a dinâmica da moradia tradicional, para assim conseguir assimilar o processo de apropriação da nova casa.

Buscou-se compreender a compatibilidade entre o modo de vida tradicional camponês e o produto pelo governo entregue, como os dois conversam entre si e como isso tem se expressado nas reformas realizadas pelos beneficiários e no processo de apropriação. Para tal, foi acompanhado e analisado o processo de ocupação das novas casas, onde, de maneira sensível, tentou-se perceber se as novas moradias trouxeram uma real melhoria das condições de vida e de bem-estar dessas famílias.

➤ **Percursos da pesquisa**

A presente pesquisa assume caráter qualitativo e, em partes, assume também a forma de estudo de caso. Esse tipo de pesquisa caracteriza-se por procurar significados, interpretações, sujeitos e suas histórias. Martinelli (1999) enfatiza a importância do contato direto com o sujeito da pesquisa; considera que, se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas. Assim, tornou-se fundamental na pesquisa qualitativa, o contato entre pesquisador e sujeito, para que as informações pudessem ganhar vida.

Para além de análise e avaliação subjetiva do pesquisador, em pesquisas qualitativas como esta, é fundamental perceber como os próprios beneficiários avaliam todo o procedimento de mudança de habitação ao qual foram submetidos, isto é, se a experiência foi satisfatória ou não para eles, quais os aspectos positivos e negativos e que impactos essa mudança gerou em suas vivências.

Na busca para realizar tal análise, dentre as 50 famílias que foram contempladas pelo PMCMM no povoado de Pequizeiro, foram selecionados inicialmente, e de forma aleatória, 14 núcleos familiares, número definido de acordo com o tempo determinado para o trabalho de campo. Entretanto, no decorrer da pesquisa essa amostra diminuiu para 7 famílias, devido à ausência de algumas durante as visitas de campo, impossibilitando o acompanhamento de todas as etapas do programa. Além disso, para um resultado satisfatório, em que cada família foi acompanhada pessoalmente durante a execução do programa, o número de entrevistados não poderia ser elevado.

A presente pesquisa não pretende fazer generalizações, mas sim uma análise em profundidade desses casos selecionados. Optou-se, então, por entrevistar o responsável por cada família; na sua ausência, ao cônjuge ou descendentes diretos. As entrevistas realizadas foram transcritas para papel, a fim de serem alvo de análise mais detalhada. Contudo, embora a transcrição tenha sido cuidadosa, perde-se sempre alguma graciosidade e gestos ilustrativos que acompanham e complementam a comunicação verbal. Foram inúmeras entrevistas, aplicadas durante todo o processo de acompanhamento do PMCMM.

Os roteiros que orientaram todas elas estão presentes no apêndice desta dissertação. Importante também destacar que entrevistas foram aplicadas não somente com os moradores que constituíram a amostra, sendo também realizadas com outros habitantes – mesmo que não selecionados pelo programa ou apenas não fazendo parte da amostra – e com alguns profissionais envolvidos no processo, a fim de obter informações de diferentes pontos de vista.

O trabalho de campo se deu em oito visitas ao povoado Pequizeiro, que aconteceram entre setembro de 2015 e novembro de 2019. Durante esse período, foi possível acompanhar a realização do PMCMM no povoado, onde buscou-se apreender também questões fundamentais como o modo de morar do camponês em Pequizeiro, sua cultura, hábitos, sociabilidade, entre outras questões que foram levantadas com intuito de realizar um estudo sobre o processo de apropriação do camponês à nova moradia.

Esta dissertação foi desenvolvida a partir da pesquisa “O plano mais IDH e a produção habitacional: contribuições para melhoria das condições de vida e trabalho na área

rural dos municípios de Belágua e Cajari, Maranhão”, executada pelo IMESC em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), coordenada pelo Prof. Dr. Carlos Frederico Burnett, que contou com o auxílio de sua equipe de pesquisa, da qual fez parte a autora deste trabalho.

A partir de um olhar técnico e imparcial, o objetivo da pesquisa referenciada foi de analisar e acompanhar o desenvolvimento do PMCMM em dois dos trinta municípios de menor IDH do Maranhão, Belágua e Cajari à luz da observação e compreensão da produção, sociabilidade e espaço no meio rural, buscando entender as atividades produtivas, a organização social e as formas de convívio e moradia nesses municípios, além de propor indicadores de desempenho e avaliação do programa.

A participação na pesquisa citada fez surgir inquietações em relação à política habitacional aplicada por meio do PMCMM no interior pelo governo estadual. Então, a partir de tais inquietações, esta pesquisa tem como objetivo tentar esclarecer os questionamentos levantados. A pesquisa referência foi desenvolvida entre os anos de 2016 e 2017, concomitantemente com a execução das novas casas. Entretanto, o estudo foi finalizado antes do término das obras, instigando o retorno ao povoado analisado de Pequizeiro, para verificar como tem ocorrido o processo de adaptação dos moradores e como os beneficiários tem se apropriado da nova moradia.

A amostra foi selecionada a partir da dissertação de mestrado intitulada “Política de habitação rural no Maranhão: da moradia camponesa à ‘casa do governo’”, produzida pela Prof. MSc. Clara Raissa Souza, com objetivo de analisar as implicações de um programa habitacional conduzido pelo Governo do Estado no modo de morar e de produzir de seus beneficiários, camponeses moradores do povoado Pequizeiro. Nesse estudo, também fruto da pesquisa realizada pelo IMESC em parceria com a UEMA, Souza (2017) realiza o levantamento de dados da moradia camponesa de onze famílias residentes no povoado, a fim de caracterizar aspectos habitacionais da localidade. Assim, foi feito o uso de dados já produzidos, somando complementações as quais foram julgadas como necessárias para atingir o objetivo da atual pesquisa, de avaliar o processo de apropriação dos beneficiários às casas do PMCMM em Pequizeiro, por meio de uma análise pós-ocupação.

Mediante abordagem arquitetônica e sociológica, para além de elementos técnicos da construção da moradia tradicional, buscou-se aproximação com os usuários para identificar seus valores e trajetórias, uma vez que esses fatores influenciam diretamente na apropriação. Para tanto, foi preciso percorrer conceitos da sociologia rural, antropologia e psicologia ambiental, caminho íngreme, visto que a formação profissional da autora se dá nas Ciências

Sociais Aplicadas, mais especificamente na Arquitetura e Urbanismo, a qual não havia proporcionado contato com os temas citados. Apesar disso, o novo caminho percorrido foi muito enriquecedor e necessário para o desenvolvimento desta pesquisa.

➤ **Métodos e procedimentos**

Para executar parte dos objetivos apresentados, buscou-se realizar uma Avaliação Pós-Ocupação (APO). Entende-se por APO uma orientação teórica oriunda da área de conhecimento do Ambiente-Comportamento (RAC), que visa a melhoria da qualidade de vida dos usuários por meio da otimização de desempenho ambiental.

A avaliação permite a avaliação de aspectos técnico-construtivos, funcionais, econômicos, estéticos e comportamentais do ambiente construído, levando em conta tanto o ponto de vista de especialistas técnicos, como dos usuários que diariamente se deparam com a realidade. Os resultados podem ser usados como novos insumos e diretrizes para futuros projetos com características semelhantes, mas podem ser utilizados, sobretudo, para adaptações, renovações, reformas e reorganizações naqueles ambientes estudados (ORNSTEIN; ROMÈRO, 1992). Além disso, a APO considera de fundamental importância aferir o atendimento das necessidades ou o nível de satisfação dos usuários, como também considera o ponto de vista dos profissionais envolvidos no processo projetual e construtivo, dos usuários, dos avaliadores e dos clientes (NUTAU, 1999, v.1, p.29).

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre espaço rural, temas relacionados ao campesinato, habitação campesina, modo de vida e modo de morar camponês e sobre o PMCMM. Após a construção dessa base teórica acerca dos assuntos fundamentais para entendimento do tema, foi empreendido o trabalho de campo. Nesse, foram aplicados alguns dos principais procedimentos de uma pesquisa qualitativa e APO, como:

- a) Questionário: utilizado para obter informações sobre comportamentos, atributos e atitudes dos moradores. Gil (1991) considera essa ferramenta uma das mais práticas para obtenção de dados, por ser aplicável aos mais diversos segmentos da população e por facilmente conseguir tabular e quantificar os dados. Na pesquisa em questão, o questionário se fez presente em diversos momentos do trabalho;
- b) Observações: com objetivo de gerar dados sobre as atividades realizadas (como e o que as pessoas fazem), as regularidades de comportamento (frequência de uso dos espaços) e as restrições e modificações de uso proporcionadas pelo

projeto. Ander-Egg (1987) afirma que a observação direta é um procedimento de coleta de dados e de informação que consiste em utilizar os sentidos para observar fatos e realidades sociais presentes no próprio contexto real; condição que seja intencionada e ilustrada; pretende detectar os acontecimentos tal como são ou têm lugar na realidade, no momento presente. É um método de investigação social, usado nesse caso para apreender os comportamentos, o modo de vida, as organizações espacial e social dos beneficiários, além de analisar a autenticidade relativa dos acontecimentos em comparação com as palavras e com os escritos;

- c) Entrevistas: desse procedimento resultam principalmente indicadores qualitativos. Realizada com toda a amostra e também com pessoas envolvidas direta ou indiretamente no programa, como profissionais da construção civil e outros moradores do povoado. A entrevista é essencialmente uma forma de interação humana e pode variar desde a mais descontraída conversa até o mais cuidadoso e sistematizado conjunto de perguntas e respostas disposto num programa ou roteiro de entrevista (MANN, 1983). As entrevistas aqui realizadas, de acordo com a necessidade e circunstância, variavam entre conversas mais informais, gravadas ou não, e entrevistas semi-estruturadas, em que um roteiro era seguido, a fim de guiar o entrevistador e lembrar todos os temas que deveriam ser abordados. Esse procedimento normalmente era realizado na própria casa do beneficiário entrevistado, aplicado na sala ou no quintal, onde, a depender do horário, tivesse uma temperatura mais agradável;
- d) Levantamentos físicos: essa ferramenta possibilitou a investigação do ambiente construído, além da disposição dos anexos, tanto na casa anterior ao PMCMM, como na nova casa. É uma representação gráfica da edificação estudada, e permitiu analisar a articulação dos espaços, funcionalidade e forma de ocupação por parte de seus usuários. Acompanhado dessa ferramenta, foi indispensável a realização também de levantamento fotográfico para ilustrar as observações realizadas;
- e) Levantamento de arquivo: não é levantado in loco; refere-se à informação sobre o histórico do projeto original, inclusive as plantas originais. “As informações oriundas deste levantamento são de relevante importância para determinar o ponto de partida da avaliação e do próprio levantamento de campo” (LAY; REIS, 1994, p.35). Nesta pesquisa, é representado pelos

arquivos que tratam das diretrizes de elaboração do PMCM, originários principalmente da SECID (Secretaria de Estado das Cidades e de Desenvolvimento Urbano).

O trabalho de campo desta pesquisa se deu em duas fases: a primeira foi realizada ainda na pesquisa feita pelo IMESC em parceria com a UEMA, na qual anteriormente foi mencionada participação da autora deste trabalho. No primeiro momento, como procedimentos de pesquisa foram utilizados, no decorrer das seis viagens ao povoado, principalmente entrevistas semi-estruturadas; levantamento físico, além do fotográfico; observação, feita tanto a nível local (povoado), quanto a nível habitacional (cada habitação individualmente analisada) e questionários, aplicados conjuntamente com as entrevistas semi-estruturadas.

Nessa primeira fase, o trabalho de campo era normalmente realizado por três a quatro integrantes do Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE), responsáveis pelo desenvolvimento da parte da pesquisa atribuída à UEMA, além de profissionais que por vezes nos acompanhavam para auxílio nas atividades, como motoristas do IMESC e o professor Leandro, que realizou o levantamento aerofotogramétrico do povoado.

No segundo momento, buscou-se complementar informações coletadas durante a primeira fase da pesquisa, no que diz respeito à caracterização dos moradores selecionados pela amostra e à atualização de suas informações pessoais, concernentes a arranjo familiar, afinal, houve um intervalo de dois anos entre o final da primeira etapa e início da segunda.

Ademais, o segundo momento destinou-se à compreensão do nível de apropriação que o camponês de Pequiense teve em relação à nova moradia. Para isso, as casas da amostra foram revisitadas, os levantamentos arquitetônicos e fotográficos foram realizados novamente e as entrevistas, por sua vez, produzidas, agora com intuito de compreender melhor o processo de mudança e apropriação que o camponês tem passado, além de sua satisfação em relação ao programa.

➤ **Organização do texto**

Buscando orientar melhor o leitor nas discussões aqui abordadas, a organização do texto foi realizada da seguinte forma:

Na Introdução, é feita uma abordagem geral do conteúdo da pesquisa e a importância de estudá-lo. Aqui o objetivo foi deixar o leitor ciente do cenário em que o camponês

maranhense está, mostrando os principais indicadores que dizem respeito a habitação rural no estado. São também expostas as motivações que levaram a realização dessa pesquisa, assim como sua origem, a partir de pesquisas anteriormente realizadas no povoado.

No capítulo 1, é iniciada a discussão sobre a habitação do camponês, a fim de desenvolver um parâmetro para a comparação com a moradia presente no povoado estudado. São sinalizados padrões de moradias camponesas de diferentes localidades do país, buscando entender a natureza da moradia rural, que se molda de acordo com a necessidade e condições, tanto financeiras quanto climáticas. Neste capítulo, é desenvolvida também sumária discussão em relação aos termos “agricultor familiar” e “camponês”, buscando justificar o uso do segundo na presente pesquisa para se referir aos habitantes de Pequizeiro.

O capítulo 2, por sua vez, é destinado a trazer para o leitor uma fotografia do campo empírico da pesquisa, parte imprescindível para que seja possível o entendimento do modo de vida e modo de morar no povoado Pequizeiro. Foram reunidas as principais características da população do povoado, seu território, história, organização política, entre outras questões relevantes para o entendimento da realidade vivida no local. Foram também trazidos dados sobre as famílias selecionadas para a amostra da pesquisa: sete núcleos familiares, dos quais foram colhidas informações de forma particular, que dizem respeito a composição familiar, renda, hábitos, bem como à moradia que anteriormente ocupavam, entre outros aspectos.

Já no capítulo 3, é apresentado detalhadamente o PMCMM, no que consiste, a forma como deve ser aplicado e como de fato ocorreu o recorte analisado, fazendo comparativo entre o conteúdo encontrado nos cadernos técnicos do programa e o que foi executado. É feito também um apanhado geral sobre a realização de políticas habitacionais no Estado, apresentando dados que comprovam um desempenho mediano desse tipo de projeto no Maranhão.

No capítulo 4, são apresentados os principais registros que dizem respeito ao desenvolvimento e execução do programa em Pequizeiro. Dotado de transcrições diretas de falas dos beneficiários participantes, parte do capítulo tenta mostrar o programa a partir do olhar do beneficiário, de como se comportou e se sentiu durante todo o processo. Além disso, o capítulo busca também e, principalmente, analisar o processo de apropriação do camponês à nova casa; permite olhar mais de perto e com mais detalhes a interação entre beneficiário e a nova moradia, observando como tem se dado o processo de apropriação mediante análise pós-ocupação.

As Considerações Finais trazem as principais reflexões sobre a criação e execução do PMCMM no povoado Pequizeiro. Compartilhando questões referentes a postura e

comportamento, tanto de quem projetou e executou o PMCMM, como dos beneficiários. De mais a mais, são apontadas as potencialidades do programa e os equívocos cometidos, mostrando a necessidade de alguns ajustes para que se torne um programa de melhor qualidade.

1 ELEMENTOS DO CAMPESINATO: O CAMPONÊS E SUA CASA

Julgo importante, para análise do PMCMM e seus resultados, previamente apresentar uma breve discussão sobre os termos camponês e agricultor familiar, categorias de grande importância para compreensão do campesinato. Apresento também um sintético histórico do surgimento dessa classe tão importante na formação e história da população maranhense.

Assim, após essas discussões, são analisados com maior propriedade os moradores do povoado em questão. A partir daí, são observadas as formas de organização produtiva do camponês de Pequizeiro, como vive, como constrói e como ocupa os espaços em que sua moradia está inserida.

1.1 Campesinato no Maranhão

No Maranhão, o surgimento do campesinato se dá, segundo Porro (2004), por meio das frentes de ocupação pelo sul do estado, associadas à pecuária, e em terras próximo ao litoral ou baixo e médio Mearim, nas quais era reproduzida a agricultura. Uma das frentes mais expressivas foi a formada pelos descendentes de escravizados de origem africana e povos indígenas. Esses, que outrora eram mão de obra do sistema de *plantation*, com o declínio do sistema e substituição pela pecuária extensiva emergem como campesinato que se reproduz por meio do uso coletivo de recursos e unidades de produção domésticas.

Assim, o campesinato maranhense surge a partir da ocupação das ex-fazendas e terras devolutas, feitas por ex-escravizados, segmentos sociais que viviam da agricultura e migrantes do Nordeste que fugiam da seca, atraídos para o Maranhão pela grande quantidade de terras sem uso e pela maior fertilidade do solo. Garantiam sua reprodução por meio da roça itinerante e da exploração consorciada, sendo o Maranhão, até hoje, local receptor de migrantes do Norte e Nordeste (MEIRELES, 2001; ANDRADE, 1973).

Segundo Araújo (2013), a ocupação foi basicamente feita de forma espontânea, sem incentivos ou auxílio do governo. Entretanto, a partir de 1960, com a admissão de uma visão desenvolvimentista, deu-se início a uma ocupação dirigida que teve em seu cerne uma série de instrumentos² que incentivaram a ocupação por grandes grupos empresariais, inibindo a vinda e permanência dos povos tradicionais que viviam principalmente da agricultura.

²Um dos maiores exemplos é a Lei nº 2.979, de 17 de junho de 1969, conhecida como Lei Sarney de Terras, que dispõe sobre as terras devolutas do estado, permitia a venda de grandes extensões de terras, superiores a 3.000 hectares, para sociedades anônimas; Criação da SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia,

Assim, fica perceptível quando Mesquita (2006) reitera sobre o teor extremamente desigual do acesso à terra, principalmente no período entre 1970 e 1995, quando grande número de conflitos fundiários ocorreu no estado. Aliás, com essa facilidade de acesso às terras por grandes empresas, era natural que o processo de descampesinização fosse acelerado.

Provando economicamente a importância e capacidade dos pequenos agricultores do estado, Mesquita (2008) aponta que entre os anos 1930 e 1970 a produção agrícola de arroz, feijão, mandioca e milho tiveram uma evolução significativa, sendo em 1970 o Maranhão o segundo maior produtor de arroz do Brasil.

A partir de 1985, essa produção começa a diminuir, período em que coincidentemente começa a ser desmontado o sistema agrícola de agricultura familiar, em favor do agronegócio. Com dados mais recentes, Burnett (2019) aponta a dimensão nacional do segmento rural, reunindo 4,4 milhões de famílias agricultoras, que representam 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros (BRASIL, 2017).

Com uma produção significativa, Burnett (2019, p.333) afirma que a agricultura familiar, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, responde por 35% do produto interno bruto nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país, provando, assim, a capacidade de produção agrícola do campesinato, devido, principalmente, à sua grande expressividade, no que diz respeito à quantidade de estabelecimentos.

Na contramão, a investida do capital agrícola no rural maranhense tem afetado e prejudicado diferentes povos tradicionais. A exemplo das quebradeiras de coco, que têm o acesso a sua matéria-prima negado, uma vez que grandes empresas buscam principalmente as cascas do coco babaçu para utilização como material comburente nas atividades industriais. Constantemente esses povos ameaçados inventam formas de organização política específicas em defesa de seus territórios, além de preservarem o uso e acesso aos recursos naturais (CANUTO; LUZ; WICHINIESKI, 2010).

Assim, é possível perceber a importância do campesinato para a ocupação do estado, por meio de uma base agrícola familiar que assegurou a manutenção ambiental maranhense e a reprodução dessa classe tão importante. Para mais, é apresentada a capacidade que essa classe tem de produção, mostrando que, mais uma vez, a omissão quanto a seu fomento por parte do Estado mais diz respeito a questões políticas do que econômicas.

órgão que fazia concessões de incentivos fiscais e creditícios às empresas agroindustriais e mineradoras.(ARAÚJO, 2013)

1.2 Sujeitos do campesinato

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, de analisar o processo de apropriação das famílias camponesas à casa oferecida pelo PMCMM, busca-se compreender em paralelo o espaço rural e os que nele habitam. Na bibliografia, há dois termos que incorporam características semelhantes: camponês e agricultor familiar, comumente usados para se referir a quem da terra retira seu sustento por meio de uma base familiar. Na busca pela assimilação dos principais conceitos que dizem respeito ao rural, julguei necessário o desenvolvimento dessa discussão, a fim de ampliar a caracterização do morador de Pequiizeiro e tentar identificar qual dos termos melhor o representa.

Tradicionalmente, antes do emprego do termo “camponês”, segundo Martins (1981), cada região do país tinha uma expressão diferente para se referir aos grupos que de forma semelhante viviam e possuíam características em comum. Caipira, caiçara, tabaréu, caboclo, todos esses, de forma heterogênea, representavam o camponês. Fazendo uma breve reflexão, é possível perceber que os termos acima citados carregavam – e ainda carregam, apesar do desuso – um teor depreciativo, sendo associados a indivíduos preguiçosos, que não têm gosto pelo trabalho, remetendo ao atraso. Assim, fica clara a visão preconceituosa construída em relação ao rural, por vezes dificultando seu estudo e desenvolvimento.

Historicamente, o termo camponês surge por volta da década de 1950, introduzido pelos movimentos de esquerda do país para dar conta e unidade às várias lutas dos trabalhadores do campo, que nessa época vociferavam em todo o país. Sobre a formação do conceito, Martins (1981) afirma:

Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade[...] a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981. p.23).

Na tentativa de caracterizar o conceito de campesinato, Shanin (1979) afirma que mais do que um "mundo diferente", com seu modo de vida diferenciado, o campesinato se constitui como classe social³. Somando a isso, Woortmann (1988) afirma que campesinidade é uma qualidade encontrada independentemente da localidade e do tempo, relacionada à importância de valores da ética camponesa (terra, trabalho e família como principais valores)

³ Segundo Thompson (1987, p. 10), "classe acontece quando homens resultados de experiências comuns, articulam seus interesses entre si, contra outros homens de interesses e classes dissidentes".

para determinados indivíduos ou grupos. Para o autor, são princípios organizatórios do campesinato a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Em meio aos vários sujeitos que atuam na trama rural, Vergés (2011) faz uma reflexão sobre a conceituação do camponês, e a faz por meio de algumas comparações e colocações fundamentais, tais como:

O fazendeiro possui a terra, o burguês tem o capital e o proletário vende a força de trabalho. E o camponês? O que possui? O que produz? O que vende? O dinheiro que recebe é uma renda, um lucro ou um salário? O camponês pode ter a terra e até um módico capital, vende ou come o que planta e pode contratar temporariamente peões, outras vezes é ele mesmo quem vende sua força de trabalho por um salário (VERGÉS, 2011, p. 67).

O trecho acima mostra a multiplicidade do camponês em sua estrutura, sendo um pouco de cada classificação, pouco fazendeiro, pouco burguês e, por vezes, um pouco proletário. Tal diversidade é uma das marcas mais fortes da classe. Para Wanderley (2003), há principalmente um caráter familiar inerente ao camponês, seja ele mais ou menos integrado ao mercado, que

[...] se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família[...] (WANDERLEY, 2003, p. 46).

Em relação à relevância do camponês para a sociedade, Tepicht (1973) afirma que sua grande importância está na capacidade que tem de ofertar produtos agrícolas por um preço muito menor do que os oferecidos pela agroindústria, fato que se dá pela não exigência do camponês em obter uma taxa média de lucro. É claro que mais do que economicamente, outros aspectos de grande importância associados ao campesinato devem ser levados em consideração, por exemplo, conseguem com maestria preservar o ambiente; sócio e culturalmente também possuem um valor imponderável, uma vez que conseguem passar de geração a geração conhecimentos ancestrais relacionados a construção, alimentação, medicina, entre outras áreas.

A partir da breve caracterização do camponês, é apresentado o conceito de agricultor familiar e algumas características a esse personagem atribuídas. Normalmente, a diferenciação entre camponês e agricultor familiar é feita dicotomicamente, colocando o primeiro *versus* o segundo. Entretanto, essa nem sempre é a melhor abordagem, uma vez que, mais do que rupturas, os dois “modelos” possuem uma continuidade entre si. Para Marques (2008), na última década do século XX houve, por parte da academia, do Estado e até mesmo

de algumas organizações de agricultores, a substituição do conceito de camponês pelo de agricultor familiar. Porém, essa ação acaba por empobrecer a discussão que é feita a partir de uma visão desenvolvimentista, tendo a inserção do capital no campo um caráter de "avanço", novamente trazendo o citado preconceito com o camponês, relacionando-o ao atraso.

O termo agricultor familiar surge num contexto em que, segundo Fernandes (2001), após o reconhecimento por parte do governo como sendo legítimas as lutas dos camponeses por terra, o Estado começa uma investida no sentido de enfraquecer os movimentos dessa luta. Assim, uma de suas primeiras ações foi extinguir o PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), dando lugar ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Por seus respectivos nomes, é possível, portanto, perceber a mudança de foco.

Por muitos autores e pelo governo, o agricultor familiar é visto como um camponês que consegue se integrar ao mercado, de forma que produza regularmente excedentes para comercialização. Nessa lógica, o camponês estaria destinado a se tornar um agricultor familiar. Para Marx, o camponês, em sua atividade, independentemente do desenvolvimento econômico que o capitalismo traria, estaria fadado a transformar-se gradativamente em pequeno capitalista ou em assalariado que tem sua mão de obra explorada.

[...] o desenvolvimento econômico distribui funções entre diferentes pessoas; e o artesão ou o camponês que produz com seus próprios meios de produção ou será transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora o trabalho alheio ou sofrerá a perda de seus meios de produção e será transformado em trabalhador assalariado (MARX *apud* ABRAMOVAY, 2007, p. 45).

Segundo Abramovay (2007), numa ótica marxista, como é possível verificar no trecho acima, o conceito de camponês tem visão negativada, como alguém apartado do sistema, não podendo ser classificado como nenhuma das duas classes principais (proletariado/burguesia). É alguém que nem vende a força de trabalho nem vive da exploração dela.

Fernandes (2001) afirma que na década de 1980 muitos dos que pesquisavam as questões agrárias tinham como certo o fim do campesinato, indicando que este logo mais daria lugar a proletarização, onde o camponês viraria assalariado. Essa tese, por alguns pesquisadores, ainda pode ser considerada atual, mas para outros já é defasada, uma vez que a partir da década de 1990 surge uma leitura em que haveria a integração do camponês ao capital, à agricultura familiar. Nessa nova tese, o Estado assume um papel intensamente interventor, com políticas eficazes de controle fundiário, crédito e subsídios, para que os

camponeses pudessem ter condições de integração com o capital, passando de camponês para agricultor familiar. Essa política pode ser observada em países desenvolvidos da Europa, diferentemente do Brasil, onde o cenário era e é formado por um Estado e um Congresso controlados por interesses empresariais e ruralistas, que pouco têm vontade de executar políticas públicas de subsídios aos camponeses.

Enquanto muitos pensadores marxistas acreditavam na transitória e natural extinção do campesinato pelo avanço da economia de mercado, Chayanov (1981) sai em defesa de sua importância e continuidade, afirmando que o campesinato é, na verdade, um sistema econômico diferenciado. Seguindo a caracterização feita por Chayanov (1986), é posto que não se pode conceber o camponês como um capitalista, pois a família de que o agricultor faz parte é um organismo econômico único, logo, a renda familiar será um todo indivisível. Em concordância, Abramovay (2007, p. 71) afirma que “o que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar”.

Wanderley (2003) também estuda a caracterização do agricultor familiar, e faz o seguinte questionamento: seria ele a “simples reprodução de um campesinato ‘tradicional’ ou é a emergência de um novo personagem agrícola capaz de maior interação com o mercado?” (WANDERLEY, 2003, p. 44). Para responder essa questão, é preciso lembrar que o campesinato não se limita a sua forma de produção; na verdade, há uma construção histórica, social, cultural e política, todas entrelaçadas, e se alterado um desses aspectos, todo o conjunto também será modificado (MENDRAS, 1984 *apud* WANDERLEY, 2003). Entre as características de continuidade encontradas entre camponês e agricultor familiar, mesmo nesse processo de mudança e adaptação às demandas da economia de mercado, permanece o teor familiar da produção. Segundo Wanderley (2003), incorpora também a questão da subsistência, pois tanto o camponês quanto o agricultor familiar produzem para seu próprio consumo, mesmo que em níveis diferentes.

A esse respeito, Wanderley (1998) propõe a hipótese de que os agricultores familiares no Brasil, em sua maioria, têm uma história camponesa. Não correspondem, portanto, a “nenhuma invenção moderna produzida exclusivamente pela ação do Estado” (WANDERLEY, 2003, p. 55). Wanderley (2003) também refuta a imagem negativa que outrora o agricultor familiar e o camponês carregavam com maior peso. A tradicional produção agrícola do campesinato, que antes tinha uma conotação negativa e atrasada, passou a ser vista com bons olhos, uma vez que o modelo produtivista tem sido amplamente criticado por acarretar danos ambientais e sociais às localidades em que se encontram.

Seguindo a mesma linha, Ploeg (2019) percebe a agricultura camponesa não como um obstáculo ao capitalismo, mas como atividade diferente com dissemelhantes relações socioculturais e produtivas. Para ele, é viável e saudável a coexistência de diferentes tipos de agriculturas, como camponesa, empresarial e capitalista, sendo a agricultura camponesa a mais bem equilibrada, se levados em consideração fatores diversos que compõe o desenvolvimento, como o econômico, o social, o cultural e o ambiental. Ainda segundo o mesmo autor, essa coexistência entre as diferentes formas de agricultura não leva ao fim do campesinato, mas à sua adaptação. É criada nessas condições, então, uma reconfiguração da agricultura camponesa, inserindo alguns novos elementos, mas sempre mantendo sua base familiar, seu contexto social, cultural e autônomo.

Wanderley (2003) exclui a tese de que o agricultor familiar é, na verdade, um camponês que saiu do isolamento. Concepções como essa são fruto do preconceito sofrido pelo camponês desde seu primeiro contato com o capital, além de uma supervalorização de economias capitalistas de mercado, desconhecendo e menosprezando diferentes tipos de economias, como a familiar, própria do camponês. E se ainda hoje discute-se a questão camponesa, é devido a sua grande importância para o desenvolvimento da sociedade atual como um todo.

Assim, após apresentação e diálogo entre os conceitos de camponês e agricultor familiar, adota-se o primeiro como referencial para tratar os moradores de Pequizeiro. No capítulo 2 serão apresentadas com mais detalhes as características encontradas nos habitantes do povoado que justificam tal classificação. De forma sintética, os moradores de Pequizeiro são assim classificados por praticarem, em sua maioria, a agricultura de provisão, voltada exclusivamente para reprodução de sua família; viverem sob uma lógica em que moradia, trabalho e consumo se integram no interior da família de forma que esses elementos se concentrem em um único local, sua casa, e por sociabilizarem com respaldo na coletividade e na reciprocidade; dentre outras questões que posteriormente serão comentadas.

1.3 Caracterização da moradia camponesa

Nesta seção, pretende-se compreender as características mais gerais da moradia camponesa, levando em consideração o que tem sido feito a nível nacional, em uma escala macro, para posteriormente reduzir a análise para uma escala mais regional, até chegar ao foco, isto é, a moradia no povoado Pequizeiro. Aqui é realizada uma sumária classificação e caracterização das tipologias habitacionais camponesas, para que assim se perceba o padrão

empregado nas moradias dessa categoria. Tal caracterização abrange as casas dos que se dedicam ao trabalho da terra por meio de uma base familiar: os camponeses. Sobre essa análise, é preciso levar em consideração as dimensões continentais do país, além da sua diversidade morfoclimática e cultural, que fazem com que cada região tenha características singulares da moradia rural, sempre se adaptando ao meio e imprimindo costumes.

A divisão aqui é realizada por regiões, tendo em vista que cada uma possui especificidades morfoclimáticas às quais as habitações se adaptam. Entretanto, não significa que uma tipologia seja única e exclusiva de seu local característico, pois sendo o Brasil um país marcado por fluxos migratórios, é natural que por vezes haja a "locomoção" da tipologia de uma região para outra, claro que com suas imprescindíveis adaptações. Importante é que não seja descartada a mescla de tipologias no modo de construir. Como exemplo, Costa e Mesquita (1978) apontam o grande número de nordestinos que migraram para a Amazônia durante seu processo de ocupação, fazendo com que a região nortista recebesse, juntamente com os migrantes, seus saberes construtivos, havendo assim registros de casas características da região nordeste no norte do país.

Apesar das diferentes tipologias logo mais apresentadas, uma questão é certa e comum a todas, como Costa e Mesquita (1978) já reiteravam: independentemente do tempo e local, a casa sempre vai transmitir as condições econômicas do morador, além de aspectos socioculturais. Padrão normalmente encontrado no meio rural é a utilização de materiais de acesso facilitado, disponíveis no meio onde a casa mais simples e tradicional é construída de material que a cerca em abundância, além de notória adaptação aos fatores naturais, como revelo e clima.

É importante deixar claro que essa seção, em especial, trata da casa como centralidade do habitat rural, pois ela marca a ocupação permanente do homem à terra. Entretanto, não podemos desprezar outros itens componentes do rural. Azevedo (1970) ressalta que apesar de ser a casa a centralidade, esta também é rodeada de elementos fundamentais para a formação do que chamamos habitat rural, são eles os campos de cultura, pastagens, pomares, jardins e hortas, além de estradas e caminhos vicinais. O autor aponta também a variação que esses componentes sofrem, e de acordo com sua localização, presença e função tem a capacidade de revelar muito sobre os habitantes que os utilizam e seu modo de vida, sendo possível, por meio deles, perceber as estruturas agrárias, a organização econômica do espaço, entre outras características.

Postas essas questões, o objetivo desse tópico é alumiar os aspectos comuns e antagônicos presentes nas diversas tipologias da habitação rural existentes no território

brasileiro. Todavia, para realizar tal levantamento, mostrou-se relevante apresentar concomitantemente a breve origem das tipologias habitacionais rurais, buscando nas fontes um melhor entendimento do que é adotado atualmente, uma vez que muitos traços antigos se fazem presentes até então. Nesse sentido, Costa (1995) e Lemos (1989) apontam que a habitação rural também tem características herdadas da arquitetura portuguesa, com alterações feitas de acordo com a necessidade de adaptação aos diversos climas que existem no território brasileiro.

Lemos (1989) nota que casas do início da colonização, principalmente as rurais, possuíam uma arquitetura vernácula. Para o autor, o termo significa construção feita pelo povo a partir de seu repertório de conhecimentos num meio ambiente definido, que vai fornecer materiais e condições climáticas características. As construções são providenciadas a partir do próprio "saber fazer" da população local, mediante o qual se busca satisfazer necessidades expressas por usos e costumes pertencentes àquela população específica. Assim, a casa vernácula pode ser considerada como uma expressão cultural pertencente a um povo e sítio específico e que ainda percorre gerações. Logo, as habitações rurais aqui analisadas podem com nitidez ser consideradas vernáculas.

Segundo Costa (1995), a contribuição indígena e africana nas tipologias das habitações rurais mais opulentas foi quase inexistente. O mesmo justifica esse fato pelas "pobres técnicas em construção" dos indígenas, quando na verdade trata-se apenas de uma habitação mais simplista, que contrastava com questões culturais europeias baseadas em valores cristãos. Quanto à influência africana, o autor afirma ter sido essa menor ainda, uma vez que devido às condições em que foram trazidos e tratados aqui, não tiveram nesse cenário oportunidade de contribuição, havendo silenciamento e deturpação de sua cultura. Diégues Junior (1960) ratifica, afirmando que nas construções de casas populares mais simples é que são percebidas de forma dominante influências africanas ou indígenas. Os mocambos, por exemplo, presentes em quase todo território brasileiro, carregam em seu nome origens africanas, em sua etimologia, formada pelos termos *mu + kambo*, que significa esconderijo. Já a influência indígena é fortemente percebida na construção das casas a partir – e às vezes até exclusivamente – do uso de materiais retirados diretamente da natureza, presentes no entorno.

Tratando-se da classificação das habitações rurais, há autores que preferem fazê-la de acordo com as atividades econômicas realizadas, e há também os que a fazem conforme as regiões do país. Nesta análise, tento abordar características presentes nos dois tipos de classificação. Entretanto, será dada prioridade à divisão por região, que, a meu ver, facilita a análise e compreensão. Além do mais, penso que o estudo de acordo com a atividade

econômica tenha maior relevância para uma pesquisa histórica, tendo em vista as mudanças constantes que essas atividades sofrem no país, expressas por diferentes ciclos que se moldam à demanda do mercado, nem sempre estável.

1.3.1 Amazônia e Meio Norte

Segundo Azevedo (1970), na região da Amazônia e Meio Norte, com intuito de adaptar-se às condições morfoclimáticas do lugar, as casas são normalmente construídas sobre estacas, a fim de proteger os moradores das inundações naturais. Nesse tipo de construção, assoalhos e paredes são feitos normalmente de madeira e a cobertura de palha. O autor nota também que as dependências (ou anexos) são reduzidos, por vezes possuindo apenas chiqueiro e jardim suspenso. No estado do Maranhão, por ter parte do seu território pertencente à região Meio Norte, há ocorrência dessas habitações típicas amazonenses, como na região dos campos alagados da Baixada Maranhense, onde comumente são encontradas casas também suspensas.

Em relação à cozinha desse tipo de habitação, Azevedo (1970) mostra que normalmente é construída independente da casa, na parte externa, porém ainda bem próxima à moradia. Justifica-se sua localização na área externa por receio de incêndios, uma vez que são também utilizados os fogões à lenha juntamente com as coberturas de palha. Há nessas habitações a presença de um gradeado de varas ou talos de babaçu, localizados acima da meia parede de divisão interna, na altura do pé-direito, que serve de depósito da colheita.

Contribuindo para essa caracterização, Costa e Mesquita (1978) expõem as casas de várzea, encontradas em todas as áreas de planície aluvial da Amazônia. Normalmente, nessas regiões há predominância da cultura de juta e cacau, além da pecuária extensiva de bovino. Refletem a adaptação ao relevo e hidrografia do local, uma vez que são construídas sobre estacas de madeira de lei, deixando a casa logo acima do nível máximo das enchentes naturais. O telhado é constituído de duas águas e com grande beiral, a fim de proteger da água as paredes de madeira. Na parte posterior do terreno, é comum encontrar o roçado com lavoura de subsistência, onde se cultivava mandioca de ciclo curto, milho e feijão.

Internamente, como na maioria das casas mais simples do meio rural, é modesta a quantidade de cômodos e mobiliários. Há sala, quarto e cozinha; os móveis são espécies de remendos, possuindo mesa rústica e caixotes espalhados por toda a casa. Há no quarto um tipo de cama, revestida de capim, o catre, de uso dos donos da casa, enquanto os outros integrantes da família normalmente usam rede (COSTA; MESQUITA, 1978).

Um ponto importante também apontado por Costa e Mesquita (1978) que conversa com a presente pesquisa é a observação feita das "casas-padrão do INCRA" (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Esse tipo de habitação fazia parte de um projeto de colonização dirigida, aplicado em alguns trechos da Transamazônica paraense e no território de Rondônia. Nele, caboclos recém-chegados mudam-se de suas casas provisórias de palha para a moradia concedida pelo INCRA. O ponto importante é a análise do autor, que percebe a casa antiga do camponês sendo posteriormente utilizada como depósito dos produtos colhidos ou tendo a função também de abrigar provisoriamente parentes que chegam também à espera da habitação do INCRA. Posteriormente, será observado que no povoado analisado essa prática de repassar a casa antiga para algum parente, ou dar outro uso a ela, também é percebida.

Outra habitação característica da região amazônica, segundo Costa e Mesquita (1978), é a dos seringueiros. Também apoiadas sobre estacas, são casas extremamente rústicas e simples; normalmente encontram-se isoladas no meio da floresta. De modo geral, passam uma sensação de insegurança, dada a questão de vulnerabilidade socioeconômica de seus moradores. Como costumeiramente ocorre na autoconstrução, são utilizados como matéria-prima os materiais que existem nas redondezas, no caso a madeira. Seu assoalho é feito de casca de paxiúba; seu mobiliário, extremamente simples, conta com mesa, baú para guarda de roupas e redes. Comum é também usar o quarto como espécie de depósito do que foi colhido. A cozinha tem grande importância e é peça independente no conjunto, contendo habitualmente o fogão a lenha. Sempre há ao redor da casa uma pequena horta, além do roçado localizado um pouco mais distante. Na frente da casa, à sombra de bambuzais ou de mangueiras, é comum encontrar um banco rústico para observar o movimento do rio.

1.3.2 Nordeste

Nessa região, marcada por clima diferente do anterior, a casa também toma formas e uso de materiais distintos. Azevedo (1970) afirma que no Nordeste normalmente a casa é feita de pau a pique ou adobe, tendo a segunda, aspecto melhor que a primeira. Segundo o autor, a cobertura normalmente é de telhas cerâmicas ou folhas de coqueiro, e o chão de terra batida. Uma característica marcante das habitações dessa região é a presença de alpendre, estrutura de cobertura encontrada na frente da casa para que fique protegida da incidência direta de raios solares, além de ter função de abrigo para socialização dos moradores. É também comumente encontrado o depósito no interior da casa, para reserva de provisão nos períodos

da estiagem. Nas grandes fazendas de criação de gado, também são notadas por Costa e Mesquita (1978) habitações rurais camponesas:

As moradias dos vaqueiros, peões e de outros trabalhadores rurais estão dispersas na caatinga. São construções de sopapo, com cobertura de palha ou telhas, bastante rústicas, de pequenas dimensões, geralmente dois cômodos, apresentando na fachada portas e janelas. O mobiliário é pouco e pobre; consta apenas de uma mesa, um par de bancos, uma ou duas armações de cama e redes. Há jiraus, e, enfiados nas paredes, pedaços de madeira para pendurar coisas. (COSTA; MESQUITA, 1978, p.28)

Esse tipo de habitação, característico da região nordeste, é facilmente encontrado no interior do Maranhão, chegando a fazer parte da paisagem tradicional do Estado, sendo essa a tipologia encontrada no campo empírico da atual pesquisa, posteriormente analisada com mais detalhes.

1.3.3 Região Leste

Azevedo (1970) nos mostra que nessa região, pela umidade local e disposição abundante de madeira, é possível e necessária a suspensão da habitação. Outra característica marcante de algumas casas dessa localidade é a estrutura de madeira aparente nos esteios dos ângulos da casa e nas "tesouras". Há também as dependências de serviço, como o autor chama alguns anexos desse tipo de habitação, e da mesma forma são construídas sobre esteios e quase sempre feitas de tábua com cobertura de tabuinhas.

No Espírito Santo, na zona da mata em Minas Gerais, assim como mais ao norte nos vales dos rios Doce e Mucuri, a casa rural de pau-a-pique adquire um aspecto particular. Sempre revestida exteriormente e caiada, com telhados de duas ou de quatro águas cobertos de telhas portuguesas, as casas são sempre construídas sobre esteios. (AZEVEDO, 1970, p. 337)

Normalmente, também se faz presente a engenhoca de rapadura. Quando o habitante é lavrador, a construção da casa é feita em meio ao terreno limpo, onde se faz a secagem do café.

1.3.4 Região Paulista e Sul

Segundo Azevedo (1970), na região do estado de São Paulo a representação da habitação camponesa é feita pela casa de pau a pique, erguida sobre o solo e normalmente

coberta por telhas cerâmicas, de sape ou folhas de palmeiras. É comum também essas casas terem um puxado no fundo, funcionando como cozinha. Por vezes, há na parte interna um depósito de mantimentos. Em algumas casas, é notado o quarto de despejo, que normalmente funciona como um anexo para guardar arreios, cangalhas, jacás, bruacas e instrumentos laborais do pequeno trabalhador rural paulista. Também são encontrados como anexos o chiqueiro, o galinheiro e o paiol de milho, quando não há depósito interno na casa.

Ainda segundo o autor, descendo para as campanhas gaúchas, há presença de um tipo especial de casa, classificada assim devido à ausência de matas e pedras nos arredores, sobrando ao peão o torrão para que fizesse sua moradia. Costa e Mesquita assim caracterizam esse tipo de casa:

[...]muito pobre. As paredes são baixas e construídas de blocos maciços, formados pelo horizonte superficial de solos argilosos, empilhados, conservando o capim, que serve para vedar os interstícios. A cobertura de quatro águas é de palha, e o piso de chão batido. Portas e janelas de madeira, assim como as vigas que sustentam o teto. De divisão interna simples, consta de três cômodos: sala, quarto e cozinha, sumariamente mobiliados. No quarto, nota-se a presença de um catre com colchão de capim, de uso exclusivo do casal, e um baú onde se guardam roupas. O restante da família dorme em esteiras, forradas com pelego e mantas, na época do frio. Os móveis restantes não vão além de uma mesa com bancos laterais para as refeições e alguns tamboretos com assentos de couro. Na cozinha, um tosco fogão de lenha, feito de barro[...]A alguns metros da casa, no quintal, situa-se o vaso sanitário, cercada de troncos de pequenas árvores, coberta de palha. (COSTA; MESQUITA, 1978, p. 37).

É possível perceber uma notável semelhança entre as moradias rurais brasileiras, visto que sempre expressam a simplicidade da vida rural pelo mobiliário existente, sendo esse o mais básico e simples possível. Os móveis, muitas vezes improvisados, priorizam a função, afastando a estética e/ou o conforto.

1.4 Retrato da casa camponesa brasileira

Podemos, a partir dessa sintética análise, perceber juntamente com Azevedo (1970) que nas casas campesinas do Brasil, de forma geral, devido ao baixo poder aquisitivo, há limitação em relação à escolha dos materiais de construção, sendo utilizados os disponíveis no meio. O camponês é quem coleta diretamente a matéria-prima da natureza, sendo quase inexistente uma ligação com a economia comercializada. Além dos materiais, o meio físico também impõe a construção de alguns aparatos feitos que se adequem às condições naturais de cada região. Mas, além da imposição das condições morfoclimáticas, vale ressaltar que a casa rural se molda a partir da condição socioeconômica de quem nela vive, refletindo

exatamente a forma de vida do morador, de acordo com seus hábitos, principalmente produtivos.

Como já citado, foram aqui explanadas algumas das características comumente encontradas nas casas camponesas pelo Brasil. Em relação ao material empregado, Azevedo (1970) também observa que, em sua maioria, o espaço rural brasileiro é composto de casas de pau a pique e barro, como sendo habitações do pequeno agricultor e trabalhador rural. Sua cobertura normalmente é de palha, capim ou "tabuinhas", sendo pouco habitual o uso de telhas cerâmicas; as casas quase nunca são forradas e o chão normalmente é de terra batida. Em se tratando do sistema construtivo, este não exige mão de obra especializada, sendo comum sua execução por qualquer camponês. O regime construtivo normalmente conta com a realização de mutirões, onde frequentemente há troca de diárias de trabalho entre os envolvidos no acordo, normalmente vizinhos ou parentes.

No capítulo seguinte, é possível observar de perto um pouco do retrato acima mostrado. As habitações de Pequizeiro, logo mais exibidas, apresentam muitas das características presentes na habitação camponesa nordestina, assim como a brasileira de modo geral.

2 PEQUIZEIRO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA, SOCIAL E HABITACIONAL

Este capítulo tem como objetivo fazer com que o leitor se aproxime do campo empírico, representado pelo povoado Pequizeiro. Aqui é realizada uma caracterização do povoado, mostrando traços fundamentais no processo de conhecimento da localidade estudada. São trazidos aspectos históricos, pontuando suas origens; são levantados também dados em relação à infraestrutura, organização política, produção e renda, além de sociabilidade.

Neste capítulo também encontramos a caracterização das sete famílias selecionadas para amostra da pesquisa, analisando aspectos referentes ao núcleo familiar e também habitacional, mediante o uso de ferramentas metodológicas como entrevistas, questionários e levantamentos físicos, informações imprescindíveis para o entendimento de seu modo de morar, sua sociabilidade, além de questões culturais, produtivas e habitacionais.

2.1 Caracterização do município de Belágua

Belágua, o município no qual está inserido o povoado Pequizeiro, é relativamente novo; sua emancipação é datada de 10 de novembro de 1994. Sobre o processo de ocupação do estado, Almeida e Mourão (2017) classificam em dois tipos: um mais antigo e outro mais recente. Uma classificação feita por Mario Leal na década de 1970⁴ identifica os municípios do Maranhão de colonização mais antiga⁵, e a partir dessa análise, Almeida e Mourão (2007) afirmam que nessas áreas se destacava a pecuária extensiva por parte dos grandes proprietários de terra e a comercialização de babaçu. Segundo Leite *et al* (2004), a pecuária extensiva praticada nesses territórios incentivou um processo de ocupação paulatina, caracterizado pela dispersão e pela ausência de uma orientação política coordenada na ocupação.

Miranda (2010), caracterizando o tipo de ocupação mais antiga, afirma que a iniciativa partia dos trabalhadores, que motivados pela necessidade de sobrevivência buscavam ocupar áreas livres (com mata virgem, portanto, não trabalhada) e entravam individualmente ou em pequenos grupos, delimitando as posses individuais e iniciando o

⁴LEAL, Mário A. P. *et al.* Novo Zoneamento do Estado do Maranhão. São Luís, SUDEMA, 1970.

⁵ Municípios de colonização mais antiga na Baixada: Pinheiro, Santa Helena, Penalva, Viana, Vitória do Mearim, São Vicente de Ferrer, Arari, Bequimão e Alcântara. No Litoral: Santa Rita. Chapadões: Colinas e São João dos Patos. No Planalto: Balsas. No Cerrado: Coroatá, Presidente Dutra, Caxias, Codó, Itapecuru Mirim, Brejo e Chapadinha.

trabalho de derrubada e plantio. Quando não eram impedidos de permanecer, logo toda a família se estabelecia na área. Assim, pode-se dizer que Belágua teve ocupação do tipo mais antiga, uma vez que descende do município de Brejo⁶, classificado como de colonização mais antiga.

O município limita-se ao norte com Humberto de Campos e Primeira Cruz; a oeste com o município de Morros; ao sul com São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos; ao leste com Urbano Santos. Belágua pertence à mesorregião leste do Maranhão, localizada na porção oriental do estado, limítrofe ao estado do Piauí. Conta com uma área de 70.606,230 km² e população de 1.336.005 habitantes (IBGE, 2010), correspondendo a 20% da população total do estado. É constituída por seis microrregiões: Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadas do Alto Itaipuru, Codó e Caxias. Essas seis microrregiões abrangem 44 municípios do estado.

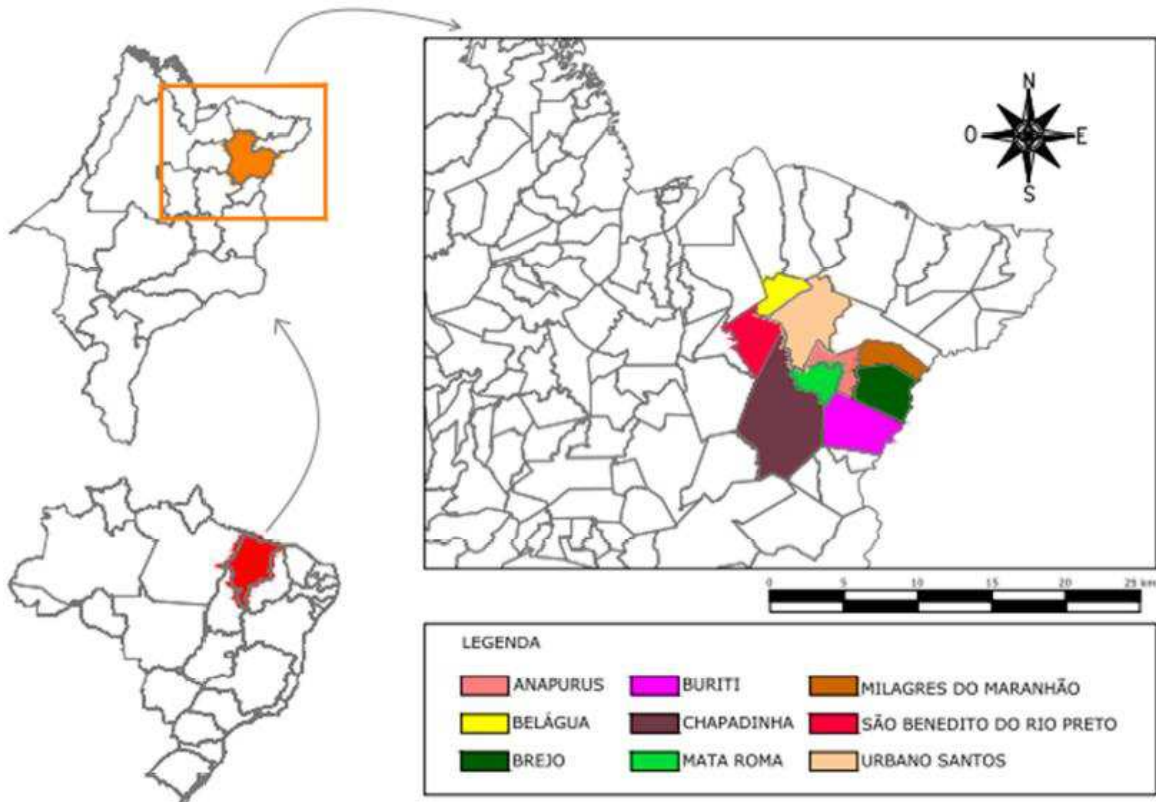
Segundo Gaspar (2013), desde o século XIX a mesorregião leste registrava produção de culturas agrícolas de provisão familiar, como a mandioca, arroz, milho, feijão, tapioca e azeite de coco. A população dessa localidade demonstra há anos a veia campesina presente na região, pois lança mão de uma economia de base camponesa autônoma, se comparada com os trabalhos de lavoura dedicados à exportação.

É possível observar no final do século XIX e início do século XX a chegada de novos trabalhadores rurais vindos de outros estados do Nordeste, que buscam em terras maranhenses melhores condições de vida. Ocupam com maior intensidade as regiões de Caxias e Brejo, ou seguem para o sul do Maranhão, em direção ao município de Pastos Bons. Sobre esses migrantes, insta asseverar que não encontraram aqui terras inabitadas, cruzaram com tribos indígenas destribalizadas já fixadas, com outros segmentos camponeses de ancestralidade escravizada e com homens livres pobres que permaneceram após a desestruturação das fazendas maiores. Assim, é possível afirmar que as famílias camponesas que se estabeleceram na mesorregião leste resultam de um processo de povoamento antigo, formado por grupos de indígenas, negros alforriados e migrantes nordestinos (GASPAR, 2013). Segundo Andrade (2012), esses ocupantes mantiveram sua reprodução com base no uso comum da terra, dos recursos naturais para a construção de suas moradias e na produção orientada para o consumo familiar.

⁶Belágua pertence à árvore genealógica do município de Caxias, que foi fundado em 31 de outubro de 1811; a partir dele emanciparam-se os municípios de Brejo, São Bernardo, Pastos Bons, São João do Sóter, Codó, Coroatá, Timon, Gonçalves Dias, Gov. Eugenio Barros e Aldeias Altas. A partir do município de Brejo, emanciparam-se os municípios de Santa Quitéria, Anapurus, Buriti e Urbano Santos. Este último, emancipado em 30 de setembro de 1935, continha o território que hoje corresponde à Belágua (IMESC, 2010).

Em relação à microrregião, pertence a de Chapadinha, formada pelos municípios de Chapadinha, Brejo, Buriti, Milagres do Maranhão, Belágua, Urbano Santos, São Benedito do Rio Preto, Mata Roma e Anapurus, como mostra a Figura 1. Com área de 10.030,543 km² e população de 219.825 habitantes (IBGE, 2010).

Figura 1 – Mapa da Microrregião de Chapadinha



Fonte: Souza, 2017

Sobre os aspectos físicos, a microrregião possui clima subúmido, com variações pluviométricas de 1.600 a 2.000 mm e chuvas irregulares ao longo do ano (BOTELHO; DINIZ, 2012). Seus solos são predominantemente arenosos, com baixa fertilidade natural e dificuldade de reter umidade (GEPLAN, 2002). Em relação à cobertura vegetal, observa-se o predomínio de floresta estacional semidecídua e vegetação de cerrado (PINHEIRO *et al.*, 2005), sendo as características morfoclimáticas do município de Belágua semelhantes às da microrregião a qual pertence. Possui também solos arenosos, vegetação de cerrado e índice pluviométrico irregular ao longo do ano. Segundo o IBGE (2010), o município possui área de 499,427 km² e população de 6.524 habitantes, dentre os quais 3.263 residem na sede do município e 3.261 na área rural. De acordo com estimativas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD (2013), o IDH de Belágua é de 0,512, ocupando assim a

No mapa produzido pelo IMESC (2016) – Figura 2 é possível visualizar o perímetro do município, assim como sua sede e alguns povoados, destacando o povoado Pequizeiro. Quanto a quantidade e nomeação dos povoados existentes no município, há uma análise incompleta, pois o mapa produzido pelo IMESC em 2015 exibe 45 pontos que corresponderiam aos povoados existentes até então, entretanto, nomeia apenas 39 deles. Dentre os povoados no município, cinco foram selecionados para participação no PMCMM, são eles: Pequizeiro, Juçaral dos Mendes, Anajá, Preazinho e Pilões, como mostra a Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Povoados selecionados para participando PMCMM em Belágua

	Povoado	Quantidade de casas do PMCMM
Belágua	Pequizeiro	50
	Juçaral dos Mendes	21
	Anajá	8
	Preazinho	12
	Pilões	5

Fonte: SECID, 2015

De acordo com os dados da Tabela 1, é possível perceber a grande quantidade de casas destinadas ao povoado Pequizeiro, se comparado com os outros povoados no município que também foram contemplados pelo programa. Esse fato pode ser justificado pela expressiva quantidade de moradores em Pequizeiro, além da atuante Associação de Moradores do local.

2.2 O povoado pequizeiro

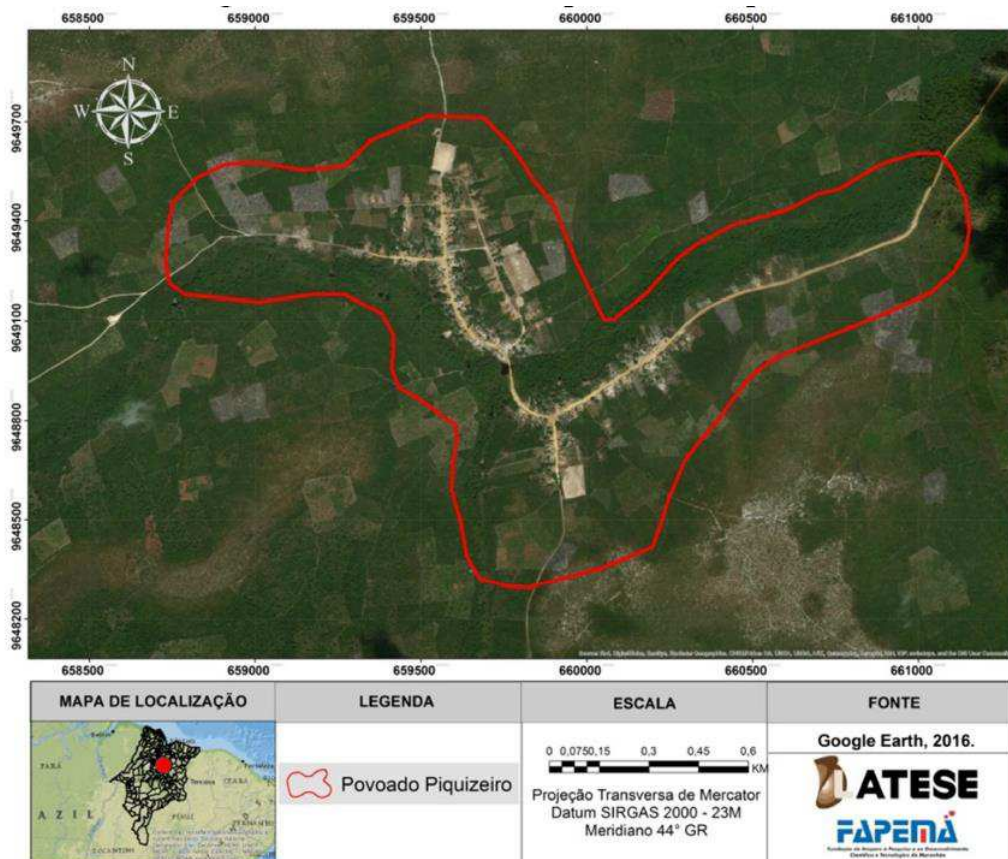
Para Frémont (1976), cada lugar significa uma combinação de elementos econômicos, ecológicos, sociológicos e demográficos sobre um espaço reduzido; o lugar é visualizado como uma forma que se integra à paisagem local e regional. Assim, a partir da exposição desses e outros elementos que compõem o lugar, foi realizada caracterização do povoado Pequizeiro juntamente com a análise de seus habitantes e seu modo de vida.

Aproximando agora a análise ao cenário em que foi desenvolvida a pesquisa, o povoado Pequizeiro, faz-se necessário expor suas principais características no que diz respeito a sua infraestrutura e serviços, histórico, população, organização, produção, entre outras questões, sem as quais não seria possível entender o modo de vida das famílias que lá moram.

2.2.1 Limites e características físicas

Pequizeiro encontra-se a sete quilômetros da sede municipal. Apesar de não apresentar limites determinados de ocupação pela gestão do município, o povoado faz parte da Gleba Rio Negro II, de 3.828.013 hectares, composta pelos povoados de Pequizeiro, Buritizinho, Juçaral e Cabeceiras. Por imagens de satélite, é possível perceber sua mancha de ocupação, representada na Figura 3, que apresenta 15.196,63 km² (1.519.663 ha) de área, e abrange ruas, moradias, equipamentos de uso coletivo e demais espaços de lazer e sociabilidade utilizados pelos moradores.

Figura 3 – Mancha de ocupação do povoado Pequizeiro



Fonte: LATESE, 2017

Figura 4 – Mapa de Pequizeiro construído com auxílio de VANT



Fonte: LATESE, 2018

A Figura 4 mostra a localização do povoado Pequizeiro em relação aos limites do território de Belágua, além dos limites do povoado. Fica evidente a proximidade entre Pequizeiro e a sede municipal, fato esse considerado ponto positivo, pois mais facilmente os moradores podem se deslocar para a sede para satisfazer algumas necessidades como compras e atendimento médico.

Em se tratando das distribuições das casas do povoado, o local é formado por poucas ruas. Em pesquisa de campo foi percebido que apenas a rua principal, de localização mais central no povoado, foi nomeada, levando mesmo nome da igreja católica presente na alameda. Chama-se Rua São Pedro. Pôde-se perceber, ainda, que a maior concentração de casas no povoado encontra-se na rua dita principal, correspondendo ao núcleo original do povoado.

2.2.2 Infraestrutura e equipamentos coletivos

O acesso ao povoado é feito por uma estrada de terra que normalmente está em boas condições, possibilitando sem maiores dificuldades o trânsito de pessoas e veículos automotivos. Logo ao adentrar os limites da mancha de ocupação do local, percebem-se, às margens da estrada de acesso, plantações de alimentos típicos da região como milho e feijão, realizadas por moradores do entorno sob o sistema de cultivo da roça de toco⁷, como é possível observar na Figura 5.

⁷Sistema de cultivo utilizado por pequenos agricultores, chamado de pousio, roça-de-toco ou coivara, constitui uma tradição milenar da maioria das populações indígenas, sendo assimilada pelas populações remanescentes de processos de colonização (ADAMS, 2000; OLIVEIRA, 2002). Esse modelo é descrito por diversos autores e ocorre de modo semelhante em diferentes partes do mundo, sendo particularmente comum na zona das florestas tropicais e subtropicais. O sistema é baseado na derrubada e queima da vegetação, seguindo-se um período de cultivo e, após o declínio da fertilidade do solo, um período de pousio para restauração da fertilidade.

Figura 5 – Queimada da roça de toco**Fonte: Autora, 2017**

Também no início do povoado é possível perceber uma ocupação mais dispersa, onde as casas são implantadas mais afastadas umas das outras, caracterizando uma ocupação recente. O núcleo do povoado encontra-se a cerca de um quilômetro após adentrar a mancha de ocupação. Nele, as moradias encontram-se concentradas, mais próximas umas das outras caracterizando uma ocupação mais antiga, onde se iniciou a apropriação das terras que correspondem ao povoado.

É nesse centro também que encontramos os principais equipamentos disponíveis para uso de toda comunidade. Pequizeiro conta com duas igrejas, uma católica (Igreja de São Pedro), e outra protestante (Assembleia de Deus); a Escola Municipal Tia Vitória, que atende aos estudantes de ensino fundamental, e a Unidade de Ensino José Alves, de gestão estadual, de ensino médio; possui um posto de saúde abandonado; além de três campos de futebol, onde acontecem jogos tanto femininos quanto masculinos. Há também no povoado um cemitério, criado pelos moradores, assim como os campos de futebol. Na Figura 6, é possível observar registros dos principais equipamentos coletivos do povoado, juntamente com suas respectivas localizações no mapa de Pequizeiro.

Figura 6 –Mapa dos principais equipamentos coletivos em Pequizeiro



Fonte: Autora, 2020

Em relação aos serviços públicos, o povoado deixou de contar com um posto de saúde, que há anos está desativado. Assim, quando necessitam de atendimento médico, os moradores precisam se deslocar para a sede municipal de Belágua. Esse deslocamento é feito também quando há necessidade de ir ao banco ou realizar compras, uma vez que os poucos e pequenos comércios existentes no povoado não conseguem atender todas as necessidades de compra dos moradores, além de ofertarem produtos mais caros, se comparados a comércios localizados na sede municipal.

Para realizar esse deslocamento, a população conta com três moradores – conhecidos no povoado como *atravessadores* – que fazem o transporte em veículos tipo caminhonete até Belágua, cobrando um valor de R\$ 10,00 ida e volta, e até Urbano Santos R\$ 25,00 ida e volta, feito normalmente de segunda-feira a sábado, às 6h30 (ida) e 11h (volta). Existem também aproximadamente 10 proprietários de motocicletas no povoado, que estipulam o valor de R\$ 15,00 ida e volta a Belágua e R\$ 30,00 ida e volta a Urbano Santos. Estes, por sua vez, combinam o horário de acordo com o contratante.

A gente sai de Pequizeiro quando a gente vai resolver algum negócio; a gente precisa ir na Belágua, vai pra Urbano Santos, quando precisa fazer alguma compra que não tem aqui, né? Eu mesma acabei de vir do banco, lá em Urbano Santos. (O.F, 01 de junho de 2017)

Quando eu preciso receber o dinheiro do Bolsa Família, em vou em Urbano Santos ou São Benedito do Rio Preto, e para comprar comida que não tem por aqui. Eu pago 25 pra ir pra São Benedito pra pegar o dinheiro. Às vezes a gente passa o dia todinho lá e não consegue tirar o dinheiro, que é muita gente, o sistema sai do ar. (O.F, 01 de junho de 2017)

Para satisfazer algumas necessidades de higiene e limpeza, os moradores têm como fonte de água um aflente do rio Bandeira; nele costumam tomar banho e lavar as roupas. Alguns moradores possuem poço artesiano em seus terrenos, que refletindo a coletividade presente na comunidade atendem a várias famílias vizinhas, não só a proprietária do poço. Há também um sistema simplificado de abastecimento⁸, como mostra a Figura 7, o qual disponibiliza água em algumas casas, em apenas um ponto externo à habitação num regime de uma vez ao dia ou em dias alternados. As Figuras 7 a 9 ilustram algumas das formas utilizadas pelos moradores para abastecimento e armazenamento de água.

⁸Sistemas simplificados de abastecimento consistem em captar água a partir de um manancial subterrâneo (lençol freático, poço ou um açude) e distribuí-la por meio de uma rede adutora, conduzindo-a até as habitações ou caixas d'água implantadas em pontos de fácil acesso à comunidade (SOUZA, 2017).

A gente tem uma água aí encanada do lado de fora de casa, só que não é uma água mesmo assim potável que nós toma não. A gente usa mais só é pra lavar, né? Porque ela, quando chega, às vezes chega limpinha, mas às vezes vem avermelhada viu? É uma água que vem da caixa ali de cima. Já estamos com três poço artesiano que cavou aqui e todos os três dá só desse tipo de água, avermelhada. Uma vez que cavaram ali em cima, falaram que veio muito linda a água. Não tem gosto... mas tem essa cor. Quando chove um pouco mais, nós vai pro rio banhar, pescar... Mas quando a água tá ruim, nós toma banho com a água da caixa mesmo. (J.V.N, 11 de abril de 2016)

A água aqui, nessa rua aqui, era difícil. A água a gente pegava na casa dos vizinhos, mas aí eles... o governo lá na Belágua 'coisou' um...um projeto aí, aí eles fizeram um poço lá naquela rua de cima. Aí vem água pra nós aqui. Chega água ali na cozinha, no jirau. (A.A, 11 de abril de 2016)

Figura 7– Construção do sistema de abastecimento simplificado de água



Fonte: LATESE, 2015

Figura 8 – Água avermelhada coletada de poço artesiano através de bomba manual



Fonte: LATESE, 2015

Figura 9 – Bomba manual de poço artesiano local



Fonte: LATESE, 2016

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, é feito pela CEMAR (Companhia Energética do Maranhão). Há no povoado pontos de iluminação pública nas principais ruas do

local, e a energia elétrica consegue chegar em quase todas as casas, mesmo que de forma improvisada. Em alguns casos, o próprio morador “puxa” o fornecimento de energia para sua residência, sendo os cabos conduzidos também de forma improvisada, por hastes de madeira que simulam postes.

2.2.3 História do povoado

Segundo o líder local e vice-presidente da Associação de Moradores, J.R.N (2016), são cerca de 230 famílias camponesas que se organizam em torno da agricultura familiar de abastecimento e da pesca com menor frequência, com relações pessoais estruturadas em torno de vínculos familiares. Ainda de acordo com relatos do morador J.R.N, a ocupação do território que corresponde hoje ao povoado aconteceu na década de 1930, realizada por familiares do relator, que vindos de comunidades próximas buscavam melhores condições de plantio e subsistência. Em sua fala, J.R.N também explica a origem do nome do povoado, batizado Pequizeiro pela presença de um frondoso pé de pequi, encontrado ali pelo primeiro morador.

O meu pai morava numa comunidade chamada Buritizinho que ficava a seis quilômetros daqui, isso na era de 1930. Lá eles pegavam água numas cacimbas, cacimba no chão. E a minha avó ela já era bem velhinha. Eles moravam por lá, mas trabalhavam um tempo aqui fazendo roça, tinha a casa de farinha bem ali. Aí eles vieram pra cá de vez e apelidaram de Pequizeiro por causa do pé de pequi que tinha ali, bem grossão. Aqui era chamado Pequizeiro dos Trocate. E aí o meu pai, ele viu a situação e eles tinham uns animaizinhos lá no quintal, nesta casa nova e ele convidou o meu avô para vir embora para cá. E eles vieram, acompanhando meu pai vieram cinco irmãos, que era o meu tio, Porfírio Trocate, Simeão Trocate, João Trocate, Domingos Trocate e a outra era Rosa Trocate. Foram cincoque vieram, estavam acompanhando o meu avô. Só que na época o meu pai ainda não era casado, ainda era rapaz. E eles começaram a construir estas cinco casas e aí foram aumentando. E agora eu também estou nessa história. Começou com uma família e esta família foi aumentando, aumentando e hoje aqui no Pequizeiro, alguém que não é da família, mas está na família. O interessante é isso, que quem não é da família, mas está na família. Família. Eu acho que 5% das pessoas daqui deste povoado não são da família daqui, da nossa família. São pessoas que vieram. Aqui nós somos tudo primo, sobrinho, tio, irmão. (J.R.N, 2016)

É possível observar, a partir do relato acima, o forte vínculo existente entre os habitantes do povoado. Vínculo esse normalmente pautado na consanguinidade e principalmente na reciprocidade. A partir da fala de J.R.N, também é possível perceber a expansão que o povoado sofreu ao longo dos anos, iniciado por um único núcleo familiar e hoje contendo cerca de 230 famílias camponesas. Na Figura 10, é possível notar o padrão de

ocupação disperso e de dinâmica própria, classificado por Muller (1951) como povoamento linear⁹, tipo de ocupação característica dos povoados do Maranhão.

Velho (2009) explica que, em relação à vida em sociedade no meio rural, existem duas classificações: os que vivem isolados com sua família no meio da mata e os que optam pela vida em comunidade, na maioria das vezes composta por parentes. Tais comunidades, vale ressaltar, normalmente se iniciam por empreendimentos isolados e que aos poucos atraem outros núcleos, normalmente de uma mesma família. É perceptível a ocorrência do segundo caso em Pequizeiro, como mostra o relato, onde o pai de J.R.N dá início à ocupação juntamente com seu núcleo familiar, convidando posteriormente outros membros de sua família.

Figura 10 – Croqui do povoado Pequizeiro



Fonte: Souza, 2017

⁹ De acordo com Muller, o agrupamento de casas no meio rural se apresenta sob duas configurações diferentes: coagular e linear. Na forma coagular, “as casas, embora isoladas, estão bastante próximas para criarem uma mancha de maior densidade dentro da dispersão dominante” (MULLER, 1951, p. 173). Em meios rurais, onde predomina a dispersão linear, “as casas, embora afastadas entre si, conservam relativo alinhamento, acompanhando o traçado de estradas e rios” (MULLER, 1951, p. 175).

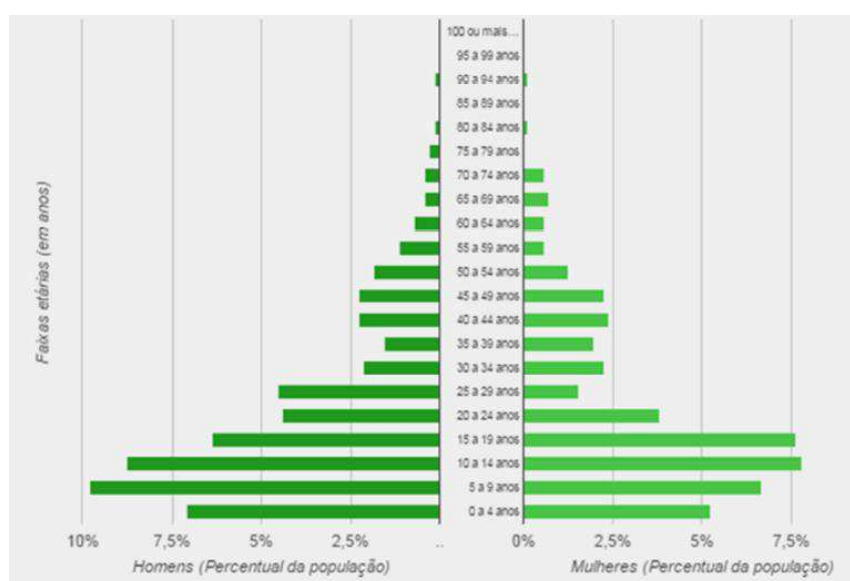
2.2.4. População

Em relação à população residente em Pequiizeiro, utilizou-se dados do setor censitário coletados pelo IBGE (2010). Dados que hoje são coletados com maior rigor, mas que outrora, segundo Queiroz (1963), num cenário de exclusão do meio rural, recenseadores responsáveis por levantamentos como esse tratavam com desdém as comunidades rurais, chamadas de “bairro”, sendo contabilizados apenas os "estabelecimentos agropecuários" que produziam a nível comercial. Assim, não existiam oficialmente as roças, o que gerou constatações errôneas sobre produção e consumo dessa população durante anos.

O levantamento mais recente feito pelo IBGE (2010) contabilizou uma população no povoado de 705 residentes, número que corresponde a 11% do total de habitantes de Belágua. Em relação à distribuição da população por sexo, os dados do setor censitário demonstram um número ligeiramente maior da população masculina, com 383 homens (54% da população) e 322 mulheres (46% da população).

No que concerne à idade dos residentes, 46% estão na faixa de 0 a 14 anos; 28% na faixa dos 15 aos 29; 12% na faixa dos 30 aos 44 anos; 9% na faixa dos 45 aos 59 anos; 3% na faixa dos 60 aos 74 anos e 2% dos 75 aos 94 anos. Como é possível observar na pirâmide etária do povoado, de base mais robusta, percebe-se uma população formada majoritariamente por jovens, como indica o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Pirâmide etária de Pequiizeiro



Fonte: IBGE, 2010

No que diz respeito à etnia da população de Pequizeiro, dos 705 habitantes, 593 (84% da população) se considera “parda”; 108 (15%) se identificam como brancos e apenas 4 (1%) identificam-se como pretos. Não há identificação por partes dos habitantes como indígenas, fato intrigante, uma vez que os municípios do entorno do povoado já foram territórios ocupados por gamelas e timbiras.

Em relação ao nível de alfabetização dessa população, de acordo com os dados do setor censitário realizado em 2010, o maior número de moradores alfabetizados encontra-se entre as crianças de 5 a 10 anos, representando 53% do total de residentes, seguidas pelos residentes entre 11 e 20 anos e os de 21 a 30 anos.

Na Tabela 2, disposta a seguir, é possível notar que após a faixa etária de 41 a 50 anos, à medida que a idade aumenta, o nível de escolaridade diminui entre os residentes do povoado.

Tabela 2 – Percentual de residentes de Pequizeiro alfabetizados

Faixa etária	% de residentes do povoado alfabetizados
5 a 10 anos	53%
11 a 20 anos	26%
21 a 30 anos	11%
31 a 40 anos	3,5%
41 a 50 anos	4,5%
51 a 60 anos	1,5%
61 a 70 anos	0,5%

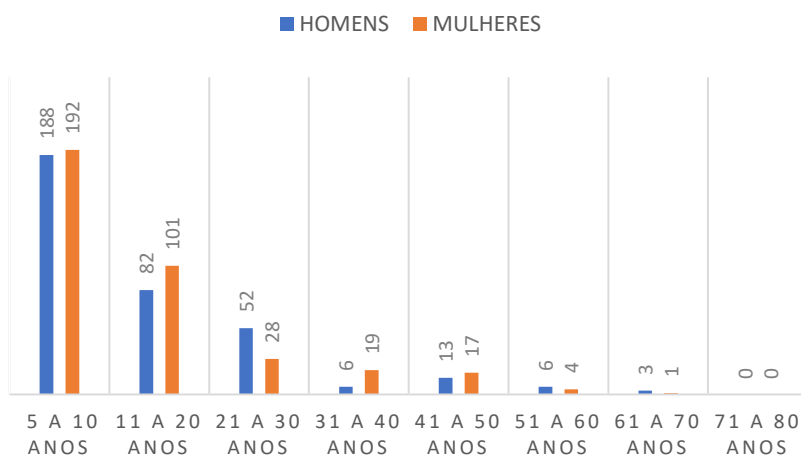
Fonte: IBGE, 2010

A baixa escolaridade apresentada na população residente de Pequizeiro tem sido uma das características da população rural brasileira, sempre expressivamente mais baixa que a de ambientes urbanos. Segundo o IBGE (2010), no mesmo ano, a nível nacional, o percentual de pessoas com 18 anos ou mais de idade sem qualquer tipo de escolaridade era de 8% nas áreas urbanas enquanto nas áreas rurais o mesmo percentual chegava a 25%. Tal fato pode ser explicado pela demanda de mão de obra na atividade agrícola desde muito cedo, resultando em alta evasão escolar.

No que tange à taxa de alfabetização por sexo (ver Gráfico 2), o número mais expressivo de moradores alfabetizados é encontrado no sexo feminino, nas faixas de 5 a 10 anos, 11 a 20 anos, 31 a 40 anos e 41 a 50 anos. Na faixa dos 21 aos 30 anos e dos 51 aos 60 existem mais homens alfabetizados do que mulheres, revelando sutilmente o êxodo rural,

movimento percebido em escala nacional que atinge principalmente a mulher jovem, que sai à procura do primeiro emprego, buscando autonomia e maior renda.

Gráfico 2 – Alfabetização por sexo



Fonte: IBGE, 2010

Esse êxodo seletivo, segundo Maia e Buainain (2015), pode ser explicado por fatores como a estrutura social presente nos espaços rurais, atribuindo à mulher a realização de atividades exclusivamente domésticas, excluindo outras alternativas de labor; também o fato de os procedimentos usuais de transmissão de patrimônio familiar, feitos pelos trabalhadores rurais, excluírem normalmente a figura feminina. Assim, a mulher vê no rural poucas oportunidades de desenvolvimento profissional que fuja ao trabalho doméstico, sendo a jovem a principal praticante do êxodo para a cidade.

2.2.5 Organização política

A organização política do povoado é feita pela Associação Unificada dos Moradores de Pequizeiro, Bracinho e Centro do Dico, existente desde 31 de março de 2007, quando foi constituída como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Com sede no povoado Pequizeiro e foro na Comarca de Urbano Santos (MA), a Associação estabelece para si as tarefas de:

Desenvolver ações de proteção à família, à criança, à juventude e ao idoso; fixar o homem ao campo através do uso da terra em atividades produtivas e aproveitamento dos recursos naturais existentes; promover a assistência social aos excluídos, prevendo o desenvolvimento econômico e o combate à pobreza. (MARANHÃO, 2017, p.11)

Por meio das entrevistas feitas, principalmente com os dois moradores de Pequizeiro de mais expressiva atividade na Associação, o atual presidente A.N e J.R.N, que ocupou o mesmo cargo anteriormente, é possível perceber que a Associação fica responsável pela gestão das terras dentro do povoado. Foi notada também sua articulação direta com agentes do INCRA para imissão de posse da terra e também por ter solicitado o acesso às políticas conduzidas pelo Programa Mais IDH, como o PMCMM. Sobre isso, Shanin (2005) aponta como uma das especificidades do camponês as tendências ideológicas camponesas e padrões de cooperação, confrontação e liderança políticas, comportamento observado nas ações dos que ficam à frente da Associação. O relato abaixo, feito por J.R.N, ilustra a gestão política e administrativa do povoado.

Quem faz a gestão das terras do nosso povoado é a Associação. Nós é que definimos o limite dos terrenos, onde pode ocupar, tomando cuidado pra não prejudicar o rio. Aqui nós preparamo um documento, pra que não chegue nenhum esperto querendo se abancar. A partir de agora, a Associação tem um limite de terrenos pra ceder. Como nós já vamos ter o nosso título, se alguém vier de fora, nós tamo no limite. Agora nós definimos os lotes com 20 metros de frente e 30 de fundo. Quem chegar, que for filho do pessoal da associação, que saiu do povoado e quer voltar, a gente cede o terreno. Tudo isso tá definido num documento que nós fizemos junto com nosso advogado, e reconhecido no Fórum. Nesse documento, diz que quem for morador de Pequizeiro não pode comprar nem vender o terreno. Se eu quiser ficar aqui até o fim da minha vida, eu posso ficar e trabalhar normalmente, mas no dia que eu quiser sair, eu assino um documento dizendo que não posso vender. A área volta a ser da Associação. (J.R.N, 01 de junho de 2017)

Com a fala de J.R.N, fica evidente também a preocupação por parte dos gestores em preservar a coletividade do espaço, sempre em prol da conservação do meio ambiente para que o mesmo se perdure. Além disso, com a proibição da venda de terras no povoado, a associação reprime o valor de troca da terra e incentiva o valor de uso. Vergés (2011) faz uma análise que facilmente pode ser identificada no exemplo acima. Para o autor, o campesinato agrega com valores sociais e naturais, tendo esses também, valor de uso e não de troca. A pequena produção agrícola agrega valores como o societário, o cultural e o ambiental, os quais não são possíveis observar por meio da ótica mercantil.

Ainda sobre a questão fundiária, Pequizeiro hoje faz parte da Gleba Rio Negro II, terra devoluta¹⁰ pertencente à União. A associação, desde 2015, empenhou-se para conseguir a imissão de posse. Segundo J.R.N (2019), após anos de luta e espera pela documentação,

¹⁰“São devolutas, na faixa da fronteira, nos Territórios Federais e no Distrito Federal, as terras que, não sendo próprias nem aplicadas a algum uso público federal, estadual territorial ou municipal, não se incorporaram ao domínio privado” (Artigo 5º do Decreto-Lei n.º 9.760/46). Correspondem, portanto, a terras públicas e sem destinação pelo Poder Público, e que em nenhum momento pertenceram ao patrimônio de um particular, ainda que tenham estado irregularmente sob a posse de alguém.

conseguiram lograr êxito nessa batalha; já possuem a certidão que formaliza a posse da terra por parte dos moradores cadastrados pelo INCRA. As terras possuem uso coletivo em Pequizeiro e são geridas pela Associação de Moradores, organização que controla e administra o uso e ocupação do solo. Por exemplo, a associação não permite o uso da mata ciliar para fazer roça, objetivando a preservação do rio que corta o povoado. Essa situação de controle e certa segurança fundiária é exceção em povoados rurais e se assemelha a casos especiais como de terras indígenas e quilombolas.

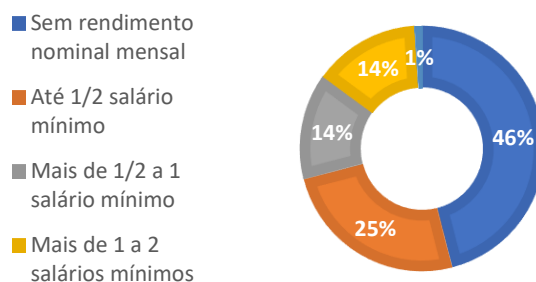
Em um episódio outrora relatado por J.R.N, foi possível constatar conflitos de terra no povoado, entre os moradores e outros sujeitos interessados nas terras, normalmente representantes do mercado imobiliário:

A gente já enfrentou muitos conflitos de terra com pessoas, grileiros que vinham para querer tomar. Eu me lembro que em 2012 nós tivemos aqui uma situação muito desconfortável. Uma empresa (refere-se à empresa Moraes Imóveis³⁰) veio aqui e eles andavam eram seis jagunços fortemente armados. Na época eu era o presidente da associação. E aí eu reuni a comunidade, o sindicato e outras famílias e eu participei de um congresso lá em Brejo. Lá eu fiz o maior escândalo lá em Brejo, neste congresso. Todo ano a gente fazia congresso, era congresso e congresso e as empresas avançando. E aí eu, nesse dia lá, eu pedi a palavra e disse que não estava adiantando de nada a gente fazer congresso, sendo que as empresas estavam massacrando e invadindo as áreas e tirando o nosso sustento. Aí, com muita luta conseguimos da juíza de Urbano Santos uma liminar de proteção concessória pra garantir a nossa posse da terra até nós sermos regularizados pelo INCRA. (J.R.N, 08 de agosto de 2016)

Em meio a conflitos e ameaças já vividas pelos habitantes de Pequizeiro, a posse representa para os moradores uma grande conquista, pois agora podem se fixar no território de forma segura, legalmente amparados.

2.2.6 Produção e renda

Em relação à atividade produtiva e renda, segundo dados do setor censitário de 2010, a maioria dos moradores está em situação financeira semelhante. O Gráfico 3 mostra que quase metade dos responsáveis pelo domicílio não possui renda nominal mensal, seguido por 25% ganhando até meio salário mínimo. O número é o mesmo para representar os responsáveis que ganham de 1 a 2 salários mínimos, e os que ganham de 2 a 3 salários mínimos representam apenas 1% da pesquisa.

Gráfico 3 – Renda do responsável pela família

Fonte: IBGE, 2010

Em se tratando da atividade produtiva, é encontrado um cenário de lógica produtiva familiar, com foco na roça de aprovisionamento, além de pesca e outras atividades extrativistas secundárias que não chegam a disputar o protagonismo que a roça tem como atividade produtiva principal. A roça de subsistência dos moradores, normalmente não é encontrada no terreno de sua moradia; quando questionados sobre a localização da plantação, a maioria responde que se encontra “logo ali”, apontando normalmente para a direção ao fundo do terreno de sua casa, em uma área de várzea. Os principais alimentos plantados nas roças de Pequizeiro são milho, feijão e a mandioca, chamada popularmente de maniva.

A gente planta maniva, planta milho. Planta feijão. Agora o milho nem prestando tá. O milho lá diz que dava desse tamanhinho assim. Nem sei se vai botar alguma espiga. (A.J.R, 13 de novembro de 2019)

Feijão é muito devagarzinho. Mas bonita mesmo é a maniva. (A.A, 11 de abril de 2016)

A gente faz roça de maniva, de milho, de uma porção de planta. Faz de feijão também. (M.J.N, 11 de abril de 2016)

No terreno da maioria dos habitantes entrevistados há também a produção de gêneros secundários, que da mesma forma auxiliam na manutenção da subsistência familiar. Essa produção normalmente é representada pelos canteiros, onde são cultivados cheiro verde, tomate cereja e cebolinha, plantados em estruturas suspensas, evitando o ataque de galinhas e outros animais à plantação.

Dentre as especificidades do camponês elencadas por Shanin (2005), é possível perceber aqui a economia de ocupação autônoma, de subsistência e com controle dos meios de produção, onde a terra em que moram e produzem são de posse do camponês. Há também presença de subconsumo e “autoexploração”. O camponês exerce um trabalho extenuante na roça, passando grande parte do dia trabalhando na roça, buscando a subsistência.

Segundo Gorden (2016), por ser o Brasil um país grande e diverso, tem em seus camponeses o reflexo disso, produzem de tudo, de várias formas, nos diversos biomas, nas centenas de microclimas, de maneira integrada, convivendo com as especificidades de cada local, com a expertise de adaptar-se onde fincaram o pé. Assim, o camponês de Pequiizeiro usufrui dos recursos naturais de diversas formas, como é mostrado nos relatos abaixo. Na casa de J.R.N, por exemplo, é percebida grande variedade na produção agrícola. Cultiva banana, juçara, abacate, mamão, mandioca, abacaxi, manga, laranja, entre outras espécies vegetais frutíferas, como é possível observar nas Figuras 11 e 12. A maior parte destina-se ao consumo da família; a venda ocorre apenas com o excedente, quando há.

Figura 11 – Produção doméstica de abacaxi no terreno de J.R.N



Fonte: Autora, 2019

Figura 12 – Variedade de espécies vegetais presentes no terreno de J.R.N



Fonte: Autora, 2019

[...] Gosto também de pescar, gosto de caçar, vai atrás de mel. Tenho também guardado mel. Mel eu tenho guardado aí também. (A.J.R, 13 de novembro de 2019)

Ela faz, assim, ela trabalha com as... aquele que vende... Planta cheiro verde, ela vende tomate, a cebolinha, essas coisas assim. (J.R.N, 13 de novembro de 2019).

Os relatos acima mostram a busca do camponês de Pequiizeiro por outras fontes de sustento, de forma que complemente a renda familiar. Na fala de A.J.R, é percebida a expertise do camponês em aproveitar ao máximo o que a natureza lhe oferece e de acordo com sua capacidade de assim fazê-lo. O entrevistado relata que a venda de mel é sempre bastante lucrativa, se comparado com os outros produtos, porém isso só acontece quando, por sorte, se acha na mata uma casa de abelha. Portanto, não há no povoado a realização da apicultura de forma organizada e/ou voltada para o mercado.

Segundo relato de um dos moradores, em tempos áureos Pequiizeiro se destacava na região pela produção de farinha, tanto em qualidade quanto em quantidade. Até hoje é um

item importante tanto na dieta dos moradores quanto na complementação da renda. Percebe-se que é uma atividade importante no povoado. A maioria dos entrevistados produz farinha, destinada principalmente para o consumo. Em sua composição “farinha”, o cantor Djavan ilustra muito bem a importância que esse tubérculo tem na vida dos nordestinos mais pobres: “o cabra que não tem eira nem beira, lá no fundo do quintal tem um pé de macaxeira, a macaxeira é popular, é macaxeira *pr’ali*, macaxeira pra cá”. Esse trecho da música caracteriza com autenticidade o camponês de Pequizeiro.

A partir das entrevistas, foi possível perceber que a atividade produtiva na roça é a principal fonte de renda e sustento das famílias. Além disso, contam com o auxílio do programa Bolsa Família. Em alguns casos, os moradores buscam ocupações alternativas para complemento da renda, como o de J.A.S, que além da produção de roça, exerce o ofício de pedreiro na sede do município, passando temporadas fora de sua residência, a fim de complementar a renda. Sobre isso, Vergés (2011, p. 9), afirma que “a economia camponesa vende produtos, mas para garantir sua reprodução sente-se obrigada também a vender o excedente da força de trabalho que não pode absorver”. Como no exemplo citado, é notada a pluriatividade do camponês que se vê obrigado a exercer dois papéis sociais distintos para aumento da renda.

Eu trabalho de roça, eu trabalho de ajudante de pedreiro. Onde tem serviço eu vou. Às vezes eu passo um tempo lá na Belágua trabalhando de pedreiro, tiro um dinheirinho e depois volto pra cá. A gente tem que fazer um pé de meia pra comprar os móveis novos da casa, né? Mas quando eu tô de volta eu tô trabalhando na roça. (J.A.S, 01 de junho de 2019)

A gente vende um pouco de farinha, mas não dá muito não. Quando não tem dinheiro vai no comércio pra trocar... leva pra trocar por ovo, mortadela. (J.A.O, 11 de abril de 2016)

Rapaz, a gente vende farinha. Um vende um paneiro, outro vende outro, outro vende outro. Esse ano a farinha subiu de preço e a gente não dá conta de comprar, se faz mais é pra comer. (A.N, 11 de abril de 2016)

Nas atividades produtivas, é interessante perceber também a presença do sentimento de reciprocidade entre os moradores. A produção da roça e da farinha são feitas na maioria das vezes de forma coletiva. Em relação à roça, representadas nas Figuras 13 e 14, poucos são os casos em que uma única pessoa cuida sozinha da plantação; normalmente parentes e vizinhos dividem uma mesma roça, não havendo nesse caso a ideia de propriedade privada. A produção de farinha, da mesma forma, é feita a partir do compartilhamento dos meios de produção; parentes ou vizinhos costumam dividir uma mesma casa de farinha.

Figura 13 – Plantação de quiabo

Fonte: Souza, 2017

Figura 14 – Plantação de milho

Fonte: Souza, 2017

Nos quintais, ainda são comumente encontradas criações de animais, que se destinam principalmente ao consumo da família. Frequentemente são encontradas galinhas criadas soltas no terreno e chiqueiros com alguns poucos porcos. Não foi identificada a criação de animais de maior porte como bovinos e equinos.

Em relação à divisão familiar de tarefas, é percebido um lugar específico para cada integrante do núcleo, de acordo com sexo e idade. O cuidado com a roça normalmente é atribuição dos homens em idade adulta, que recebem o auxílio dos homens mais novos, no intuito de desde cedo passar o ofício da roça. Como é perceptível nas falas abaixo, feitas por A.A e seu marido, J.R, a atividade agrícola envolve toda a família e desde cedo. Shanin (2005) corrobora afirmando que uma das características do camponês é encontrada na racionalização tradicional e conformista, tradição oral e padrões específicos de socialização e aprendizado ocupacional, passados aos filhos desde muito cedo, como mostram os relatos abaixo:

Aí todo mundo trabalha lá, quem tá com mais idade, todo mundo é lá. (A.A, 13 de novembro de 2019)

Trabalha... Estes daí já vão, o outro vão, mas não é todo dia porque vão pra escola e aí quando não vão pra escola tem que ajudar a gente, ajudar na casa de forno[...] Mas ajuda no que a gente vê que eles podem fazer, que nós não vamos colocar um serviço pra eles não poder fazer. Raspar uma mandioca, enxugar uma massa de fumo, esse aí já me ajuda. (J.R, 13 de novembro de 2019)

Olha, a limpeza do terreno, quando não é eu, é meu marido mesmo, os meninos que são maiorzinho. Quem planta a roça é meu marido, meu esposo mesmo que planta a maniva. Agora, negócio de milho, essas coisas, eu mais os meninos, a gente ajuda ele a plantar. Na hora de colher, colhe a família toda mesmo. (A.A, 11 de abril de 2016)

Às mulheres é destinado o trabalho doméstico, tarefas de organização e manutenção da casa, além do preparo dos alimentos. É possível também ver, em alguns casos, a participação da mulher ir além das atividades domésticas. Quando já não há mais filhos pequenos no núcleo familiar, a mulher costuma auxiliar na roça de forma secundária.

Quem faz a roça é meu esposo mais os irmãos dele. Eu fico cuidando dos menino, que ainda são pequeno. Eu faço a comida, cuido da casa, lavo as roupas no rio. E assim a gente vai se arranjando. (M.A.V, 11 de abril de 2016)

Queiroz (1963) observa também ser sempre presente um sentimento de igualdade entre os membros da comunidade, originado da igual posição social e de iguais tarefas desempenhadas. Esse sentimento é perceptível em Pequizeiro por meio da análise da renda, da atividade produtiva e principalmente das falas. Nota-se que a maioria dos habitantes do povoado compartilha da mesma situação e possui esse sentimento de igualdade.

2.2.7 Sociabilidade

No que diz respeito à sociabilidade da população de Pequizeiro, observa-se que esta acontece sobretudo dentro das unidades familiares. As reuniões entre vizinhos acontecem com menor frequência, sendo mais comum o encontro entre membros de uma mesma família, que ocorre normalmente aos finais de semana. As atividades de lazer são geralmente o banho de rio ao fim da tarde, sendo essa cena comum no povoado; os jogos de futebol, tanto masculino quanto feminino; o uso da televisão; as reuniões entre familiares e vizinhos e as atividades religiosas. As Figuras 15 e 16 ilustram uma das principais atividades de lazer no povoado: o jogo de futebol.

Aquí a gente assiste televisão, às vezes vou ali... tem um campinho de futebol ali em cima e de vez em quando a gente vai pra lá jogar bola. Na televisão eu gosto de assistir mais é um esporte, jornal...às vezes vejo um filme aí de ação. Final de semana, às vezes a gente se reúne com a família, com os vizinhos. Nós *não costuma* participar dos festejos da igreja não. (J.V.N, 11 de abril de 2016)

Terminou de almoçar, quando o solzinho tá quente levo os meninos pra tomar banho lá no rio e brincar. A molecada gosta demais. (J.R.N, 11 de abril de 2016)

Nos fins de semana, a gente se reúne lá na casa do meu pai. Meu pai mora lá no outro povoado. A gente se reúne com *os vizinho* também. Tem ótimos vizinhos. Tinha festejo aqui no povoado; primeiro faziam o festejo de São Pedro, que fazia festa mesmo de verdade. Agora só comemora mesmo na igreja. (L.R, 11 de abril de 2016)

Figura 15 – Jogo de futebol feminino

Fonte: LATESE, 2017

Figura 16 – Time de futebol feminino

Fonte: LATESE, 2017

Apesar da preferência pelas reuniões entre familiares, na relação entre os vizinhos também vigora a reciprocidade e ajuda mútua. Por intermédio de entrevistas e diálogos não gravados foi possível perceber o sentimento de união entre os integrantes do povoado. Quando alguém passa por grande dificuldade, há mobilização coletiva para auxílio de quem precisa. Em um dos relatos, N.S conta que perdeu em um incêndio sua casa e tudo o que nela havia, logo, dotados dessa coletividade, vizinhos e amigos residentes no povoado fizeram doações que ajudaram N.S a reorganizar sua vida e casa.

Nesse sentido, Queiroz (1963) afirma que essas comunidades camponesas são marcadas pela coletividade das atividades dos mais variados âmbitos, como religioso, político, laboral, recreativo e até mesmo por questões relacionadas a um núcleo familiar que acabam transbordando e tornando-se problema para toda a comunidade, como foi o exemplo de N.R, em que sua adversidade pessoal se tornou de conhecimento e responsabilidade também de toda a comunidade.

Ainda baseada na reciprocidade ali existente, é comum no povoado se fazer a troca de dia ou diária, que acontece quando um morador precisa de mão de obra para realização de alguma tarefa que requeira maior esforço, como uma roça ou a construção de uma casa. Assim, entra em acordo com outros trabalhadores para que esses lhe ajudem e posteriormente deverá conceder uma diária a todos que lhe auxiliaram.

2.3 Amostra familiar: perfil socioeconômico e produção habitacional

Nesta seção, é realizada a descrição de como os habitantes de Pequizeiro têm construído suas moradias. Na busca por caracterizar aspectos da moradia camponesa do

povoado, foi selecionada uma amostra de sete casas, que corresponde a quase 15% do total de famílias selecionadas pela SECID no povoado. Em um primeiro momento, foi feita a caracterização da construção, o invólucro chamado casa. Entretanto, sabemos ser esse apenas um dos elementos que constituem a moradia camponesa. Villa e Ornstein (2013) corroboram a ideia ao afirmarem que o habitat não se limita ao objeto edificado, expandindo-se ao entorno imediato da moradia, revestindo-se de características subjetivas inerentes à relação que estabelece entre os moradores o ambiente físico que o recebe. Portanto, fez-se necessário também trazer, em um segundo momento, a análise do entorno dessas habitações, examinando seus anexos e buscando compreender sua importância e papel na reprodução da vida camponesa em Pequizeiro.

2.3.1 Análise das casas da amostra

Após compreender os aspectos sobre sociabilidade, origens e produção do povoado, foi realizada a análise mais aprofundada tanto das famílias selecionadas para amostra, quanto de suas casas. Para tanto, foi elaborado um resumo no qual sistemas construtivos, materiais aplicados, organização espacial, sua implantação no terreno e relação com este, além dos elementos que compõem a moradia, como anexos, são analisados com maior riqueza de detalhes. Buscando referenciar cada casa analisada dentro do povoado, na Figura 17 é possível observar no mapa de Pequizeiro a localização das casas selecionadas, assim como suas respectivas fachadas.

Figura 17 – Localização das casas da amostra junto com fachadas



Fonte: Autora, 2016

2.3.1.1 Fundação e alvenaria

Das sete casas selecionadas, três apresentavam fundação com tijolo de adobe. O adobe em questão é produzido pelos moradores, com o uso de uma fôrma de madeira para o molde dos tijolos. O barro utilizado é coletado de um “barreiro”, buraco cavado nos fundos do terreno exclusivamente para essa finalidade, que posteriormente serve como local de descarte do lixo produzido pela família, sendo este enterrado ou queimado.

As casas de fundação de adobe correspondem a 42,8% da amostra, mesma porcentagem das casas com fundação de esteio de madeira, enquanto as de fundação de pedra correspondem a apenas 14,28%. Tratando-se da alvenaria, são encontradas na amostra apenas duas tipologias: tijolos de adobe e taipa de mão, sendo a primeira encontrada em maior quantidade, identificada em cinco das sete casas, enquanto a taipa foi encontrada em apenas duas casas.

Figura 18 – Casa de taipa, de O.F



Fonte: LATESE, 2016

Figura 19 – Casa de tijolos de adobe, de L.R



Fonte: LATESE, 2016

As Figuras 18 e 19 mostram os dois tipos de alvenaria encontrados no povoado. A primeira retrata a taipa de mão, enquanto a segunda mostra a alvenaria em tijolos de adobe.

2.3.1.2 Piso

O piso dessas casas normalmente é cimentado. Essa técnica consiste em adicionar uma mistura de água e cimento sobre o piso de terra batida, já apiloado e nivelado. Quatro foram as casas que apresentaram o piso cimentado. Foi encontrado também em duas casas o piso de terra batida, e em apenas uma foi encontrado o piso cerâmico. Nas Figuras 20 e 21,

percebe-se a diferença entre o piso cimentado e o de terra batida. O primeiro oferece um acabamento mais plano e “limpo”, enquanto o segundo acaba ficando mais imperfeito e “levanta poeira”, como relatam os próprios moradores.

Figura 20 – Piso cimentado



Fonte: LATESE, 2016

Figura 21 – Piso de terra batida



Fonte: LATESE, 2016

2.3.1.3 Cobertura

Em relação à cobertura dessas casas, prevalece o uso de telha cerâmica com madeiramento. Das sete casas analisadas, quatro apresentavam esse material como cobertura, enquanto três possuíam cobertura de palha. Os moradores costumam montar a estrutura do telhado com as madeiras que encontram em Pequiizeiro e povoados vizinhos. Usam a palha do buritizeiro, coletadas em Buritizinho e Centro do Dico, povoados próximos a Pequiizeiro, que possuem maior oferta desse material. O motivo da preferência pelo uso da telha cerâmica no lugar da palha, segundo os próprios moradores, é a maior manutenção que a palha exige, pois costuma se deslocar com muita facilidade, ou secar muito depressa, devido à exposição constante ao sol.

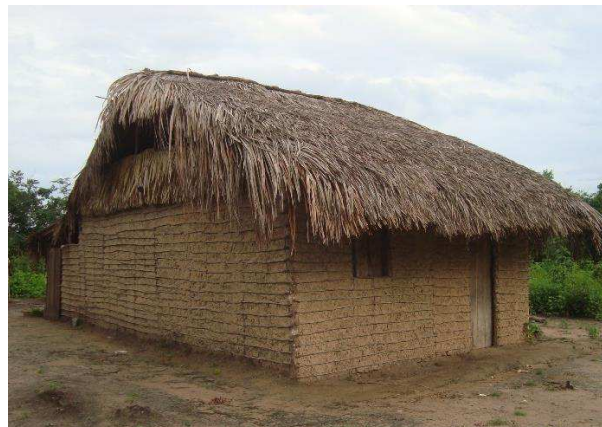
Foi percebido que em algumas casas que utilizam a telha cerâmica como cobertura há uso alternativo do madeiramento, formando uma cobertura híbrida, com madeiramento rústico de troncos de madeira retirados também das proximidades, junto à telha cerâmica.

Figura 22 – Cobertura híbrida, utilizando telhas cerâmicas e troncos de madeira



Fonte: LATESE, 2016

Figura 23 – Cobertura de palha, utilizando troncos de madeira junto a folhas de Buriti



Fonte: LATESE, 2016

A Figura 22 mostra o exemplo de cobertura do tipo híbrida, onde os moradores substituem o uso do madeiramento padronizado por troncos rústicos de madeira recolhidos nas redondezas, diminuindo, assim, o custo da cobertura. A Figura 23, por sua vez, mostra a cobertura tradicional de palha, feita a partir de folhas de palmeiras locais.

2.3.1.4 Esquadrias

As esquadrias, em sua maioria, são de tábuas de madeira. Essas tábuas são adquiridas pelos moradores em lojas de material de construção, que conseguem, a partir delas, produzir esquadrias de forma mais econômica. Em casas menos abastadas, utiliza-se cortinas de tecido como vedação, enquanto famílias com mais recursos optam pela aquisição de esquadrias padronizadas já prontas para instalação. Nas Figuras 24 e 25, é possível observar os modelos comumente encontrados: esquadrias de tecido e esquadrias feitas de ripas de madeira.

Importante mencionar que os modelos anteriormente citados se referem às esquadrias externas, encontradas nas fachadas das casas. Internamente, é mais comum a utilização de tecidos ou portas feitas com ripas de madeira para vedar a abertura das portas dos quartos.

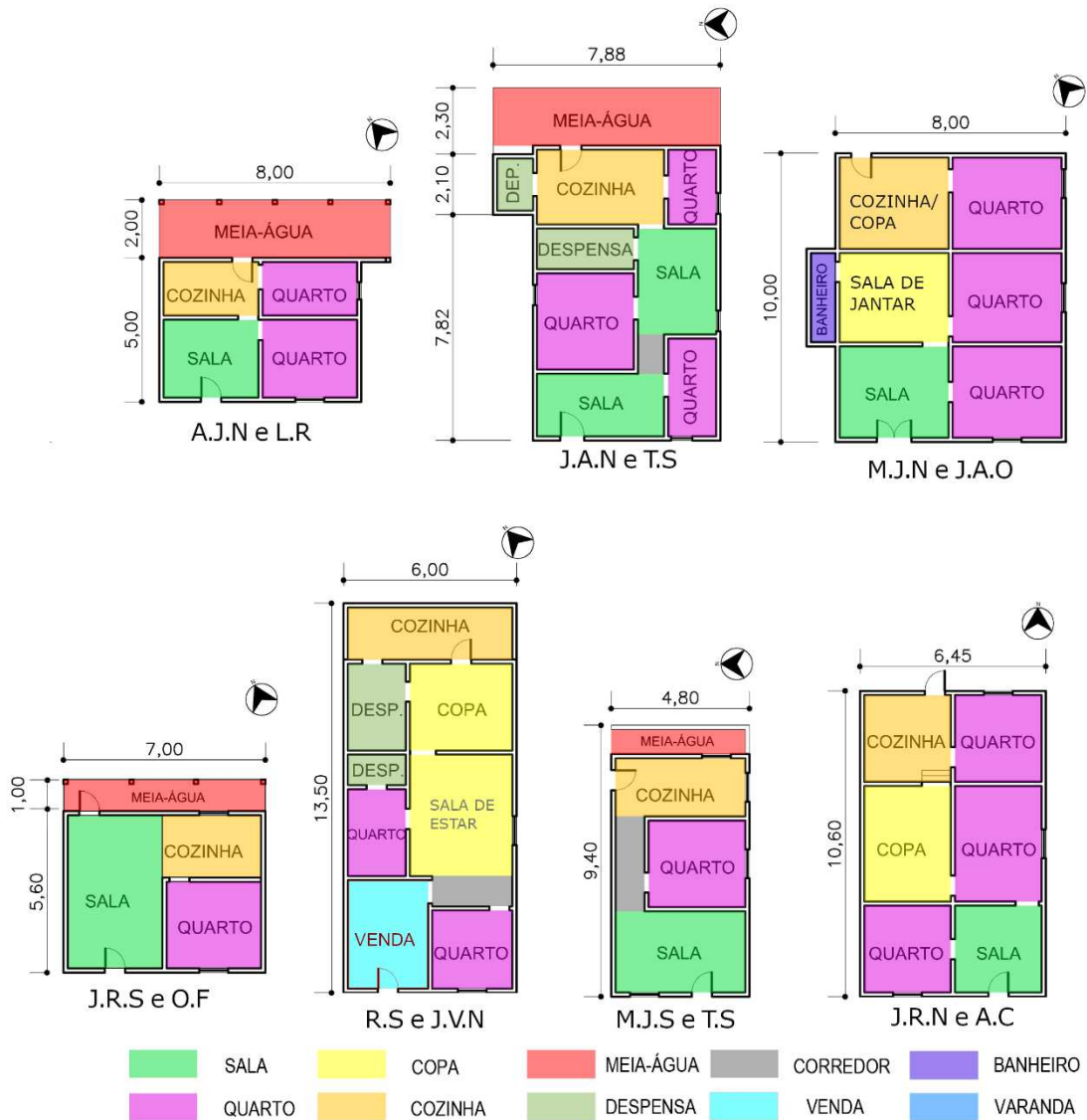
Figura 24 – Esquadria em tecido**Fonte: LATESE, 2016****Figura 25 – Porta feita de tábuas de madeira****Fonte: LATESE, 2016**

É também notada a presença de poucas aberturas para iluminação e ventilação dos cômodos, o que se distancia de parâmetros técnicos ideais. Esse fato se dá por questões de privacidade, além dos recursos limitados, uma vez que apesar de habitualmente serem feitas de ripas de madeira, buscando o menor custo, a aquisição dessa matéria-prima nas lojas de material de construção ainda assim é onerosa ao bolso do camponês. Logo, o morador evita fazer mais e maiores aberturas em sua casa.

2.3.2 Organização espacial da casa: localização e função dos cômodos

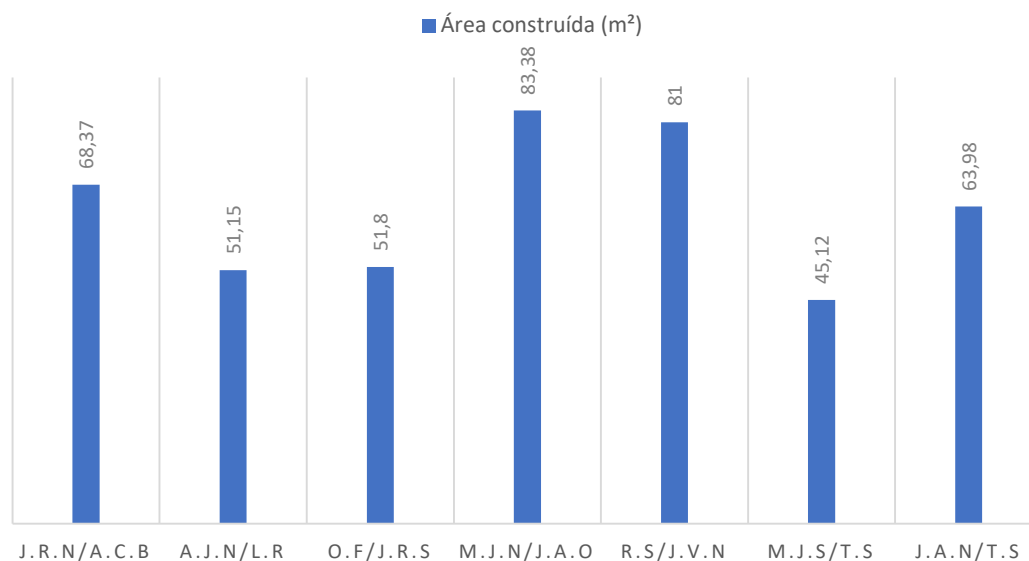
Em relação aos cômodos que compõem a casa, foi possível perceber na maioria das habitações analisadas a presença de sala, normalmente sendo o primeiro cômodo da casa, seguida pelo quarto, cuja quantidade varia de acordo com o tamanho da família e/ou seus recursos. Em algumas casas, foi percebida também a presença de copa, uma espécie de sala destinada ao consumo das refeições da família. Por último, encontra-se a cozinha, normalmente acompanhada da meia-água, com função de apoio na preparação dos alimentos. É possível observar a disposição dos cômodos das sete casas selecionadas na Figura 26.

Figura 26 –Planta baixa das casas selecionadas para amostra



Fonte: Souza, 2017

Ao analisar a área construída das casas, nota-se considerável variação, de 45m² a 83m². Tal distinção se dá pelas diferentes composições de cada família, moldando-se de acordo com a demanda familiar de cada núcleo, além de seus recursos.

Gráfico 4 – Área construída das moradias

Fonte: Autora, 2019

O Gráfico 4 exibe de forma mais clara a grande variação encontrada em relação às medidas das casas da amostra. O tamanho da casa é uma dimensão que nem sempre vai variar de acordo com o número de moradores. Se analisarmos o Gráfico 4 juntamente com o Gráfico 5, observaremos que há casos de famílias numerosas que precisam dividir um único dormitório, a exemplo do núcleo de O.F e R.S. O tamanho da moradia é, sobretudo, um reflexo da renda familiar.

2.3.3 Projeto e construção das moradias

Questionando alguns moradores sobre o planejamento da construção e o processo de criação e organização dos espaços anterior ao PMCMM, é percebido que não há esse cuidado, sendo normalmente realizado no momento da execução, como mostram alguns relatos:

Nós tiramo da nossa cabeça mesmo. Que o material era pouco, então não pode inventar muito. Quando tá pronta a gente pensa em aumentar pra trás, fecha a cozinha e faz mais uns quartos... (L.R, 11 de abril de 2016)

Meu marido fez da cabeça dele mesmo, do jeito que todo mundo faz (M.J.S, 11 de abril de 2016)

Eu não tinha modelo, nem ideia, só fui riscando no terreno. Foi no sentimento mesmo, fui fazendo ela dessa maneira porque eu não tinha ideia mesmo de nada mesmo. E fiz sem ideia de aumentar também... até porque se eu tivesse nessa época com uma pessoa me orientando, eu tinha feito com uma sobra de terreno pra frente. Aí a minha casa acabou ficando no meio da rua. (J.A.O, marido de M.J.N, 11 de abril de 2016)

Ao questioná-los sobre o período empreendido para construção de suas casas, foi notada diferente noção de mensuração de tempo, sendo uma característica da vida rural. Diferentemente da vida urbana, no rural não há grande preocupação em quantificar ou fracionar o tempo; normalmente usa-se também estações do ano para marcar com maior precisão a decorrência temporal. Abaixo, alguns relatos que atestam essa característica:

Quanto tempo demorou pra ficar pronta? Essa daqui demorou um bocado de tempo... acho que mais de mês. Eu não tô lembrada direito das coisas. Só sei que custou um tempo pra fazer, pra levantar. (M.J.S, 11 de abril de 2016)

Quanto tempo demorou pra ela ficar pronta? Demorou mais de mês... eu não sei dizer direito. Foi num período chuvoso que fiz aqui, daí eu trabalhava um dia, aí chovia. Aí tinha que deixar secar bastante pra poder construir. (J.V.N, 11 de abril de 2016)

2.3.4 Uso da moradia e do lote

Esta subseção dedica-se a analisar com maior profundidade o uso da moradia camponesa em Pequizeiro. A partir da observação da amostra selecionada, foi possível perceber como o camponês se comporta em cada um dos cômodos de sua casa e qual uso costuma dar a eles. A análise aqui vai além dos limites impostos pelas paredes da casa; inclui elementos essenciais para a reprodução da vida rural, os chamados anexos, representados por ambientes como cozinha de apoio, jirau, casa de banho, entre outros.

2.3.4.1 Sala e quarto

Foi percebido uso heterogêneo da sala, lugar onde todos os integrantes da família se revezam em seu uso. Foi notado também que em casas com apenas um quarto, a sala costuma ter além da função de estar/lazer, função de dormitório, ocupado sempre pelos homens da casa, enquanto as mulheres e filhos pequenos dormem no quarto. A sala também é local destinado a receber visitas, sempre com cadeiras dispostas para “abancar” os convidados.

Já o quarto é reservado à intimidade da família. Nele são guardados itens de uso pessoal, como roupas, redes e documentos. Em algumas casas, é possível perceber o uso de uma pequena mesa ou cadeira, localizada em um dos cantos do quarto para guardar a bíblia, imagens de santos e itens de higiene pessoal, como desodorante e perfume.

Figura 27 – Sala de uma das casas da amostra



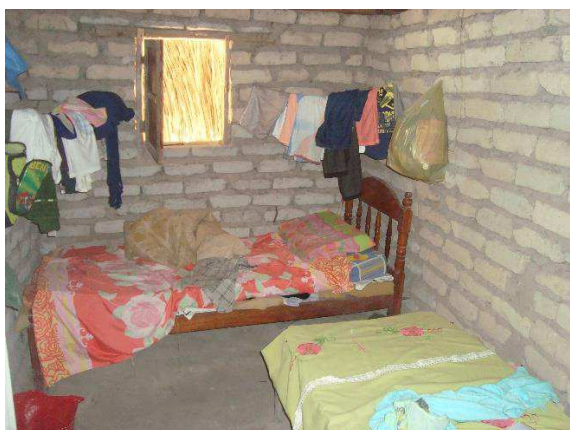
Fonte: LATESE, 2016

Figura 28 – Sala de um dos beneficiários



Fonte: LATESE, 2016

Figura 29 –Quarto sem mobiliário para guarda de pertences



Fonte: LATESE, 2016

Figura 30 –Quarto dotado de mobiliário para guarda de pertences



Fonte: LATESE, 2016

As Figuras 27 e 28 retratam a simplicidade do mobiliário encontrado na maioria dessas casas, contendo sempre cadeiras para reunião familiar e/ou recepção de visitas, e quando há uso sobreposto, encontram-se redes que acomodam alguns moradores durante a noite, como mostra a Figura 28. Nos quartos, como é possível observar nas Figuras 29 e 30, há a preocupação com a guarda de itens pessoais da família, que, a depender de seus recursos financeiros, os põe em móveis ou em varais.

2.3.4.2 Cozinha e quintal

Para Bachelard (1993), os espaços da casa são principalmente espaços vivos, e pouco têm a ver com a geometria ou com a arquitetura. A partir dessa afirmação, é possível identificar a cozinha na habitação camponesa como um núcleo, o espaço de maior vitalidade

da casa. De acordo com a divisão de tarefas entre os integrantes da família camponesa de Pequizeiro, o homem se ausenta durante grande parte do dia, ocupado com a roça, enquanto à mulher são designados trabalhos domésticos, os quais se concentram na cozinha, como é possível observar no relato de uma das beneficiárias, T.S: “É. Porque a cozinha é o lugar da gente, a mulher o tempo todo é na cozinha. Pra cozinhar, pra ajeitar [...]” (T.S, 12 de novembro de 2019).

Foi percebido que a cozinha não se destina apenas ao preparo dos alimentos, mas também ao convívio cotidiano da família. É possível, por exemplo, observar mães e filhas trabalhando juntas nesse ambiente da casa. Durante o processo de preparo dos alimentos, conversam entre si para “fazer o tempo passar mais rápido”. O trabalho de cozinhar se torna, então, um momento de socialização entre familiares do sexo feminino. Aliás, não raras foram as vezes que nos trabalhos de campo chegávamos nas casas no horário próximo das refeições e encontrávamos mãe, filha e avó, reunidas no referido cômodo, onde as diferentes gerações conversavam enquanto preparavam a comida.

Figura 31 – Cozinha de um dos beneficiários



Fonte: LATESE, 2016

Figura 32 – Cozinha de um dos moradores



Fonte: LATESE, 2016

É importante justificar a localização da cozinha, que mesmo sendo um dos cômodos mais importantes da casa está nos fundos da construção. Isso acontece para facilitar o transporte do que é produzido no entorno da casa até onde será preparado para consumo, na cozinha. As Figuras 31 e 32 mostram o interior de duas cozinhas presentes na amostra, exibindo sempre ligação com o quintal. Além disso, é de costume das famílias fazer uso do fogão a lenha. Devido ao alto custo do botijão de gás, as famílias de Pequizeiro preferem usar o convencional apenas para preparos mais rápidos, como café, deixando para o fogão a lenha

cozimentos mais demorados, como feijão e carne. É possível observar essa situação no relato de N.S, logo a seguir.

Fogão de gás a gente só usa mesmo pra ferver a água pro café, que é caro demais o bujão. Aqui nós gosta de cozinhar no quintal, no fogão de carvão, pra fazer um feijãozinho, uma carne... (N.S, 01 de junho de 2017).

As figuras 33 e 34 ilustram o uso do fogão a lenha, tão comumente encontrado nas casas de Pequizeiro. A instalação desse item normalmente é feita na parte de fora da casa, como mostra a Figura 35, e em alguns poucos casos é encontrado na parte interna, como ilustra a Figura 34.

Figura 33 – Fogão de barro localizado em área externa da casa



Fonte: LATESE, 2016

Figura 34 – Cozinha com fogão de barro locado em área interna da casa



Fonte: LATESE, 2016

Também é muito comum, na moradia tradicional de Pequizeiro, a meia-água (Figura 36), local que normalmente abriga o fogão a lenha na área externa da casa. Esse ambiente serve de apoio para o preparo dos alimentos, além de normalmente também abrigar o jirau, elemento destinado à lavagem da louça.

Figura 35 – Fogão a lenha localizado em área externa, na meia-água



Fonte: LATESE, 2016

Figura 36 – Meia-água com função de cozinha, localizada na parte externa



Fonte: LATESE, 2016

Após compreender características da construção e organização das moradias; aspectos da sociabilidade presentes no invólucro chamado casa, sendo apenas um dos elementos da moradia rural, faz-se necessário agora expandir essa análise para além das paredes de taipa ou adobe. Entramos no quintal, que para a moradia rural é mais do que uma extensão da casa, pois funciona como parte significativa desta.

É sabido que o morar camponês vai além da alvenaria que limita a casa, envolvendo muitos outros elementos encontrados principalmente em seu entorno, ou no que pode ser chamado de terreno. O camponês faz uso do entorno de sua moradia de forma diferenciada, não visa uma exploração descabida, pelo contrário, administra e organiza seu terreno de forma que consiga gerar um ciclo ecológico que garantirá a sustentabilidade do local.

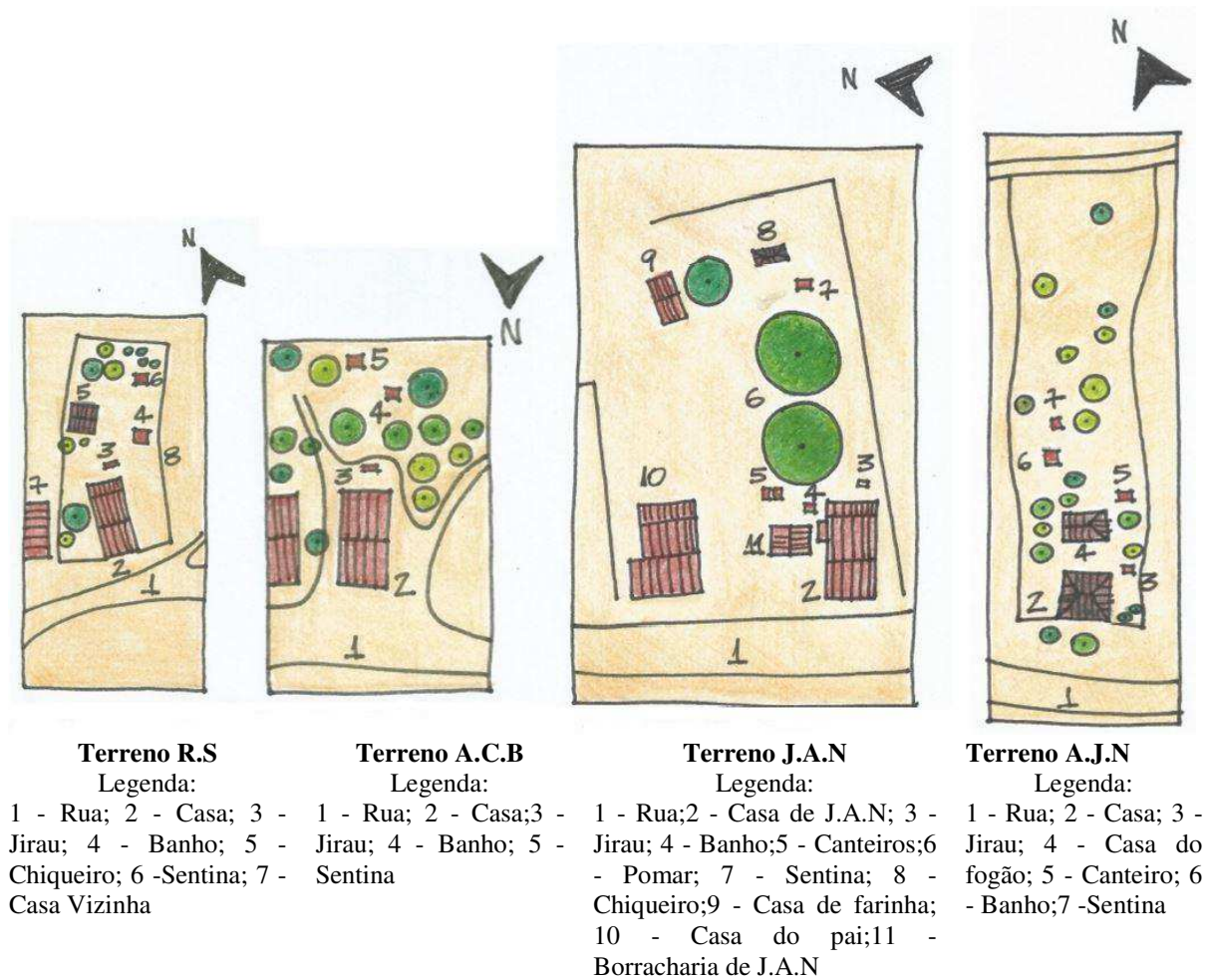
O sítio não é uma extensão uniforme de terra. Ele é organizado pelo trabalho em espaços diferenciados. Esses espaços e as atividades neles desenvolvidas se articulam entre si [...]. Essa articulação engendra uma espécie de modelo de insumo-produto, em que cada espaço-atividade gera insumos para outros espaços-atividades. Tal modelo obedece ao princípio de “internalização dos supostos da produção” (WOORTMANN, 2004, p. 134)

O camponês tem em seu terreno sua principal fonte de renda e subsistência, logo, esse local vai refletir as necessidades básicas alimentares de sua família, levando em conta também seus recursos. Assim, o camponês foca a produção e utilização de seu terreno na variedade e não na especialidade. Em todas as famílias da amostra foi possível perceber a busca pela variedade da produção, alguns em menor escala, outros em maior, refletindo a agricultura de provisão característica do campesinato.

Na Figura 37, foi feita uma representação gráfica da planta baixa de alguns terrenos analisados. A partir de sua análise, é possível perceber um padrão da localização da casa no

terreno, encontrada sempre na parte mais à frente do lote, resultando em grandes quintais que abrigam anexos essenciais como jirau, sentina, casa de banho, chiqueiro, canteiro e galinheiro, itens que a seguir são analisados com mais detalhes.

Figura 37 – Terreno da moradia camponesa

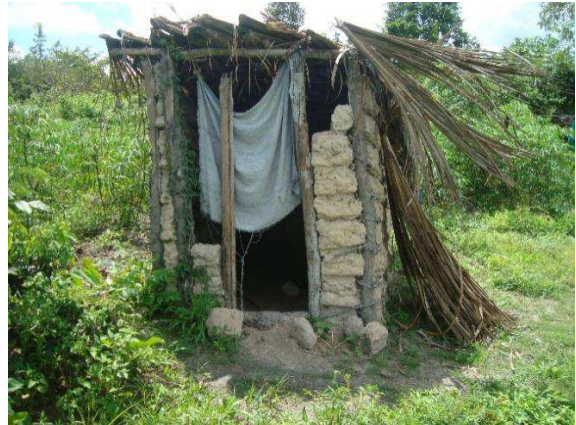


Fonte: Souza, 2017

O jirau, representado na parte esquerda da Figura 38, é uma estrutura feita de ripas de madeira, suspensa por esteios de mesmo material, com finalidade de lavagem da louça. A sentina (Figura 39) é o anexo que corresponde às instalações sanitárias da casa. Trata-se de uma escavação simples, sem revestimento interno, dedicada ao depósito dos dejetos. Suas paredes externas costumam ser feitas em adobe ou taipa, utiliza-se esse material devido ao caráter efêmero dessa construção, que tem durabilidade limitada, necessitando ser abandonada a cada 3 ou 4 meses, variando de acordo com as dimensões da escavação e da quantidade de pessoas que a utilizam. Possui cobertura em palha ou telha cerâmica e fica localizada sempre nos fundos do terreno, de modo que fique oculta aos olhos dos visitantes.

Figura 38 – Jirau para lavagem de louça

Fonte: LATESE, 2016

Figura 39 – Sentina de adobe e palha

Fonte: LATESE, 2016

No complexo que é a moradia rural, outro anexo é também destinado à higiene da família: o banheirinho, casa de banho, ou apenas banho (Figura 40). É uma construção feita em palha ou alvenaria de tijolos cerâmicos – também situada no fundo do terreno –, destinada ao banho dos moradores. É encontrada nos quintais da maioria das moradias de Pequizeiro, e não necessariamente próximo à sentina; está mais perto da casa.

A horta (Figura 41), chamada popularmente de canteiro, é uma estrutura feita de madeira, suspensa para que pequenos animais domésticos não alcancem a plantação, e tem finalidade de acomodar a produção de verduras e alguns legumes.

Figura 40 – Casa de banho em alvenaria

Fonte: LATESE, 2016

Figura 41 –Canteiro, também chamado de horta

Fonte: LATESE, 2016

Figura 42 – Preparo de mandioca na casa de farinha

Fonte: LATESE, 2016

A casa de farinha (Figura 42) também é um item de grande importância presente no cotidiano dos moradores de Pequizeiro. São construções destinadas à execução dos processos para produção de farinha e são sempre compartilhadas entre pessoas da mesma família, vizinhos e amigos. É notável também o compartilhamento de outros itens dos quintais de Pequizeiro, sendo comum pessoas de uma mesma família compartilharem sentina e casa de banho, mesmo morando em casas diferentes.

Tabela 3 –Anexos e equipamentos presentes nos quintais das casas (referentes a 2016)

Anexos/família	J.R.N/ A.C.B	A.J.N/ L.R	O.F/J. R.S	M.J.N/J .A.O	R.S/J.V .N	M.J.S/ T.S	J.A.N/ T.S
Canteiro							
Árvores frutíferas							
Chiqueiro							
Galinheiro							
Sentina							
Casa de banho							
Jirau							
Depósito							
Casa de farinha							

Fonte: Autora, 2016

No intuito de pontuar a presença desses anexos nas casas selecionadas para amostra, foi criada a Tabela 3, contendo os principais equipamentos anexos presentes na habitação rural de Pequizeiro, e sinalizando quais desses cada casa da amostra possuía, antes da chegada do PMCMM. Podemos associar a maior ou menor presença de anexos às condições socioeconômicas de cada núcleo familiar, uma vez que a construção de qualquer uma dessas

estruturas demanda recursos financeiros. Assim, é possível perceber a diferença socioeconômica presente dentro da amostra, visto que em algumas famílias há um grande número de anexos em seus terrenos, enquanto em outras a presença é mais tímida, chegando a ser até inexistente, como é o caso do núcleo formado por M.J.S e T.S.

2.3.5 Perfil das famílias da amostra

A fim de acompanhar o processo de implantação do PMCMM em Pequizeiro, bem como caracterizar a moradia camponesa no povoado, optou-se por selecionar uma amostra de sete famílias contempladas pelo programa. Tendo em vista o grande número de beneficiários no povoado, cinquenta no total, a impossibilidade de realizar o acompanhamento de todos os núcleos familiares selecionados e levando em consideração também a disponibilidade e empenho das famílias em participar da pesquisa, é que foi determinado o tamanho da amostra. As famílias escolhidas faziam parte de um grupo maior, pré-selecionado de forma aleatória, e foram sendo preferidas no decorrer da pesquisa.

Apesar da restrita seleção para acompanhamento, foram realizadas também entrevistas com outras famílias que em um dado momento da pesquisa estiveram inclusas na amostra, mas que por motivos de disponibilidade, principalmente, acabaram sendo excluídas da amostragem. Em contrapartida, vale ressaltar que tais famílias contribuíram também e efetivamente para o desenvolvimento da pesquisa.

Buscou-se compreender como os camponeses de Pequizeiro fazem uso de suas moradias cotidianamente; quais os aspectos de sociabilidade entre os moradores e qual a relação que constroem com o que chamamos aqui de habitação camponesa, englobando não só a casa propriamente dita, mas também seu entorno e todos os anexos que nele existem.

2.3.6 Descrição dos casos

Apresento neste tópico um sintético resumo da vida de cada um dos sete selecionados para amostra. Busquei compartilhar questões que dizem respeito à composição familiar, renda, produção, hábitos, sociabilidade, entre outros aspectos particulares que julguei necessário expor, para que facilitasse o entendimento do modo de vida e da moradia de cada um deles. Para preservar a privacidade dos componentes da amostra, utilizo a abreviação de seus nomes, e, junto ao título, complemento a descrição com alguma

característica que considere marcante na família, buscando facilitar a identificação de cada uma, assim como de suas particularidades.

Importante mencionar que as informações obtidas nesse levantamento são referentes à fase inicial da pesquisa, que aconteceu entre os anos de 2016 e 2017. Logo, muitos desses dados sofreram alterações, mostradas com mais detalhes no capítulo 4. O intuito nesse momento é compartilhar as particularidades de cada família antes da aplicação do PMCMM, para que em um segundo momento (capítulo 4), por meio de uma revisita a esses núcleos familiares, seja possível mais facilmente notar as principais diferenças após a chegada no programa.

J.R.N e A.N.B – Representante sindical

Faz parte dessa família um dos personagens que mais contribuiu para a realização da pesquisa de campo. J.R.N é um dos moradores de maior influência no povoado Pequizeiro por ser descendente do fundador, além de ter ativa participação na Associação de Moradores da região, articulando a adesão de programas de fomento à agricultura, à moradia e à melhoria da infraestrutura para o povoado.

O casal responsável por esse núcleo familiar é formado por J.R, nascido e criado em Pequizeiro, e A.C, natural da sede municipal de Belágua. Deram origem a seis filhos, sendo quatro mulheres e dois homens, os quais no início da pesquisa residiam na mesma casa. Por ter uma família grande e por possuir também recursos financeiros suficientes, J.R construiu uma espaçosa casa feita em tijolos de adobe para abrigar seu núcleo familiar. Era uma das maiores casas da amostra, possuindo 68,37m² de área útil, composta por três quartos, sala, copa e cozinha, como é possível observar na Figura 43.

Em relação ao lugar em que vive, essa família é beneficiada pelo ótimo terreno herdado, pois passa no quintal um afluente do rio Bandeiras que favorece o cultivo de diferentes espécies vegetais como juçara, abacaxi, abacate, banana, mamão, mandioca, entre outras espécies em que o fruto se destina ao consumo familiar, e de forma secundária à comercialização quando há excedente.

A renda da família é proveniente do Programa Bolsa Família, além do salário de J.R.N, que possui cargo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, localizado na sede de Belágua. Tal função garante à família melhores condições financeiras e segurança alimentar, se comparada aos outros núcleos analisados, fato percebido principalmente pela moradia.

Figura 43 – Planta baixa da casa de J.R e imagens de alguns cômodos



Fonte: Autora, 2016

Nas fotografias presentes na Figura 43 é possível perceber o processo de demolição e desocupação da casa, retirando o mobiliário e tentando armazenar o máximo possível de materiais para construções futuras, como o madeiramento e telhas da cobertura, além de alguns tijolos de adobe. Apesar de as fotografias mostrarem um cenário de desordem na casa, proveniente de mudança e demolição, foi possível perceber por meio de relatos – e também da planta baixa – a qualidade da construção com paredes revestidas em alguns cômodos; pé direito alto, que proporcionava maior ventilação no interior da casa; ambientes amplos e mobiliário adequado para cada cômodo.

Porém, mesmo com essa qualidade, no que diz respeito ao conforto ambiental, a unidade habitacional não era servida de água em seu interior; o abastecimento era feito apenas em um ponto externo da casa que fornece água para a cozinha de apoio e casa de banho. O esgotamento sanitário, por seu turno, era feito através da sentina. Assim, o único item básico de infraestrutura que chegava integralmente à residência era o fornecimento de energia elétrica.

Em relação ao uso dos cômodos da casa, os quartos eram separados por gênero. Filhas mulheres ocupavam um deles, filhos homens o outro e o casal ocupava o terceiro. Esse ambiente tem função principal de descanso, tanto durante a noite quanto durante o dia, em momentos de relaxamento como após o almoço. Havia, principalmente nos quartos dos filhos,

a sobreposição de usos, pois a maioria deles utilizava o ambiente não só para descansar, mas também para estudar, pois as tarefas escolares eram realizadas nas camas.

A sala, ambiente destinado principalmente ao lazer, era local também de reunião da família, que se juntava para assistir aos programas de televisão, principalmente no período da noite; já a copa e a cozinha eram de domínio de A.C. Responsável pelo preparo dos alimentos, a matriarca passava grande parte do seu tempo na cozinha, na copa e também no quintal.

Na Tabela 4, estão concentradas as principais informações sobre esse núcleo familiar, a fim de sintetizar as características mais relevantes dessa família, sua condição de vida e habitação.

Tabela 4 – Síntese dos dados sobre a família de J.R e A.C

J.R.N e A.C.B		
SOBRE A MORADIA		
Localização	Rua perpendicular à rua principal; área central no povoado (Figura 17)	
Condição da Posse do terreno	Herança da família	
Mão de obra	J.R.N	
Idade da construção	20 anos	
Estrutura da habitação	Fundação	Adobe
	Alvenaria	Adobe
	Piso	Cimentado
	Cobertura	Telha cerâmica com madeiramento
	Esquadrias	Madeira
Conforto	Dimensões da habitação	68,37m ²
	Densidade de moradores por dormitório	2,6 moradores por dormitório
Equipamentos públicos	Abastecimento de água	Água canalizada para 1 cômodo + poço artesiano
	Tratamento de lixo	Queima
	Energia elétrica	Possui
	Esgotamento sanitário	Sentina
Itens domésticos essenciais	Celular; fogão a gás e à lenha; filtro de água; rádio; televisão; <i>dvd</i> ; geladeira; acesso à internet; mobiliário de quarto; mobiliário de sala; antena de televisão	
SOBRE OS MORADORES		
Número de moradores	8	J.R(marido, 50), A.C(esposa, 52), T(filha, 22), N(filho,20), T(filha, 15), N(filho, 11), J(filha, 24), L(filha, 18)
Origem familiar	Pequizeiro	
Profissão/ocupação	J.R	Cargo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais + Roça + Produção de farinha
	A.C	Trabalhos domésticos + cultivo de horta
	Filhos	Estudam e ajudam nas atividades de casa
Renda	Bolsa Família, venda de excedente da roça e salário J.R	

Fonte: Autora, 2016

Em relação à ocupação dos integrantes dessa família, é possível perceber um padrão de tarefas que são divididas de acordo com o sexo: homens cuidam da roça e conseguem algum trabalho alternativo em conjunto, enquanto mulheres se dedicam ao trabalho

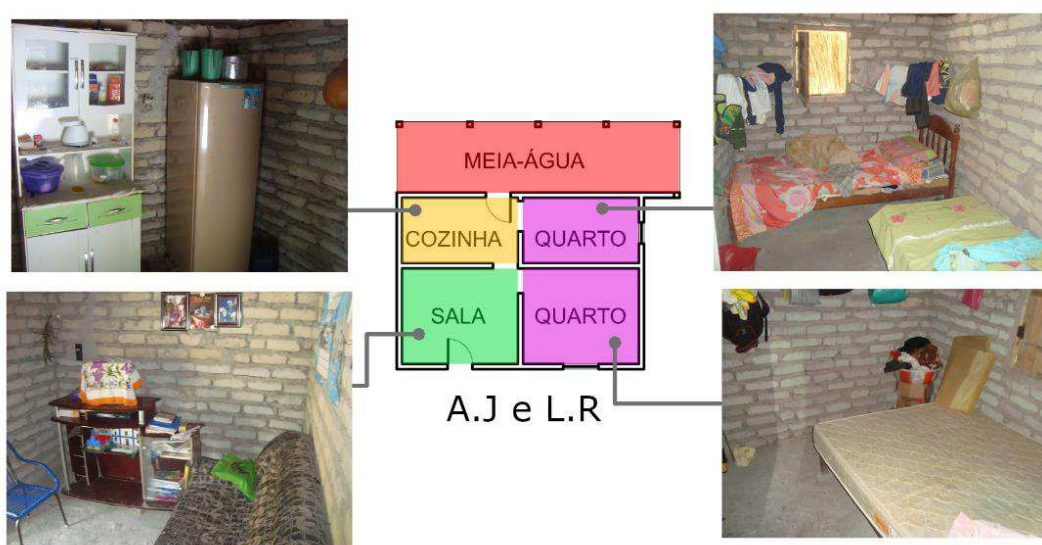
doméstico. É perceptível a reprodução também pelos filhos desse tipo de divisão de tarefas, porém realizadas por eles com menor intensidade, devido à conciliação com atividades escolares.

A.J.N e L.R - Dificuldade da enfermidade

Essa família, composta inicialmente pelos cônjuges A.J e L.R e um casal de filhos ainda em idade escolar, é natural do município vizinho, São José do Rio Preto. Mudou-se para Pequizeiro há cerca de 10 anos, buscando melhores condições de vida e educação para os filhos. A renda da família é oriunda quase exclusivamente do Programa Bolsa Família, somada ao esforço de A.J, que faz roça e tenta produzir para além do consumo familiar, fazendo também farinha. A esposa, L.R, possuía um problema de saúde que limitava seus movimentos, o que comprometia a realização de suas atividades laborais, tanto em casa quanto na roça. Além disso, essa família não experimentava de segurança financeira – na primeira visita realizada, foi compartilhado que a energia elétrica havia sido cortada há três meses, devido à falta de pagamento.

A limitação dos recursos é percebida também na própria estrutura da habitação, de dimensões pequenas, com 51,15m² e com mobiliário reduzido, como é possível observar na Figura 44. Nos quartos, por exemplo, não havia móveis para guarda de roupas e objetos pessoais; esses eram armazenados em varais dispostos pelo cômodo.

Figura 44 –Planta baixa da casa de A.J.N e L.R e imagem de alguns cômodos



Fonte: Autora, 2016

Uma das fotografias acima registra que parte da sala contém alguns indícios de apropriação do espaço, como os quadros e fotografias presentes nas paredes, juntamente com objetos simbólicos que ocupam o pequeno móvel desse cômodo. São encontrados também nesse cômodo e no quarto dos filhos, as maquetes desenvolvidas pelo filho mais velho, que a partir de materiais reciclados constrói representações de construções que admira, como igrejas.

Em relação ao material empregado nessa construção, o adobe mostra-se durável, uma vez que a casa resistiu por cerca de 9 anos sem ter passado por manutenção na alvenaria durante esse período. A cobertura feita de palha mostra-se mais suscetível às intempéries, precisando de manutenção com maior frequência, se comparada ao material das paredes.

Como lugar de convivência, a família utilizava principalmente a meia-água ou “puxadinho” localizado na parte externa da casa, onde eram preparadas e consumidas as refeições. A cozinha tem a função de guardar os utensílios para preparo dos alimentos e também era o local onde os filhos estudavam, pois abrigava uma mesa onde eles realizavam suas tarefas escolares. A sala perdeu parte da finalidade de convivência familiar devido à falta de energia, que impossibilitou a utilização da televisão, tornando o cômodo pouco atrativo. Assim, os moradores preferiam permanecer na parte externa da casa, a meia-água.

Em relação à infraestrutura básica, a unidade só era atendida pelo abastecimento de água, de forma parcial e particular, a partir da construção de um poço artesiano assentado no quintal. O esgotamento sanitário era realizado pela fossa rudimentar e os banhos eram tomados no rio. A energia elétrica conseguia abastecer a casa, mas estava há alguns meses cortada devido à falta do pagamento.

A família vivia em situação de vulnerabilidade socioeconômica e até de insegurança alimentar. Não costumavam criar animais, pois esses normalmente são alimentados com as sobras das refeições, entretanto o alimento, por vezes, não era suficiente para nutrir satisfatoriamente a própria família. Pela fragilizada situação econômica, para o lazer, a família não contava nem mesmo com a utilização do aparelho televisor, devido ao corte de energia, restringindo as atividades recreativas a jogos de futebol e reuniões com vizinhos e parentes.

Tabela 5 – Síntese dos dados sobre a família de A.J.N e L.R

A.J.N e L.R		
SOBRE A MORADIA		
Localização	Rua perpendicular à rua principal, área periférica do povoado (Figura 17)	
Condição da Posse do terreno	Doado pela Associação de Moradores	
Mão de obra	A.J e filho	
Idade da construção	9 anos	
Estrutura da habitação	Fundação	Adobe
	Alvenaria	Adobe
	Piso	Terra batida
	Cobertura	Palha com troncos de madeira
	Esquadrias	Ripas de madeira
Conforto	Dimensões da habitação	51,15m ²
	Densidade de moradores por dormitório	2 moradores por dormitório
Equipamentos públicos	Abastecimento de água	Poço artesiano
	Tratamento de lixo	Queima
	Energia elétrica	Possui
	Esgotamento sanitário	Sentina
Itens domésticos essenciais	Celular, fogão a lenha, filtro de água, televisão, geladeira, antena de televisão, camas	
SOBRE OS MORADORES		
Número de moradores	4	A.J(marido, 36), L.R(esposa, 38), Filho(15), Filha(13)
Origem familiar	São Benedito do Rio Preto	
Profissão/ocupação	A.J.N	Trabalha na roça
	L.R	Deficiente física, incapaz de trabalhar
	Filhos	Estudam e ajudam nas atividades de casa
Renda	Bolsa Família e venda de excedente da roça, quando há	

Fonte: Autora, 2016

A Tabela 5 sintetiza as informações colhidas sobre essa família. Da mesma forma que na família anterior, os filhos também realizavam atividades laborais, tanto na roça quanto em casa, auxiliando os pais, nesse de modo especial, visto que a mãe tem deficiência física.

O.F e J.R.S – Grande família

Vinda de um povoado vizinho chamado Centro do Dico, essa família se mudou para Pequizeiro buscando diminuir o trajeto dos filhos até a escola, uma vez que em Centro do Dico não havia instituição de ensino, fazendo com que as crianças tivessem que percorrer diariamente alguns quilômetros até a escola, localizada em Pequizeiro. Buscando então o conforto dos filhos, a família construiu casa em Pequizeiro e ali se estabeleceu. Essa estadia, entretanto, é feita de forma parcial, já que mantiveram sua casa em Centro do Dico, principalmente por causa da roça, pois, segundo os moradores, é mais farta em seu povoado de origem.

No início da pesquisa, a família era composta por oito pessoas: o casal O.F e J.R.S, e seus filhos, sendo cinco homens e uma mulher. Esse núcleo precisava se acomodar em dois ambientes da casa: quarto e sala. No primeiro, normalmente pernoitavam as mulheres da casa, mãe e filha, sendo a sala destino do pernoite dos homens da família. Entretanto, essa disposição não era fixa, tendo em vista que o casal e alguns filhos que já não estavam mais em idade escolar por vezes passavam alguns dias na outra casa, localizada em Centro do Dico.

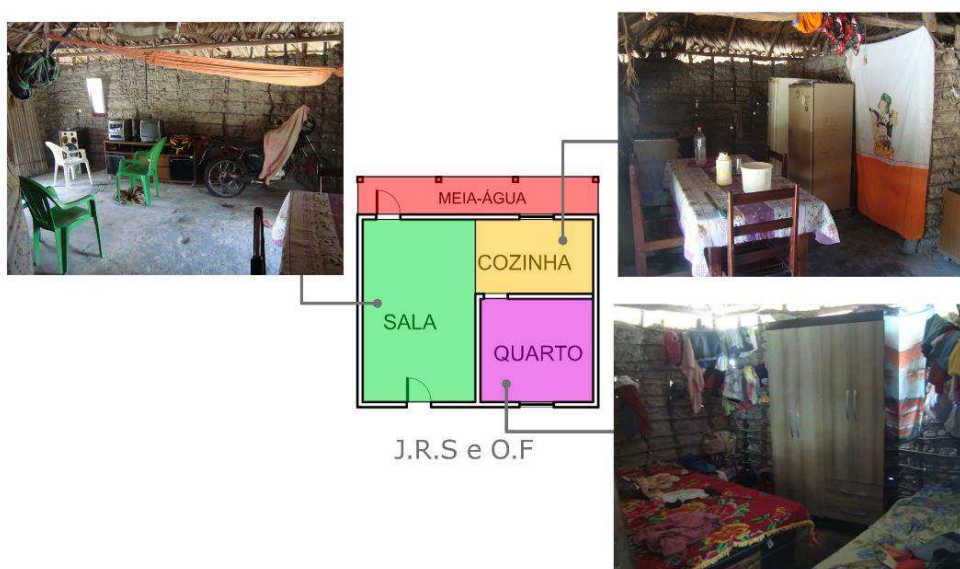
A renda da família é proveniente do Programa Bolsa Família e da aposentadoria de O.F. Assim como as demais famílias, essa também produz gêneros alimentícios na roça, com intuito principalmente do consumo, e, apesar da dificuldade, produzem farinha e pescam na tentativa de vender para ajudar na renda. Sem outras rendas alternativas e com número elevado de integrantes, esse núcleo familiar também possui instabilidade financeira, refletida na pequena casa, de apenas 51,8m². A técnica utilizada para construção dessa moradia foi a taipa de mão, possuindo nesse caso uma notável durabilidade por ter sido construída há 8 anos e nunca ter recebido reparo nas paredes da construção, apenas no piso e na cobertura.

Em relação aos hábitos da família e à utilização dos cômodos, foi identificada a sobreposição de usos na sala, que servia de dormitório e área de convivência, onde assistiam televisão; a cozinha era destinada ao consumo das refeições, enquanto o preparo era feito comumente na meia-água, onde era encontrado o fogão a lenha; o quarto, além de local de descanso, era lugar de estudo para a filha do casal, que preferia executar as tarefas escolares nesse cômodo, enquanto os meninos as faziam na sala, muitas vezes com a presença de amigos.

A partir do mobiliário também é possível perceber a condição de vulnerabilidade econômica enfrentada por essa família: não havia camas suficientes para todos os integrantes,

tendo que fazer uso das redes para acomodar todos, como é visto na Figura 45; não havia sofás na residência, apenas algumas poucas cadeiras de plástico; também faltavam móveis no quarto para guardar roupas e itens pessoais, o que existia era visivelmente insuficiente para armazenar as roupas de todos os integrantes da família, por isso, vestes eram encontradas também estendidas em varais no quarto.

Figura 45 –Planta baixa da casa de O.F e J.R.S e imagem de alguns cômodos



Fonte: Autora, 2016

Em relação à infraestrutura básica, essa habitação era abastecida apenas pela rede de energia elétrica; não possuía abastecimento de água. Esse recurso era obtido através de um poço artesiano feito pela família juntamente com vizinhos. A questão sanitária era atendida pela sentina e casa de banho, localizadas no fundo do terreno. Na Tabela 6, está a síntese dessas e de outras informações a respeito da família.

Tabela 6 – Síntese dos dados sobre a família de O. F e J.R.S

O.F e J.R.S		
SOBRE A MORADIA		
Localização	Rua perpendicular à rua principal, área periférica do povoado (Figura 17)	
Condição da Posse do terreno	Doado pela Associação	
Mão de obra	Esposo, filhos e amigos	
Idade da construção	8 anos	
Estrutura da habitação	Fundação	Esteios de madeira e barro
	Alvenaria	Taipa revestida e madeira aproveitada
	Piso	Cimentado
	Cobertura	Palha com troncos de madeira
	Esquadrias	Ripas de madeira e tecido
Conforto	Dimensões da habitação	51,8m ²
	Densidade de moradores por dormitório	8 moradores por dormitório
Equipamentos públicos	Abastecimento de água	Poço artesiano
	Tratamento de lixo	Queima
	Energia elétrica	Possui
	Esgotamento sanitário	Sentina
Itens domésticos essenciais	Celular, fogão a gás e à lenha, televisão, geladeira, acesso à internet, antena de televisão, mobiliário de quarto (cama e guarda-roupa)	
SOBRE OS MORADORES		
Número de moradores	8	O.F(esposa, 63), J.R(marido, 55), filho(25), filho(23), filho(21), filho(10), filho(12), filha(15)
Origem familiar	Centro do Dico	
Profissão/ocupação	O.F, J.R, filhos homens	Roça e produção de farinha
	Filha e O.F	Trabalho doméstico
Renda	Bolsa Família, aposentadoria da esposa, pesca e produção de farinha	

Fonte: Autora, 2016

Através da Tabela 6 é possível observar a divisão de tarefas feita de acordo com o sexo dos integrantes da família. Os homens, desde cedo, auxiliam o pai na roça, enquanto as mulheres cuidam dos serviços domésticos somado ao auxílio na roça em algumas das etapas do plantio, como a colheita.

M.J.N e J.A.O – Casal de aposentados

Essa família se formou no próprio povoado Pequizeiro e nele reside há mais de 30 anos. Na unidade habitacional desse núcleo moram o casal M.J.N e J.A.O, duas filhas e uma neta, totalizando cinco integrantes. O casal de aposentados, já de idade mais avançada, tem como principal fonte de sustento de sua família os benefícios de aposentadoria recebidos por ambos. Uma das filhas trabalha como professora na escola do povoado e consegue também ajudar nas despesas. Mesmo aposentado, J.A.O continuava fazendo uma pequena roça nas proximidades de sua casa, destinada ao consumo familiar. Já M.J.N e suas filhas cuidavam dos serviços domésticos, enquanto a neta ainda estudava.

Com uma casa ampla, a família se distribui pela moradia de forma confortável, sem ultrapassar o número de dois habitantes por quarto. A casa é uma construção antiga, porém bem preservada, feita de tijolos de adobe pelo próprio morador com ajuda dos filhos. A construção possui mais de três décadas e desde então não passou por reformas nas paredes nem na cobertura, apenas no piso, que ganhou um revestimento cerâmico, sendo a única casa da amostra com esse tipo de acabamento.

Figura 46 – Planta baixa da casa de M.J.N e J.A e imagem de alguns cômodos



Fonte: Autora, 2016

Apesar de ampla e bem conservada, a casa é mal servida de infraestrutura básica. A água, por exemplo, chega apenas em um ponto externo; o esgotamento sanitário é feito através de fossa rudimentar e utilização da sentina, presente no quintal da casa, junto à casa de banho. Já a energia elétrica consegue com maior facilidade chegar até o interior da residência, alimentando os eletrodomésticos que lá existem. Por meio da Figura 46, a partir do mobiliário e dos acabamentos, é possível perceber a condição econômica mais confortável em que essa família está. Com móveis adequados para cada cômodo e ambientes amplos, a casa reflete conforto e certa estabilidade financeira, se comparada às casas das demais famílias.

Tabela 7 – Síntese dos dados sobre a família de M.J.N e J.A.O

M.J.N e J.A.O		
SOBRE A MORADIA		
Localização	Rua principal do povoado; localização central (Figura 17)	
Condição da Posse do terreno	Compra	
Mão de obra	Esposo e filhos	
Idade da construção	33 anos	
Estrutura da habitação	Fundação	Esteios de madeira e barro
	Alvenaria	Adobe revestido
	Piso	Piso cerâmico
	Cobertura	Telha cerâmica com madeiramento
	Esquadrias	Madeira
Conforto	Dimensões da habitação	83,38m ²
	Densidade de moradores por dormitório	1,66 morador por dormitório
Equipamentos públicos	Abastecimento de água	Poço artesiano + água canalizada para pelo menos um cômodo
	Tratamento de lixo	Queima
	Energia elétrica	Possui
	Esgotamento sanitário	Sentina
Itens domésticos essenciais	Celular, fogão a gás e à lenha, filtro de água, rádio, televisão, <i>dvd</i> , geladeira, mobiliário de quarto (cama e guarda-roupa)	
SOBRE OS MORADORES		
Número de moradores	5	M.J.N(esposa,62), J.A.O(marido,60), M.N(filha, 37), D(filha,30), A(neta, 15)
Origem familiar	Pequizeiro	
Profissão/ocupação	J.A.O	Trabalha na roça
	M.J.N e D	Trabalho doméstico
	M.N	Professora
	A	Estuda
Renda	Aposentadoria do casal e salário da filha professora	

Fonte: Autora, 2016

A Tabela 7 agrupa as principais informações coletadas sobre esse núcleo familiar, entre elas estão os itens domésticos essenciais da casa. Pelo levantamento, podemos observar maior número de produtos voltados para o entretenimento, como rádio e aparelho *dvd*, pouco encontrados nas outras habitações da amostra.

R.S e J.V.N - Comerciante

Composta pelo casal R.S e J.V.N, seus três filhos e uma enteada, essa família se destaca por possuir um comércio, onde trabalha principalmente com venda de bebidas. Filhos de Pequizeiro, o casal supre as necessidades da família com recursos provenientes do Programa Bolsa Família, lucro resultante da venda de bebidas e salário de J.V.N, que trabalha como agente de saúde.

A família morava em uma casa espaçosa de 81m², composta por dois quartos, dois depósitos, copa, sala de estar, cozinha e uma área destinada ao comércio. A casa de adobe erguida por J.V.N há cerca de 20 anos se mostrou resistente, havendo poucas manutenções desde sua construção – as mais significativas foram na cobertura, que ganhou telhas cerâmicas no lugar da palha, e piso, antes de terra batida e posteriormente cimentado. Apesar da quantidade de quartos ser incompatível com a quantidade de moradores, a casa mostrava-se confortável, pois possuía ambientes amplos e com bom acabamento, como é possível observar na Figura 47.

Em se tratando da infraestrutura da casa, vale destacar que era servida de energia elétrica, a água encanada chegava em apenas um ponto na parte externa e o esgotamento sanitário era realizado por meio de fossa rudimentar, através da sentina, encontrada no fundo do terreno juntamente com a casa de banho. Aos olhos de quem observava, a casa parecia ter boa estrutura, sendo as paredes revestidas, carecendo apenas de pequenos reparos. Era também termicamente confortável, condição proporcionada pelo material das paredes e pela generosa altura do pé direito na construção.

Figura 47– Planta baixa da casa de R.S e J.V e imagem de alguns cômodos



Fonte: Autora, 2016

Entre os hábitos dessa família, não foi identificado o de cultivar uma pequena horta no terreno, sendo o único núcleo da amostra que não adota essa prática. É possível atribuir esse fato ao grande número de atividades executadas por essa família, pois o marido trabalha como agente de saúde, tem roça em terreno próximo, além de ser o responsável pelo comércio familiar. Sobre o uso do quintal, essa família costuma criar galinhas e possui também alguns cachorros, que alimentam com as sobras das refeições.

Em relação ao uso dos cômodos, os quartos tinham finalidade principal de descanso. Em um deles, foi encontrado um aparelho de televisão, o que caracterizava função também de lazer. Porém, a sala de estar era o ambiente da casa destinado ao lazer, onde a família costumava se reunir para assistir à televisão, já a copa tinha função de apoio para a cozinha,

armazenando alguns utensílios domésticos, além de servir como espaço para consumo das refeições. Na cozinha, a maioria dos alimentos eram preparados. Itens de cozimento mais rápido eram feitos nessa área, no fogão a gás, enquanto alimentos que demandam mais tempo de cozimento eram preparados no fogão a lenha, localizado isoladamente na parte externa da casa. A ocupação dos quartos era feita de forma a manter separado os filhos com mesma idade e de diferentes sexos: o casal dividia um dos quartos com os três filhos homens, enquanto o outro quarto era ocupado exclusivamente pela enteada.

Tabela 8 – Síntese dos dados sobre a família de R.S e J.V.S

R.S e J.V.S		
SOBRE A MORADIA		
Localização	Rua principal do povoado; localização central (Figura 17)	
Condição da Posse do terreno	Herança	
Mão de obra	Marido, amigos e pedreiro	
Idade da construção	20 anos	
Estrutura da habitação	Fundação	Adobe
	Alvenaria	Adobe, fachada revestida
	Piso	Cimentado
	Cobertura	Telha cerâmica com madeiramento
	Esquadrias	Madeira
Conforto	Dimensões da habitação	81m ²
	Densidade de moradores por dormitório	3 moradores por dormitório
Equipamentos públicos	Abastecimento de água	Água encanada em um ponto externo
	Tratamento de lixo	Queima
	Energia elétrica	Possui
	Esgotamento sanitário	Sentina
Itens domésticos essenciais	Celular, fogão a lenha, filtro de água, televisão, <i>dvd</i> , geladeira, freezer, mobiliário de quarto (cama e guarda-roupa)	
SOBRE OS MORADORES		
Número de moradores	6	R.S(esposa, 39), J.V.N(marido, 38), A(filho, 17), D(filho, 15), B(filho, 14), E(enteada,15)
Origem familiar	Pequizeiro	
Profissão/ocupação	J.V.N	Agente comunitário de saúde, venda de bebidas e roça
	R.S	Venda de bebidas e serviços domésticos
Renda	Bolsa Família, salário de J.V.N e venda de bebidas	

Fonte: Autora, 2016

Na Tabela 8 foram reunidas as principais informações que dizem respeito à moradia e aos ocupantes desse núcleo familiar. É possível observar aqui também uma maior variedade de itens domésticos essenciais, somando eletrodomésticos e mobiliários utilizados no comércio da família, como freezer e prateleiras.

M.J.S e T.S - Privações

Essa é uma das famílias socioeconomicamente mais vulneráveis da amostra. Composta pelo casal M.J.S e T.S e seus três filhos, esse núcleo familiar enfrentava grandes dificuldades para manter-se, com renda proveniente do Programa Bolsa Família e da venda de alguns alimentos que produzem na roça. O marido se ocupava em buscar formas de conseguir alimento direta ou indiretamente, a partir do cultivo de feijão e mandioca, e também da produção de carvão e farinha, que poderiam ser vendidos. Já a esposa cuidava das atividades domésticas e conseguia também, ocasionalmente, auxiliar o marido em tarefas na roça.

A casa que habitavam, feita de taipa e com cobertura de palha, expressava de forma clara essa insegurança financeira vivida pela família. Como é possível observar na Figura 48, a casa de pequenas dimensões, sendo a menor da amostra (com 45m²), era composta de sala, quarto, corredor (a única casa dotada desse ambiente), cozinha e meia-água. A construção tinha pouquíssimas aberturas, não possuía revestimentos nas paredes e o piso era de terra batida. Com dois anos de uso, não havia recebido manutenção nas paredes, apenas na cobertura, trocada algumas vezes durante o período em que a casa se manteve de pé.

Figura 48 –Planta baixa da casa de M.J.S e T.Se imagem de alguns cômodos



Fonte: Autora, 2016

O mobiliário da residência e principalmente a ausência dele, também revelavam a limitação financeira do casal. Na sala havia um pequeno aparelho televisor e uma geladeira, ambos sem uso, uma vez que a casa não era abastecida pela rede de energia elétrica. Além disso, nesse cômodo havia apenas uma cadeira do tipo macarrão. No único dormitório da residência, encontramos uma cama de solteiro e redes para acomodar todos os moradores; não havia móvel para guardar roupas e itens pessoais, os quais eram armazenados no chão e nos varais dispostos pelo quarto e sala. Da mesma forma, a cozinha também era desprovida dos mobiliários essenciais. Na ausência de armário, usava-se uma mesa para apoiar os utensílios da cozinha, como panelas e pratos; havia também um filtro de água e um fogão a lenha.

No que diz respeito ao uso dos cômodos, o quarto tinha função de descanso da família, que era realizado durante a noite e após o almoço; a sala, sem condições e mobiliário necessários para oferecer atividades de lazer para a família, limitava-se ao consumo das refeições e estudo das filhas, além de atividades que os moradores realizavam sentados no chão, devido à ausência de mesa. À cozinha era destinado o preparo dos alimentos.

As opções de lazer para essa família eram encontradas fora da residência; o marido buscava se entreter com jogos de futebol, realizados num campo próximo a sua casa, e a esposa preferia visitar seus parentes para se distrair.

Tabela 9 – Síntese dos dados sobre a família de M.J.S e T.S

M.J.S e T.S		
SOBRE A MORADIA		
Localização	Parte mais recente do povoado; região periférica (Figura 17)	
Condição da Posse do terreno	Doado pela Associação	
Mão de obra	Marido e amigos	
Idade da construção	2 anos	
Estrutura da habitação	Fundação	Esteios de madeira e barro
	Alvenaria	Taipa não revestida
	Piso	Terra batida
	Cobertura	Palha com troncos de madeira
	Esquadrias	Ripas de madeira
Conforto	Dimensões da habitação	45,12m ²
	Densidade de moradores por dormitório	5 moradores por dormitório
Equipamentos públicos	Abastecimento de água	Precisa ir buscar a água
	Tratamento de lixo	Queima
	Energia elétrica	Uso de lanterna
	Esgotamento sanitário	Não há; utilizam o mato
Itens domésticos essenciais	Fogão a lenha, geladeira, televisão	
SOBRE OS MORADORES		
Número de moradores	5	M.J.S(esposa, 23), T(marido,21), filha(6), filha(4), filho(4 meses)
Origem familiar	Pequizeiro	
Profissão/ocupação	T.S	Roça, produção de farinha e carvão
	M.J.S	Atividades domésticas e auxilia o marido em algumas atividades da roça
	Filhos	Estudam
Renda	Bolsa Família e venda do excedente da produção, quando ocorre	

Fonte: Autora, 2016

Em relação à infraestrutura, como exibe a Tabela 9, a casa dessa família era desprovida de todas elas. Os moradores não dispunham de recursos para fazer um poço artesiano, além disso, por estar localizada em uma área de ocupação recente no povoado, a casa não era ainda abastecida pela rede geral de água, sendo os moradores obrigados a transportar baldes. Não havia energia elétrica, também por falta de recursos para arcar com a conta mensal, e também não existia nessa habitação nada referente ao saneamento básico, afinal, moradores faziam suas necessidades na vegetação próxima à casa e tomavam banho na casa de parentes de M.J.S.

J.A.N e T.S - Oficina mecânica

Família formada por um casal nascido e criado em Pequizeiro, que desde muito jovem decidiu constituir família e permanecer em seu povoado de origem. Antes da chegada do PMCMM, o casal morava com suas duas filhas na casa de parentes, junto com os avós de J.A.N. Nessa residência, J.A.N e T.S ocupavam um dos quartos; suas filhas, outro, e os avós de J.A.N ocupavam o terceiro dormitório da casa. Mostrava-se uma casa confortável, com cômodos de medidas razoáveis, dotados de mobiliários essenciais, além de estar aparentemente em boas condições estruturais e de acabamento, não apresentando fissuras nas paredes, sendo todas elas revestidas. Como é possível notar na planta baixa presente na Figura 49, a casa era ampla, somando 63,98m² de área construída.

A casa foi edificada com tijolos de adobe e é dotada de grande quantidade de ambientes. Possui duas salas e três quartos, que conseguiram acomodar confortavelmente J.A.N e T.S durante o período em que ali precisaram ficar. Além desses cômodos, possui também cozinha ampla, dois depósitos e a meia-água, que funciona como uma cozinha de apoio.

Uma questão que diferencia essa família das demais é a ocupação de J.A.N, proprietário da única oficina mecânica de motos de Pequizeiro e povoados vizinhos. O chefe da família exerce a função de mecânico, sendo essa a principal fonte de renda desse núcleo familiar. Além dessa ocupação, J.A.N também faz roça, principalmente de mandioca e milho, com finalidade principal o consumo. Já T.S se dedica aos trabalhos domésticos e ao cuidado das filhas; o casal conta também com o auxílio do Programa Bolsa Família.

A casa onde moravam é atendida parcialmente de infraestrutura básica: possui energia elétrica; a água, mesmo que apenas em um ponto externo, chega à habitação, e o

esgotamento sanitário é feito por fossa rudimentar, a sentina, providenciada pelo proprietário, que também construiu no quintal uma casa de banho.

Nessa família, há também o costume do cultivo de pequena horta denominada canteiro, onde são colhidos parte dos condimentos que consomem. Realizam a criação de porcos e galinhas, que igualmente são destinados ao consumo familiar. Como forma de lazer, tinham o hábito de assistir à televisão, que ficava localizada na sala, além jogar futebol e tomar banho nas lagoas próximas.

Figura 49 –Planta baixa da casa de J.A.N e T.S e imagem de alguns cômodos



Fonte: Autora, 2016

A Figura 49 ilustra alguns pontos da casa juntamente com o mobiliário presente em cada um deles. É possível notar também o revestimento das paredes, feito em todos os cômodos da casa, de modo que não se perceba o uso dos tijolos de adobe na construção.

Tabela 10 – Síntese dos dados sobre a família de J.A.N e T.S

J.A.N e T.S		
SOBRE A MORADIA		
Localização	Rua perpendicular à rua principal, próximo à área central (Figura 17)	
Condição da Posse do terreno	Propriedade do avô de J.A.N	
Mão de obra	Construída por um primo de J.A.N	
Idade da construção	4 anos	
Estrutura da habitação	Fundação	Pedras
	Alvenaria	Adobe revestido
	Piso	Cimentado
	Cobertura	Telha cerâmica com madeiramento
	Esquadrias	Madeira
Conforto	Dimensões da habitação	63,98m ²
	Densidade de moradores por dormitório	2 moradores por dormitório
Equipamentos públicos	Abastecimento de água	Água canalizada para pelo menos um cômodo
	Tratamento de lixo	Queima
	Energia elétrica	Possui
	Esgotamento sanitário	Sentina
Itens domésticos essenciais	Celular, fogão a gás, fogão a lenha, geladeira, televisão, freezer, antena parabólica, filtro de água, mobiliário de quarto (cama e guarda-roupa)	
SOBRE OS MORADORES		
Número de moradores	6	J.A.S(marido, 23), T.S(esposa,24), D(filha, 4), B(filha, 2), R(avô, 67), M(avô, 69)
Origem familiar	Pequizeiro	
Profissão/ocupação	J.A.N	Borracharia(proprietário) + pesca + roça + produção de farinha
	T.S	Tarefas domésticas
Renda	Bolsa Família, rendimento da borracharia e venda do excedente da produção	

Fonte: Autora, 2016

Na Tabela 10, que reúne as principais informações sobre essa família, é possível também perceber a variedade de itens domésticos essenciais. Mostra que o apoio dos avós de

J.A.N, somado ao lucro da oficina mecânica conseguem oferecer algum conforto e segurança alimentar à família, apesar de comprometer a privacidade do núcleo familiar.

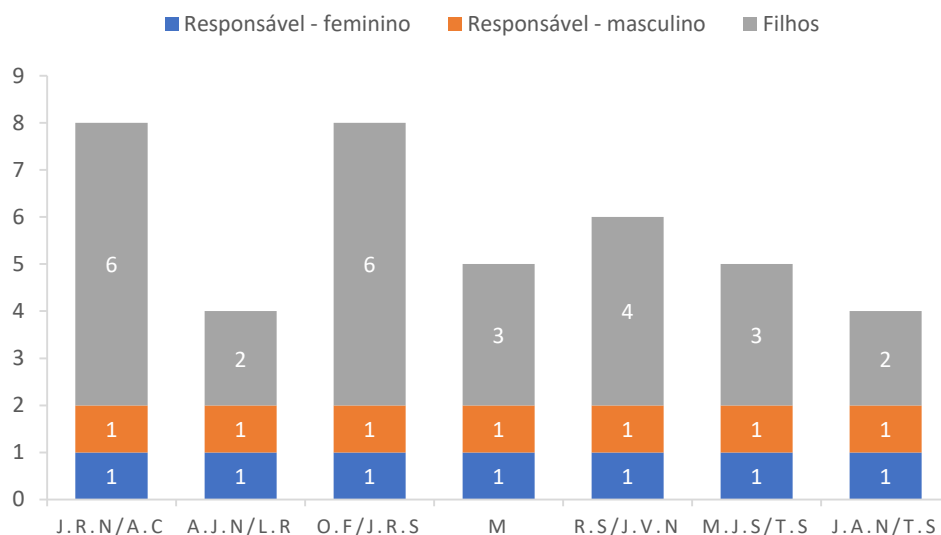
2.3.7 Análise dos dados

Fazendo uma análise geral dos perfis apresentados anteriormente, pôde-se chegar a algumas constatações que são apresentadas nesta seção.

Analisando a composição inicial das famílias selecionadas para amostra, com auxílio do Gráfico 5 é possível perceber que a maioria das famílias são formadas por um casal, e que a quantidade de filhos na amostra varia de 0 a 6. Importante ressaltar que os dados presentes no Gráfico 5 correspondem aos membros da família que residem na mesma casa, mas nem sempre equivalem ao número total de descendentes gerados. Há casos em que alguns filhos com mais idade já constituíram outra família e logo se mudam para suas próprias casas.

A chefia da família costuma ser compartilhada entre marido e esposa, onde há divisão de tarefas, de acordo com o sexo. O homem normalmente fica responsável pelo cultivo dos alimentos, feito na roça, enquanto a mulher é responsável pelas atividades domésticas, como limpeza da casa, preparo da comida, além de cuidado com as crianças.

Gráfico 5 – Composição inicial das famílias da amostra



Fonte: Autora, 2016

Um fator significativo para a atração de famílias ao povoado de Pequizeiro é a presença de escolas, tanto de ensino fundamental quanto médio. Dentro da amostra, foi possível perceber famílias que moravam em povoados vizinhos e que se mudaram para Pequizeiro buscando atender com maior conforto a necessidade da formação escolar dos filhos. A família de O.F foi uma delas, originária do povoado Morro dos Veridianos, também pertencente ao município de Belágua. O.F, que antes morava em Centro do Dico, povoado

próximo, optou por mais uma vez se mudar e residir em Pequiizeiro devido à demanda dos filhos por escola.

Em suma, a maioria dos moradores de meia idade da análise vieram de povoados e municípios vizinhos, a convite de parentes, buscando em Pequiizeiro melhores condições de vida, oferecidas pela facilidade em conseguir terreno para moradia e também pela presença das escolas. Os responsáveis mais novos da amostra já são filhos de Pequiizeiro, nascidos e criados no povoado, e continuam na localidade devido aos vínculos parentais, além da presença das escolas para uso dos filhos.

Importante lembrar que as informações contidas na seção anteriormente apresentada foram colhidas no início da pesquisa, tendo sofrido algumas modificações, apontadas no capítulo 4 a partir de pesquisa de campo mais recente.

3 O PROGRAMA MINHA CASA, MEU MARANHÃO EM PEQUIZEIRO, BELÁGUA

Este capítulo busca aprofundar a leitura sobre o PMCMM, descrevendo sua proposta, procedimentos, desenho, de que forma deveria ocorrer e como de fato foi executado no povoado Pequizeiro. As experiências vividas nas visitas de campo proporcionaram grande parte do conteúdo desta seção. Este capítulo, em especial, está repleto de falas dos beneficiários, com objetivo de tornar mais reais as questões discutidas, ao mesmo tempo que ilustram e enriquecem as discussões levantadas.

O programa aqui discutido faz parte de um conjunto maior de ações realizadas pelo Governo do Estado: o Plano de Ações Mais IDH. Fez-se necessário, então, para entendimento do contexto administrativo em que o programa foi criado, fazer breve levantamento do que é o Plano de Ações Mais IDH, suas principais metas e objetivos, principalmente no que diz respeito ao melhoramento da infraestrutura dos locais selecionados.

Ainda neste capítulo, buscou-se também fazer sumário levantamento dos principais indicadores do estado que dizem respeito à questão habitacional, principalmente rural. É necessário expor esses índices para que se entenda o cenário em que foi criado e executado o PMCMM.

3.1 A produção estatal de habitação rural no maranhão

De acordo com o último censo, o Maranhão possui 36,9% de sua população vivendo na área rural, o mais alto índice nacional (IBGE, 2010). Possui também um expressivo déficit habitacional relativo no campo, representando 56,6% do total do estado, concentrado em moradias precárias (48%, contra 15,4% no urbano). Segundo Burnett (2019), entre os componentes do déficit habitacional, o que se destaca com maiores números a nível nacional é a coabitação urbana e rural, com 41,35% de todo o déficit, já no Maranhão são as moradias precárias que se destacam, com 63,5% da demanda, com o rural somando 48% desse percentual, como mostra a Tabela 11.

Tabela 11 – Brasil e Maranhão: definição e peso dos componentes no déficit habitacional

Componente	Definição do Componente	% Déficit do Brasil			% Déficit do Maranhão		
		Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total
Moradias precárias	Material predominante: taipa de mão não revestida, madeira aproveitada, palha ou outro material	7,6	10,0	17,0	15,4	48,0	63,5
Coabitação	Domicílio com mais de uma família residindo, uma com intenção declarada de mudar	36,5	4,9	41,3	16,6	8,2	24,8
Adensamento excessivo	Moradias alugadas com mais de três habitantes por cômodo	5,9	0,2	6,1	2,1	0,4	2,5
Ônus excessivo de aluguel	Valor do aluguel igual/superior a 30% da renda domiciliar	–	34,8	–	–	9,2	–

Fonte: PNAD, IBGE/FJP, 2016

Esse cenário de precariedade é observado também a partir de outro indicador, de acordo com o Sistema de Informação da Atenção Básica, do Ministério da Saúde (SIAB-MS) de 2013. O estado do Maranhão possui 28,6% de casas de taipa de mão com e sem revestimento, contra 13,7% do Piauí e 3,9% do Brasil, como mostra a Tabela 12.

Tabela 12– Maranhão e Mesorregiões: percentuais por material de construção das moradias

Estado/mesorregião	Taipa de mão sem revestimento	Taipa de mão com revestimento	Madeira	Material impróprio	Pedra, concreto, outros
Maranhão	17,39%	11,17%	2,18%	0,55%	0,61%
Norte maranhense	19,07%	10,39%	1,12%	0,59%	0,48%
Leste maranhense	19,69%	12,56%	0,20%	0,25%	0,67%
Centro maranhense	17,03%	14,40%	0,51%	0,30%	0,41%
Oeste maranhense	16,40%	10,48%	6,98%	0,67%	0,55%
Sul maranhense	2,90%	3,05%	1,26%	1,82%	1,94%

Fonte: BRASIL, 2013

As constatações acima deveriam servir de alerta para propostas criadas a nível nacional, uma vez que assim é provada a existência de diversas demandas e necessidades nas diferentes regiões do país. Logo, estão fadados ao insucesso programas habitacionais

genéricos reproduzidos em todo o país de modo a não levar em consideração a especificidade e necessidade de cada região, como é comprovado nas tabelas acima.

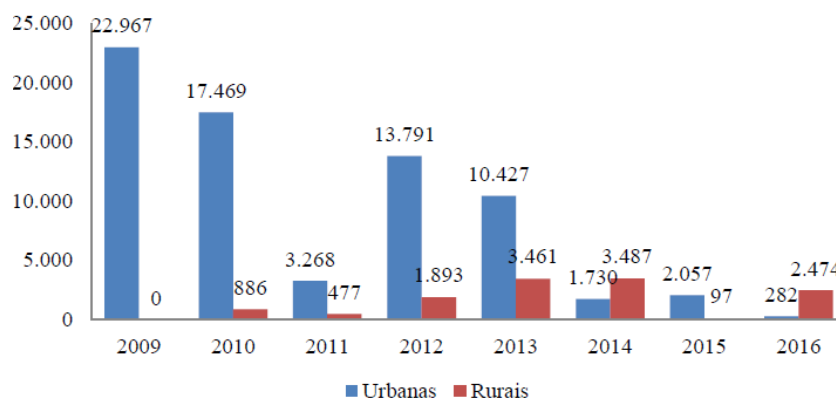
Em uma análise dos trabalhos executados pela SECID, órgão normalmente responsável pela produção de moradias no estado, no tocante a habitação de interesse social, foi possível concluir que o governo possui experiência recente na construção de habitações na área rural. Desde 2006, a gestão estadual faz uso dos recursos do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP) para ações do chamado Programa Viva Casa, construindo novas unidades e executando melhorias em existentes. Entre 2006 e 2011 foram contratadas 8.174 unidades habitacionais, entretanto, foram concluídas apenas 4.534 moradias, tendo sido cancelada a execução das 2.423 outras unidades, contabilizando ainda 1.217 casas com obras em andamento em 2012 (SECID, 2012).

Tabela 13 – HIS FUMACOP, 2006-2011, unidades contratadas, concluídas, canceladas e em obras

Ano	Municípios	UH Contratadas	UH Concluídas	UH Canceladas	UH Em obras	% UH Concluídas
2006	04	992	479	513	–	48
2008	04	156	156	–	–	100
2009/10	62	5.300	3.390	1.910	–	63,96
2011	37	1.726	509	–	1.217	29,50
TOTAL	107	8.174	4.534	2.423	1.217	55,46

Fonte: SECID, 2012

No tocante a questões quantitativas, como é possível observar na Tabela 13, a SECID demonstra baixa capacidade de gerenciamento de execução das unidades habitacionais demandadas no estado, visto que conseguiu executar, num período de cinco anos – entre 2008 e 2011 –, apenas 50% das habitações previstas, tendo cumprido as metas apenas quando a quantidade de habitações demandadas era menor, mostrando incapacidade de atender a grande escala presente no Maranhão.

Gráfico 6 – Unidades Entregues PMCMV - MA (2009-2016)

Fonte: GIHAB/MA, 2017

Ao analisar também o Programa Minha Casa Minha Vida no estado, no período entre 2009 e 2016, é possível perceber a demanda da região urbana tida como prioridade em relação à rural, ignorando o fato de o déficit absoluto rural ser de 222.325, em oposição ao urbano, de 170.192 unidades. Das 84.766 unidades entregues no Maranhão, 71.991 (85%) estão no meio urbano e apenas 12.775 (15% do total) no meio rural. O que pode ser constatado em relação aos dados apresentados é que as políticas habitacionais no Maranhão estão subordinadas ao capital, provendo habitações que pouco atendem às demandas da população em relação à quantidade e naturalmente a qualidade, visto que o mercado da construção civil visa o lucro acima da qualidade do que é entregue.

3.2 O Plano Mais IDH

Rompendo com antigas políticas das elites locais que, ignorando a grave realidade social do Maranhão, aceitaram um modelo de crescimento econômico com foco no mercado exterior, que aprofundou desigualdades regionais, o atual governo anunciou como prioridade o enfrentamento das precárias condições de vida da grande maioria da população maranhense, concentrando esforços na inclusão sócio-produtiva das regiões mais pobres do estado. Assumindo os riscos de uma atitude que evita a elaboração longa e meticulosa de planos e programas desenvolvidos em gabinetes técnicos, o governo deu procedência às ações, antecedidas por breves e objetivas análises sobre as precariedades socioeconômicas locais (BURNETT, 2015).

Assim, o Governo do Estado cria o Plano Mais IDH, que consiste em um compilado de programas, projetos e ações que buscam reduzir a extrema pobreza no Maranhão, numa

tentativa de promoção de justiça social, oportunizando às populações mais vulneráveis o que lhes é constitucionalmente de direito, a cidadania, representada no Plano pela realização das ações mais básicas, que vão desde a emissão de documentos de identidade até o auxílio na pequena produção agrícola, passando pela assistência médica, construção de casas e escolas, entre diversos outros serviços essenciais que por muito tempo foram negados à população mais carente do estado.

É certo que o Maranhão possui hoje indicadores sociais de educação, saúde, saneamento e moradia extremamente baixos, sendo um dos piores a nível nacional (PNAD, IBGE, 2014), fruto de um histórico de concentração de terra e renda no estado. Diante desse cenário, a primeira parte do Plano, lançada em 2015, propõe o enfrentamento dessa conjuntura de extrema vulnerabilidade por meio das seguintes diretrizes:

- a) Integração das políticas públicas com base no planejamento territorial;
- b) Ampliação dos mecanismos de participação popular na gestão de políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos municípios;
- c) Ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;
- d) Inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais, calcadas em um desenvolvimento que atenda às especificidades de cada um deles;
- e) Valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações. (MARANHÃO, 2015)

Sua metodologia está baseada inicialmente em ações emergenciais, planejadas e executadas de maneira descentralizada, porém articuladas entre os principais componentes do governo, aplicadas de forma primeira nos 30 municípios do estado de menor IDH, como mostra a Figura 50. Tal índice, criado em 1990 pela ONU (Organização das Nações Unidas), torna-se referência para a elaboração dos indicadores e, portanto, do Plano em questão.

Figura 50 – Os 30 municípios maranhenses de menor IDH

Ranking	Município	UF	IDHM 2010	IDHM		
				Renda 2010	Longevidade 2010	Educação 2010
1	Fernando Falcão	MA	0,443	0,417	0,728	0,286
2	Marajá do Sena	MA	0,452	0,400	0,774	0,299
3	Jenipapo dos Vieiras	MA	0,490	0,445	0,766	0,346
4	Satubinha	MA	0,493	0,450	0,720	0,369
5	Água Doce do Maranhão	MA	0,500	0,494	0,697	0,363
6	Lagoa Grande do Maranhão	MA	0,502	0,480	0,731	0,360
7	São João do Carú	MA	0,509	0,487	0,684	0,397
8	Santana do Maranhão	MA	0,510	0,445	0,758	0,394
9	Arame	MA	0,512	0,525	0,701	0,365
9	Belágua	MA	0,512	0,417	0,707	0,455
9	Conceição do Lago-Açu	MA	0,512	0,492	0,738	0,370
9	Primeira Cruz	MA	0,512	0,448	0,722	0,414
13	Aldeias Altas	MA	0,513	0,500	0,720	0,374
14	Pedro do Rosário	MA	0,516	0,475	0,696	0,415
14	São Raimundo do Doca Bezerra	MA	0,516	0,478	0,700	0,410
14	São Roberto	MA	0,516	0,475	0,738	0,391
17	São João do Soter	MA	0,517	0,486	0,711	0,401
18	Centro Novo do Maranhão	MA	0,518	0,508	0,717	0,382
18	Itaipava do Grajaú	MA	0,518	0,456	0,726	0,419
18	Santo Amaro do Maranhão	MA	0,518	0,454	0,738	0,416
21	Brejo de Areia	MA	0,519	0,507	0,677	0,408
21	Serrano do Maranhão	MA	0,519	0,440	0,735	0,433
23	Amapá do Maranhão	MA	0,520	0,503	0,688	0,406
24	Araioses	MA	0,521	0,497	0,709	0,402
24	Governador Newton Bello	MA	0,521	0,509	0,718	0,387
26	Cajari	MA	0,523	0,456	0,747	0,421
27	Santa Filomena do Maranhão	MA	0,525	0,461	0,722	0,435
28	Milagres do Maranhão	MA	0,527	0,465	0,764	0,413
29	São Francisco do Maranhão	MA	0,528	0,503	0,733	0,400
30	Afonso Cunha	MA	0,529	0,471	0,725	0,434
	Maranhão		0,639	0,612	0,757	0,562

Fonte: Maranhão, 2015

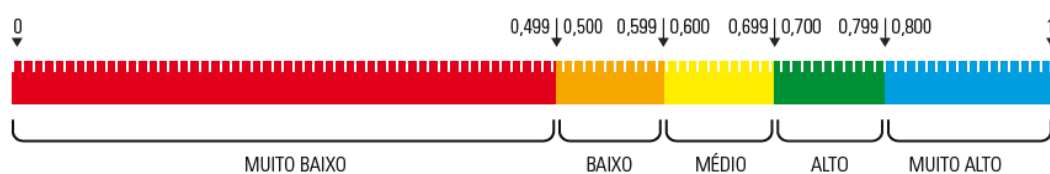
Entretanto, por ser esse um indicativo global, acaba não abrangendo de forma completa e satisfatória características das particularidades regionais presentes no Brasil. Assim, acaba por não corresponder aos objetivos do Plano Mais IDH, que busca fazer uma análise em escala municipal. Como indicador que mais se aproximasse do teor regional do Plano, foi preferível utilizar o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), criado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 1998, com base na referência da ONU e destinado desde sua concepção a traçar um panorama da situação dos municípios do Brasil. É importante para estudos como este ter conhecimento do que caracteriza o índice de desenvolvimento, desmistificando sua associação exclusivamente ao poder econômico. Assim, temos:

Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter. O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para cada um exercer na plenitude seu potencial. Assim, desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. (PNUD, IPEA, FJP, 2013)

O IDHM é calculado decenalmente pelo IPEA e pela Fundação João Pinheiro (FJP), para estados e municípios, através dos dados do Censo, com metodologia adaptada do IDH Global. O índice é formado por três dimensões: renda (indicador: renda mensal per capita), longevidade (indicador: esperança de vida ao nascer) e educação (indicadores: percentual de crianças de 5 a 6 anos na escola; percentual de crianças de 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fundamental; percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com fundamental completo; percentual de pessoas entre 18 e 20 anos com ensino médio completo). (IMESC, 2015)

É posto que o IDHM é medido em uma escala que vai de 0 a 1. De acordo com a Figura 51, pode ser classificado como muito baixo, baixo, médio, alto ou muito alto. Usando essa classificação como parâmetro, é visto que o Maranhão tem um dos menores IDHM da Federação, com 0,639, ficando atrás apenas do estado de Alagoas, que atinge a marca de 0,631.

Figura 51 – Faixas do desenvolvimento humano municipal



Fonte: PNUD, Ipea, FJP, 2013

Dos 217 municípios maranhenses, 157 estão na classificação de baixo IDHM e quatro são classificados como muito baixo (PNUD, IPEA, FJP, 2013). Tais dados explicitam a necessidade em promover programas de combate à pobreza de forma emergencial, como o Plano Mais IDH.

3.3 O Programa Minha Casa, Meu Maranhão

A primeira etapa do Plano de Ações Mais IDH é composta por 24 projetos consolidados, entre eles o Programa Minha Casa, Meu Maranhão. A SECID ficou responsável pela coordenação e monitoramento do projeto mediante a fiscalização das obras, validação dos relatórios de medição e acompanhamento, monitoramento e análise dos indicadores de desempenho.

O programa reproduz o padrão do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), possuindo duplo vínculo. De um lado, parte de uma proposta de desenvolvimento rural pensada no âmbito estadual; do outro, é inspirado em um programa nacional que apresenta baixo desempenho no Nordeste, o PNHR, como mostra a Tabela 14. O percentual desse programa na região, insta asseverar, não chegou a atingir 30% de sua meta, evidenciando baixa eficiência no Nordeste, sendo, assim, incoerente seu uso como programa modelo para elaboração do PMCMM.

Tabela 14– PNHR: Comparativo de metas/realizado até o 2º semestre de 2013

Região	Meta inicial	Meta atual	Contratos até 2013	Percentual atingido/ meta inicial	Percentual atingido/ meta atual
Centro-Oeste	2.735	5.470	3.604	131,78%	65,89%
Nordeste	39.402	78.804	23.488	59,60%	29,80%
Norte	7.803	15.606	10.949	140,32%	70,16%
Sudeste	5.509	11.018	13.935	252,94%	126,47%
Sul	4.551	9.102	34.783	764,30%	382,15%
Total	60.000	120.000	86.759	144,60%	72,30%

Fonte: Fagundes *et al.*, 2013, p. 45

O PMCMM, em sua primeira etapa, tinha como objetivo a entrega de 1000 casas, distribuídas entre 10 dos 30 municípios de menor IDHM no estado, onde cada município deveria receber nesse primeiro momento aproximadamente 100 unidades. Para o município de Belágua foram destinadas 98 casas, as quais mais da metade tiveram como destino o povoado de Pequizeiro, exprimindo assim sua influência político-administrativa, com uma Associação atuante, além de seu expressivo quantitativo populacional, se comparado a outros povoados selecionados no município.

O objetivo do programa, de forma geral, é prover o acesso à habitação dita digna para a população rural, visando a melhoria de sua qualidade de vida. De maneira específica, foi posto que deve diminuir o déficit habitacional rural do Maranhão; desenvolver ações socioeducativas que possibilitem aos beneficiários uma intervenção crítica e qualificada frente às questões do cotidiano, despertando-os para o exercício da cidadania; promover curso de capacitação de geração de trabalho e renda, respeitando os interesses e as potencialidades produtivas e de mercado.

Em um primeiro momento de aplicação do programa no município de Belágua, as obras realizadas foram executadas pela empresa Canorte, responsável também pelo Projeto Técnico Social (PTS) e contratada por meio de licitação. O início das obras, segundo relatório da SECID, estava previsto para maio de 2015 e término em novembro de 2016, entretanto, em algumas localidades as empreitadas sofreram atrasos, principalmente pela dificuldade de acesso, sendo Pequizeiro um deles, onde as atividades tiveram quase um ano de retardo para início.

O público-alvo do programa é formado por agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda bruta anual de até quinze mil reais e residentes em moradias com pouca ou nenhuma condição de habitabilidade. Para seleção dos participantes do programa, a SECID utilizou de um cadastro prévio do PNHR, oriundo da Caixa Econômica Federal, e a partir desse, seguindo os critérios abaixo estabelecidos pelo Programa, realizou a seleção das famílias beneficiárias. Os pré-requisitos necessários para participação no programa são:

- a) Ter renda bruta anual de até R\$ 15.000,00;
- b) Serem residentes na zona rural dos municípios;
- c) Serem agricultores familiares e trabalhadores rurais;
- d) Existência de pessoas com deficiências ou idosos na família;
- e) Mulheres chefes de família;
- f) Ter moradia de taipa coberta de palha ou ausência de moradia.

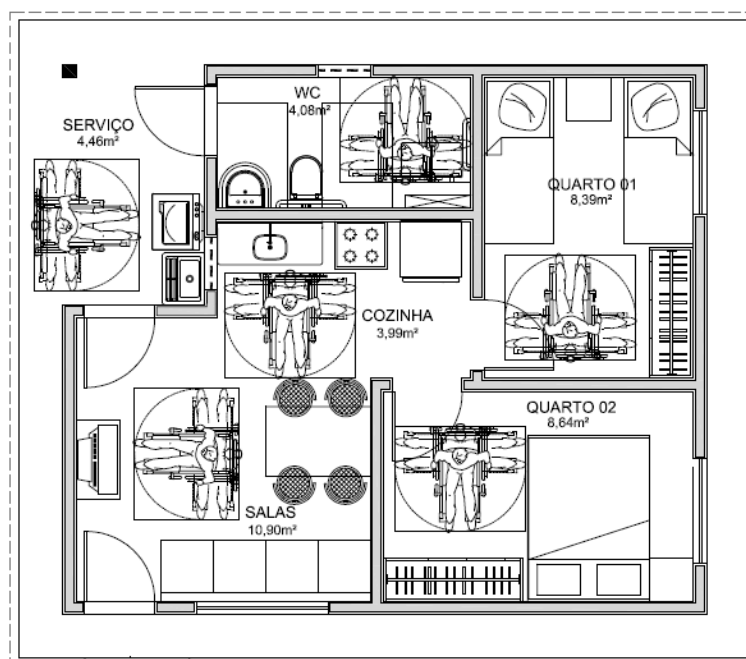
O programa prevê a participação popular, com representantes dos moradores no Comitê Gestor, uma ferramenta que além de acompanhar as obras e realizar o controle social por parte da SECID, tem a função de mobilizar as famílias e lideranças comunitárias, identificando e facilitando a resolução de entraves que poderiam ser encontrados. Tal participação é expressa no PTS, buscando aproveitamento da mão de obra local, além de realizar ações socioeducativas e de qualificação para melhoramento da renda familiar.

A fim de facilitar e agilizar o processo de execução do projeto, é prevista a integração com os agentes locais, espera-se parcerias com as secretarias das prefeituras municipais, em especial as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente, para que o corpo técnico dessas instituições possa auxiliar na realização das atividades cabíveis. Também foi prevista parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar, com objetivo de capacitar grupo de famílias beneficiárias, para incremento da produção local.

Em relação aos recursos aplicados, o orçamento na primeira fase do programa foi fechado no valor de R\$ 28.500,000,00 destinados a execução do Projeto Técnico de Engenharia (PTE), ou seja, a construção da casa, e R\$ 500.000,00 destinado a execução do PTS, que são as ações socioeducativas e curso de geração de trabalho e renda. A fonte do financiamento foi o FUMACOP, permitindo que as famílias favorecidas não precisassem arcar com despesas para garantir o benefício.

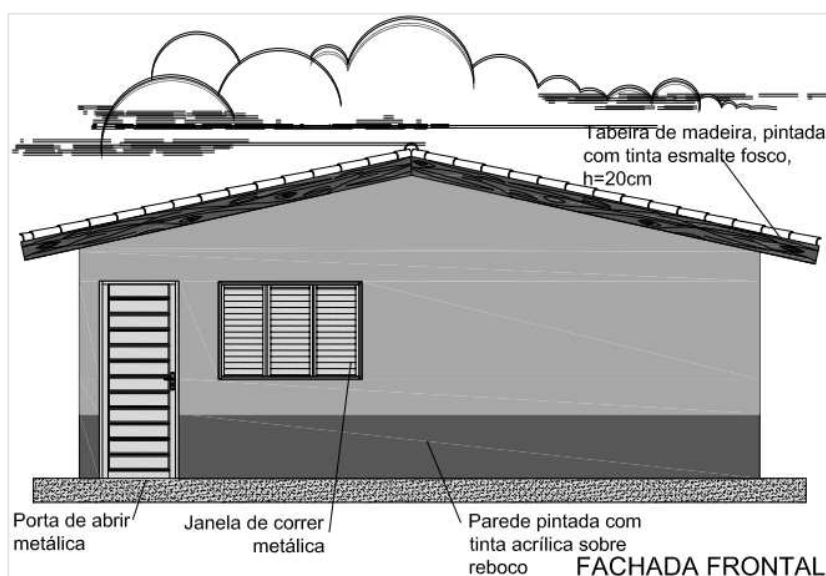
No que tange à construção, o programa oferta apenas um modelo de projeto, uma casa de 46,43 m² de área construída total e 36 m² de área útil (sem área de serviço e varanda). Uma construção simples, composta por sala, cozinha, dois quartos, banheiro e área de serviço externa com varanda. O projeto segue as especificações mínimas estipuladas pelo Ministério das Cidades para o Programa Minha Casa Minha Vida/PNHR, e como mostra na planta baixa (Figura 52), é um projeto “adaptado” para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Em relação aos materiais construtivos da unidade habitacional, a alvenaria é de tijolo cerâmico, as esquadrias são de ferro e a cobertura de telha cerâmica com madeiramento.

Figura 52 – Planta baixa da casa do PMCMM



Fonte: SECID, 2013

Figura 53 – Fachada com especificações dos materiais modelo do PMCMM



Fonte: SECID, 2013

O programa, em sua concepção, é constituído de dois projetos: o PTE e o PTS. O primeiro, responsável pela edificação da casa, foi dividido nas seguintes etapas:

- a) Serviços preliminares: limpeza manual e regularização do terreno;

- b) Infraestrutura: locação da obra, escavações, alicerce em alvenaria de pedra argamassada, baldrame e aterro apilado;
- c) Alvenarias e vedações: alvenaria de tijolos cerâmicos, elementos vazados, escáfulas de ferro, cinta inferior e superior em concreto armado e forro de pvc do banheiro;
- d) Cobertura: madeiramento, telhas cerâmicas, emboçamento e arremates;
- e) Pavimentação: matacoado, piso cerâmico e calçada;
- f) Revestimento: chapisco, reboco, pintura, emboço e revestimento cerâmico;
- g) Esquadrias e ferragens: portas e janelas;
- h) Instalações hidráulicas;
- i) Instalações sanitárias;
- j) Instalações elétricas;
- k) Louças, metais e acessórios;
- l) Limpeza geral da obra.

Já o PTS, com previsão para realização em 14 meses, foi dividido em três etapas: pré-obras, durante as obras e pós-ocupação. Ainda na etapa inicial, de pré-obra, são previstas a realização de diversas atividades com intuito de esclarecer à população favorecida diversos temas, não se tratando exclusivamente da habitação, uma vez que a utilização e manutenção desta está articulada a outras questões circundantes, mas não de menor importância. Por exemplo, é prevista reunião inicialmente para apresentação do trabalho técnico social, no que consiste e como deve ocorrer; em seguida, segundo o Plano pela SECID apresentado, devem ser realizadas palestras com os seguintes temas:

- a) Cidadania, convivência comunitária e liderança;
- b) Cooperativismo e associativismo;
- c) Meio ambiente, enfatizando o correto uso da água e os impactos socioambientais causados pelo lixo;
- d) Usufruto e preservação de bens públicos;
- e) Temas relativos a saúde familiar;
- f) Noções básicas de prevenção de acidentes domésticos e primeiros socorros;
- g) Educação financeira e gestão e planejamento do orçamento doméstico.

A finalização dessa etapa deve ser marcada pela realização dos cursos de geração de trabalho e renda, que devem ser definidos junto às famílias favorecidas logo no início das atividades dessa etapa. É previsto também uma reunião de avaliação do usufruto do investimento, onde deve ser feita uma avaliação da habitação, juntamente com a população favorecida, ratificando a importância de investimentos como esse e analisando se seu uso tem se dado da maneira satisfatória pelos técnicos, fechando com uma confraternização de encerramento.

Julgo importante esclarecer também que o PTS não é inovação ou exclusividade do PMCMM. Essa concepção se faz presente nas normativas do Ministério das Cidades, que após sua criação, em 2003, determinou ser o trabalho técnico social um componente básico da Política Nacional de Habitação (BRASIL, 2014).

Tendo em vista que a necessidade de garantir o acesso digno à moradia implica em lidar com a questão da provisão habitacional em seus diversos aspectos, deve-se, portanto, ir além do entendimento de que o combate ao déficit habitacional esteja restrito à construção de unidades habitacionais (BRASIL, 2010).

Portanto, as intervenções públicas na área de habitação devem ser acompanhadas por um trabalho social sistemático e que objetive a promoção da inclusão social, do acesso à cidade e aos serviços públicos, e que estimule a participação cidadã. Os processos e ações implementados pela via do trabalho social dão ancoragem e direção a programas de enfrentamento à desigualdade social e sustentabilidade dos programas de Habitação de Interesse Social (HIS). (BRASIL, 2010, p. 71).

Segundo Raichelis, Oliveira e Paz (2006), o trabalho social é concebido como um conjunto de ações inclusivas de natureza socioeducativa, que se adequam à realidade socioeconômica e cultural da população e às características da área de intervenção, afinadas com os princípios da Política Pública de Habitação, com as diretrizes dos programas e desenvolvidas em articulação com todos os agentes sociais envolvidos nos processos de decisão, implantação e controle social dos programas de moradia.

Assim, o Ministério das Cidades determina que o principal objetivo do trabalho social é viabilizar o exercício da participação cidadã e promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho educativo que favoreça a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e condominial e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem o acesso ao trabalho e a melhoria da renda familiar (MCIDADES, Anexo II, IN 08/2009, p.3).

As palavras-chaves presentes nas diretrizes do órgão e que se fazem necessárias em todo e qualquer programa de habitação de interesse social são: capacitação dos moradores, participação, cidadania, transparência, informação, organização, parcerias e intersectorialidade. Fica agora clara a relevância do PTS para o sucesso de programas como o Minha Casa, Meu Maranhão.

3.3.1 Produção habitacional do Programa Minha Casa, Meu Maranhão em Pequizeiro

No povoado Pequizeiro, foi possível participar de algumas etapas da execução do PMCMM, acompanhando pessoalmente fases da construção das unidades habitacionais. Compartilho aqui também experiências de Souza (2017), que colheu informações principalmente durante fases iniciais do programa, como de cadastramento dos beneficiários. São expostos resultados das observações realizadas por mim e pela equipe de pesquisadoras do LATESE, vinculado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.

3.3.2 Acompanhamento do Programa Minha Casa, Meu Maranhão em Pequizeiro

A primeira visita de campo, feita em setembro de 2015, foi realizada juntamente com a primeira etapa do PMCMM, acompanhando a equipe técnica da SECID. Nessa primeira etapa, a equipe do PTS aplicou questionário socioeconômico nas famílias previamente selecionadas pela Associação de Moradores para participação no programa. O objetivo com a aplicação do questionário foi fazer um levantamento da composição familiar, renda, produção e escolaridade, a fim de fazer uma caracterização dos beneficiários.

Também nessa etapa foi realizado um levantamento fotográfico das habitações rurais e coleta das coordenadas geográficas das habitações. Importante destacar aqui que, desde esse contato inicial, foi possível perceber uma terceirização do processo de seleção dos beneficiários, ação que não estava prevista nos cadernos técnicos da SECID. No caso de Pequizeiro, as famílias participantes do programa foram escolhidas pela Associação de Moradores do povoado, fato que gerou questionamento de alguns habitantes, como será possível observar nas próximas falas.

Foi realizada também pela equipe do PTS, uma reunião com todos os beneficiários na Igreja São Pedro. Na ocasião, a equipe expôs os procedimentos que deverão ser realizados como a licitação das obras e contratação da construtora, reforçando a exigência de contratação de mão de obra local para os serviços de construção, tanto para homens quanto para mulheres. Trataram também da demolição da casa anterior, de adobe ou de palha, após o recebimento da nova casa – fazia parte do conjunto de exigências para ter acesso ao programa. As Figuras 54 e 55 mostram parte desse primeiro contato; são registros da reunião feita pela equipe do PTS e da aplicação dos questionários, também realizada pela equipe.

Figura 54 – Reunião da equipe do PTS da SECID em Pequizeiro



Fonte: Souza, 2017

Figura 55 – Aplicação, por técnicos da SECID, dos questionários aos beneficiários



Fonte: Souza, 2017

Além disso, comunicaram sobre a tarefa dos moradores de acompanhar e fiscalizar as obras de suas respectivas casas, zelando pela qualidade da construção. Tornaram também de conhecimento dos moradores a realização da etapa do PTS, que objetiva capacitar o morador para melhoria de sua renda, e informaram que essa etapa deve acontecer durante as obras.

Foi percebido que, durante a aplicação dos questionários, os beneficiários ficavam constrangidos ao informar sua renda mensal familiar – a maioria afirmou conseguir até R\$100,00 por mês. Após a reunião na igreja, os agentes do PTS realizaram levantamento fotográfico das moradias rurais juntamente com a coleta de suas coordenadas geográficas. Aos beneficiários que não possuíam espaço suficiente para a construção da nova casa no terreno em que já moravam, foi sugerida a execução da nova moradia em outro terreno, dentro do povoado, desde que acordado com a Associação de Moradores.

Nesse primeiro contato, acompanhamos a equipe técnica da SECID na reunião acima mencionada e, simultaneamente, foram realizadas as primeiras visitas aos beneficiários que iriam compor a amostra da pesquisa. Inicialmente foram visitadas algumas casas de forma aleatória, com o único critério de ser participante do PMCMM. Assim, nesse primeiro momento, foram visitadas 14 famílias, número possível de acordo com o pouco tempo de permanência que a equipe de pesquisadores tinha no povoado, além da impossibilidade, devido ao tempo da pesquisa, de analisar as 50 casas previstas para serem construídas em Pequizeiro.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, tornou-se necessário acompanhar o antes, o durante e o depois da construção da nova casa. Assim, no decorrer do trabalho, a amostra teve que ser reduzida pela metade, resultando na análise de sete casas, devido à ausência de

famílias em algumas das visitas, impossibilitando o acompanhamento integral, como havia sido planejado.

3.3.3 Realização do Projeto Técnico Social e do Projeto Técnico de Engenharia

Como já mencionado, o PMCMM é composto por dois projetos que devem atuar concomitantemente para o bom desempenho e resultado do programa: o Projeto Técnico de Engenharia (PTE) e o Projeto Técnico Social (PTS).

Esperava-se que ambos fossem executados da forma como foram apresentados em documentos oficiais da SECID. Porém, no decorrer das visitas de campo, realizadas durante o período de execução do PMCMM, foi possível perceber o descaso por parte do executor do programa, responsável pela realização dos dois projetos, além da negligência também por parte da SECID, responsável por acompanhar e vistoriar a execução do programa.

Sobre o PTE, não são necessários grandes esforços para perceber o desalinhamento entre o que foi executado e o que era proposto nas premissas do programa. Obras que deveriam ser entregues em perfeito estado e preparadas para o uso dos beneficiários, foram abandonadas, deixadas incompletas, faltosas de itens essenciais para a manutenção da vida doméstica nesse modelo proposto, como as instalações hidrossanitárias e elétricas, além dos acabamentos da construção, como mostra o item 4.1 do capítulo 4.

Buscando informações sobre o abandono por parte da construtora responsável, questionei o beneficiário J.R, uma das lideranças no povoado, sobre o paradeiro da empresa encarregada e as razões pelas quais não havia concluído a empreitada. O morador nos informou que a construtora contratada, a Canorte, havia abandonado as obras no povoado e não mais voltaria, sem conseguir explicar os motivos. Ele obteve essas informações após visita de técnicos do Plano Mais IDH, que ofereceram como solução a possibilidade de contratação de outra construtora, ou de repassar o valor que corresponderia à finalização da obra, que nesse caso, deve ser feita e administrada pelo próprio morador. Sobre essa visita, J.R relata:

Aí eles disseram que as pessoas que já fizeram alguma coisa, né? O governo vai ressarcir [...]tem duas opções: ou o governo[...]se nós não quisermos mais que venha uma empresa, o governo faz o levantamento dos gastos, né? Do valor que falta, e passa o dinheiro pro proprietário, não é isso? Só que assim, ele vai ser acompanhado. No caso, como a gente tem associação aqui, aí a gente vai acompanhar, o dinheiro, se está sendo investido ou não. Se caso o cidadão não investe o dinheiro na casa, ele pode perder a casa, né? A associação faz o compromisso. (J.R.N, 12 de novembro de 2019)

[...]eles disseram aí olharam, que eu já tinha, digamos assim, eu aumentei a casa. Ele disse: “até isso o governo vai reparar”. Perguntou quanto era, qual era o tamanho da minha casa, eu disse, aí ele disse, “tá no tamanho antigo”? Agora tá. Ele disse, “tudo bem, não tem problema”. Aí eles fizeram as fotos. (J.R.N, 12 de novembro de 2019)
Andaram aqui anteontem, essa semana passada agora, eles vieram aqui. Diz que vem, vieram verificar pra virem terminar. Pra vir terminar. Pra vir terminar a casa que ainda não foi terminada. (N.S, 13 de novembro de 2019)

Os relatos acima ilustram a comunicação falha entre a equipe técnica e os beneficiários do programa. Sobre a equipe encarregada pelas visitas técnicas de acompanhamento do programa, realizavam essa tarefa de forma distante dos moradores e rápida, comprometendo a qualidade do serviço. Conclusão tirada a partir dos relatos dos moradores e também por ter acompanhado, coincidentemente, uma dessas rápidas vistorias. Os relatos abaixo mostram perfeitamente essa situação:

O pessoal da secretaria veio, veio umas poucas vezes, mas vinham filmar, vinham vigiar mesmo durante o dia. Não me perguntaram nada não. Nem o pessoal que veio no começo falar das casas veio mais. (L.R, 8 de agosto de 2016)

Veio, veio esse fiscal que apareceu aí (refere-se a um dos engenheiros da SECID, que tinha acabado de passar e fazer um rápido registro fotográfico da casa). Além dele, veio a assistente social e falou com minha esposa, Verinha. Quem veio mais foi o Amarildo (líder comunitário do povoado) pra explicar como funcionava o programa. (F.C, 8 de agosto de 2016)

Vieram botar uma terra aqui, mas eu não sei pra que é. Se é pra fazer calçada... (O.F, 01 de junho de 2017)

Não conversaram nada não. Já foram fazendo assim, de oitão pra frente. Eu queria o oitão de banda... aí quando vão entregar eu não sei, eles não deram previsão. E aqui, depois que começaram a fazer as casas, nunca mais teve negócio de reunião. Só mesmo os supervisores do pessoal da firma que tava construindo aí, que vinham olhá se o serviço tava andando. O pessoal da firma também não tá mais aí, foram pra outro povoado da Belágua pra construir as casas. (M.A.V, 01 de junho de 2017)

Não, o pessoal da obra nunca mais apareceu (J.R.N, 01 de junho de 2017)

Vieram umas duas ou três vezes aqui no povoado. Quando eles vêm, a gente costuma se reunir lá na igreja. Eles dizem que é pra ninguém se preocupar, que a casa de todo mundo vai ficar pronta. (O.F, 01 de junho de 2017)

A ausência dos técnicos durante a execução do projeto tenta ser justificada pelo tamanho reduzido da equipe, responsável por uma grande demanda, conduzindo o trabalho em diversos municípios ao mesmo tempo. Isso evidenciou a inabilidade da SECID em executar projetos habitacionais de maior porte, com o agravante das dificuldades de acesso enfrentadas no meio rural.

Agora, no que concerne ao PTS, o desalinho entre o que foi proposto e o que foi realmente executado é maior ainda. Composto por atividades previstas para execução em 14 meses, realizadas antes do início da obra, durante a obra e após a obra, seu propósito era

esclarecer aos beneficiários diversos temas que dizem respeito a sua nova moradia e aos novos hábitos que seriam proporcionados a partir desta, além da preocupação em manter, durante todo o processo, o morador inserido no programa, buscando sua participação até mesmo na construção das unidades habitacionais, afinal, foram ofertadas vagas de pedreiro e ajudante de pedreiro para os moradores da região que demonstrassem interesse em participar.

Além desses itens, no PTS também está inclusa a realização de cursos de geração de trabalho e renda, que deveriam ser definidos junto às famílias favorecidas, logo no início das atividades. Por último, na fase de finalização, estava previsto também a realização de reunião com os beneficiários para avaliação da nova habitação e confraternização de encerramento.

Entretanto, a realização do PTS se deu de forma totalmente diferente; poucas foram as atividades desse projeto realmente executadas. É o caso da contratação de mão de obra local, que se deu de forma adversa, uma vez que o valor oferecido pelo trabalho era muito abaixo da média. Assim, poucos moradores concordaram em participar, como mostram os relatos abaixo:

Chamaram uns pedreiros da Belágua pra trabalhar nas casas. O ajudante mesmo foi meu marido. Ele ganhou dinheiro pra ajudar na construção... ainda não foi pago a ele tudo, mas eles já deram uma parte. (L.R, 8 de agosto de 2016)

Me chamaram pra participar na construção. Mas eu não podia, que eu já tenho meu ponto na borracharia. (J.A.N, 8 de agosto de 2016)

Deixa eu lhe explicar o quê que tá acontecendo. Eu até achei estranho. Veio o rapaz da obra, o Adailson (refere-se a um dos contratados pela empresa responsável pela construção da obra) pra gente discutir preço, porque o valor da mão de obra dessa casa é 28.500 reais. A compra do material tá no caso do documento de 20 mil pra material e oito mil e quinhentos pra mão de obra. Aí a gente foi conversar com o cara que veio aí pra saber, acertar preço, né? Pra gente trabalhar. Aí o cara veio dizer que ele ia botar oferecendo 1.200 pros ajudantes montarem a alvenaria da casa... Aí eu disse, “não siô, isso é brincadeira um negócio desse”. Aí esse rapaz, esse encarregado, ele não soube explicar nada pra gente... ele disse “não, mas eu não sei explicar essa parte, não sei quem vai vir”, e até hoje ainda não veio esse pessoal pra responder essa questão aí. (J.R.N, 11 de abril de 2016)

Chamaram o pessoal do povoado pra trabalhar na obra. Só que eles não deram condições pra gente trabalhar, não sabe? O valor que eles ofereceram não dá nem pra pessoas tirarem uma diária. Eles tão pagando 1.300 reais por casa. E uma casa dessa prontinha, o valor dela prontinha é 8.500 reais. Aí teve um pessoal, muitos que não quiseram. Teve uns que começaram, e pararam, não quiseram mais trabalhar. Eu acho difícil agora, tem muitos pedreiros que tavam trabalhando aqui e tão dizendo que não vão mais não. Eu comecei a trabalhar na minha, mas aí adoeci de pedra nos rins e não pude continuar. (J.R.N, 8 de agosto de 2016)

Sobre a realização das outras atividades presentes no PTS, segundo relato dos moradores, os técnicos do programa ministraram palestra apenas no contato inicial, na apresentação do programa à comunidade, depois disso, não houve apresentação dos outros

temas previstos. Segundo a beneficiária A.A, a questão dos projetos para melhoria de renda também só foi tratada nessa palestra inicial, não sendo levada adiante, como mostram os relatos:

Olha, que eu alembre teve só aquela reunião lá na igreja, que eles falaram do programa e levaram uns papéis pra gente responder. (O.F, 8 de agosto de 2016)

A assistente social veio logo no comecinho, falou de uns programas de criação de peixe, uns programa pra aguar as plantas... disse que o pessoal viria depois pra ensinar como que era, mas não veio ninguém ainda. (A.A, 01 de junho de 2017)

A fase de finalização, de pós-obra, também não foi executada, tendo em vista o abandono das construções. Não havia como fazer a avaliação das obras, pois encontram-se incompletas, impossibilitando também a confraternização de encerramento.

4 ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DA NOVA CASA: ESTUDO PÓS-OCUPAÇÃO

Este capítulo busca analisar o processo de apropriação da nova casa pelos beneficiários, e o faz a partir da análise pós-ocupação, buscando compreender também as impressões que o programa gerou nos moradores participantes e como eles lidaram com as adversidades apresentadas em algumas etapas do programa. O capítulo também mostra o novo retrato das famílias participantes da amostra, identificando mudanças que envolvem questões habitacionais, além de novos comportamentos e hábitos, como o uso do banheiro na parte interna da casa e questões de sociabilidade, trabalho, entre tantas outras que circundam o ambiente doméstico no meio rural.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, analisar a execução do PMCMM, para assim compreender o processo de apropriação do camponês à nova casa, buscando entender como esse processo de mudança tem ocorrido e se apresentou mudanças positivas para o camponês, faz-se necessária a comparação entre as casas antigas e novas, em relação aos aspectos construtivos, uso dos cômodos, sociabilidade, produção e hábitos. Buscou-se identificar os aspectos da vida do camponês que tenham sofrido alteração após a implantação do PMCMM, para melhor avaliá-lo.

Antes de analisar como o camponês de Pequiizeiro tem se apropriado da nova moradia, é fundamental o esclarecimento do conceito de apropriação. Para isso, foi necessário recorrer a disciplinas diversas, como a psicologia ambiental. De acordo com Elali e Pinheiro (2013), os estudos da psicologia ambiental contribuem para o entendimento do significado do habitar quanto a aspectos culturais, temporais e as relações afetivas de uso e apropriação do espaço. Segundo Pol (1996), a apropriação vem da necessidade de o indivíduo se diferenciar do outro, demarcando seu território de maneira mais sofisticada que os outros animais e criando, desse modo, referências estáveis que o ajudam a orientar-se e a preservar sua identidade diante de si e dos outros. O autor explica que por isso as pessoas sempre tentam tornar seus lares diferentes. Assim, mesmo que em um edifício residencial os apartamentos sejam entregues uns idênticos aos outros, quando ocupados se tornam diferentes devido às modificações realizadas por seus habitantes.

Trazendo para a realidade de Pequiizeiro, que recebeu cinquenta habitações idênticas do PMCMM, a partir da análise do trabalho de campo aqui realizado, foi possível perceber que cada família, à sua maneira e condição, fez modificações e adequações na nova casa, buscando apropriar-se do espaço.

Segundo Pol (1996), quando mudamos de casa, mesmo que haja alguma alteração na qualidade e quantidade do espaço da nova habitação, sentimos a necessidade de tornar o novo espaço compatível com algumas estruturas espaciais mentais já aprendidas na organização do espaço anteriormente ocupado, no qual os objetos da casa detinham um determinado lugar. Em outros termos, sentimos necessidade de transformar o novo espaço ocupado, tornando-o compatível com o espaço anteriormente habitado. Isto, para nós, concerne à tentativa de tornar o diferente, igual; o estranho, familiar; o outro, o mesmo.

Quanto à necessidade de tornar o espaço novo compatível com o anterior, podemos identificar essa ação na maior parte das casas que constituem a amostra. Algumas em maior escala; outras em menor, mas sempre estando presente alguma particularidade da morada anterior, que de forma mais sutil é passada à nova moradia. É possível identificar essa compatibilidade por meio, por exemplo, da construção de meia-água, cozinhas de apoio construídas próximas a nova casa, entre outros elementos que corroboram a ideia de Pol.

4.1 O Programa Minha Casa, Meu Maranhão pelo olhar do beneficiário

Neste item, buscou-se compreender as expectativas dos moradores em relação à nova casa, suas avaliações durante todo o processo, além dos impactos que a execução do programa vinha causando em suas vidas. Como um relatório das viagens realizadas, são aqui expostas as datas e formas como aconteceram as visitas, seus objetivos e resultados coletados, todos elucidados por meio das falas transcritas.

A fim de perceber as primeiras impressões dos moradores em relação ao programa, ao que havia sido apresentado a eles, foi feita uma segunda visita ao povoado, dessa vez sem a presença da equipe da SECID para que os moradores não se sentissem inibidos em expressar suas opiniões sobre o programa. Assim, a equipe se apresentou como “estudantes da UEMA realizando pesquisa acadêmica”. Essa visita, particularmente, objetivou estabelecer contato mais pessoal e direto com os moradores da amostra, buscando aos poucos construir uma relação de confiança.

Nessa visitação, realizada em março de 2016, além de conversas informais não gravadas, foram realizados levantamentos arquitetônicos e fotográficos das casas da amostra. Momento importante também para percepção das relações sociais existentes no povoado, uso dos equipamentos coletivos, entre outras informações essenciais que dizem respeito à vivência coletiva no povoado, ultrapassando as paredes da casa.

Já na terceira visita, realizada em abril de 2016, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com os beneficiários (roteiro disponível no apêndice), com objetivo de perceber sua apreensão quanto às informações repassadas pela equipe da SECID, além de também compreender suas expectativas em relação à nova casa. A partir dessas entrevistas e conversas, foi possível concluir que os beneficiários souberam do programa por meio da Associação de Moradores, entidade responsável também pela seleção dos beneficiários, usando, segundo fala de alguns moradores, critérios questionáveis para a seleção.

Começou por aí. E aí na época, eu era o presidente, aí a gente selecionou as família, né, que a gente conhece, as família que... de necessidade, e todo mundo tem necessidade, só que tem aquelas que precisam mais, né? Porque uma pessoa que tem uma casa mais estruturada, tem pessoa que não tem. Aí a gente foi fazendo esse trabalho, então foi através disso que... a gente chegou nessas pessoas... que foram selecionadas. (J.R.N, 11 de abril de 2016)

Foi o presidente da associação que falou pra nós que ia sair essas casa pras pessoa que não tinha casa. Aí eu acho que me escolheram pela situação toda, não só pela casa, né? (L.R, 11 de abril de 2016)

Tem umas pessoas escolhidas pra receber a casa que eu conheço. Uns eu sei, outros eu não entendo porquê ganharam. Tem uns que tem a casa boa... aí tem uns que não tem família e tem casa.... Vão ganhar essa casa, e tem muita gente que tá precisando, que precisa também e não foi beneficiada. (M.J.S, 11 de abril de 2016)

Acho que me escolheram por sorte, né? Ou viram que eu tinha precisão de uma casa. (A.A, 11 de abril de 2016)

A.N nos explicou que eles iam escolher quem tava numa situação mais difícil. Quem tivesse com uma casa mal-arrumada, rachando, com risco de cair. Eu não conheço todos os beneficiários... tem uns pessoal que mora do outro lado do povoado que chegaram mais recente. Do outro lado da estiva (refere-se a uma ponte do povoado). (O.F, 01 de junho de 2016)

Ao questionar J.R.N se houve aumento populacional com a chegada do programa, ele afirmou que sim; o programa atraiu pessoas de outros povoados, que se mudaram em busca de também conseguirem o benefício da casa, como mostra o relato:

Olha, alguns dos que vieram, eles foram contemplados, né? Até por... Pela necessidade que a gente viu, né? Muitas pessoas abriram mão, né, pra colocar os... Inclusive, teve algumas pessoas que não são daqui, né, que vieram, que a gente arrumou pra eles, né? (J.R.N, 13 de novembro de 2019)

Foi perguntado também aos beneficiários se tiveram acesso ao projeto arquitetônico da casa, se tinham conhecimento de suas dimensões e cômodos. A resposta na maioria dos casos foi negativa, disseram não ter tido acesso ou não ter compreendido, evidenciando a utilização de representação gráfica incompatível com o nível de conhecimento dos beneficiários.

Não vi o desenho não, mas sei que tem dois quartos, mais ou menos como já é a minha. Acho que vai ter cozinha e banheiro também. (L.R, 11 de abril de 2016)

Já, vi lá no dia da apresentação. Mas assim, a gente viu o desenho, então nem sabe direito que tamanho que é. Só sei que tem dois quartos, com cozinha e banheiro. (M.J.S, 11 de abril de 2016)

Quando questionados sobre quantas unidades habitacionais seriam construídas no povoado, a maioria dos beneficiários demonstrou dúvida ou desconhecimento. Os que de fato sabiam, atribuíram à Associação a informação repassada.

Não sei dizer muito bem (M.J.S, 11 de abril de 2016)

O rapaz da obra me falou que é 51, né? (J.V.N, 11 de abril de 2016)

Olha, disseram que ia ser 50 casas, mas que agora aumentou pra mais... aí eu não sei direito (A.A, 11 de abril de 2016)

Eu não tenho nem ideia, mas o rapaz da associação falou pra gente que era umas 51 (M.J.N, 11 de abril de 2016)

Buscando assimilar a opinião dos beneficiários em relação à nova casa, fizemos questionamentos sobre a construção do banheiro dentro da habitação, item que a maioria dos moradores do povoado não possui em suas residências. Grande parte dos beneficiários se mostrou entusiasmada com a novidade, e alguns, como J.V.N, ficaram apreensivos quanto à presença do cômodo que ocuparia espaço na casa já pequena.

É muito bom banheiro dentro de casa porque não tem necessidade de sair à noite, né? Às vezes tá chovendo e é ruim demais sair pra usar a sentina. (J.R.N, 11 de abril de 2016)

Olha, vai ser muito legal. Eu tenho esse bico de papagaio na coluna, e às vezes é muito ruim se abaixar pra usar a sentina. O banheiro dentro de casa alivia a luta da gente, né? (L.R, 11 de abril de 2016)

Olha, se desse pra botar fora, assim, pra mim seria melhor. Porque a casa já vai ficar pequena né? Por mim se fizesse o banheiro fora, ficava mais espaçosa dentro. (J.V.N, 11 de abril de 2016)

Outros beneficiários também se mostraram preocupados em relação ao tamanho das casas. J.R, que possui família grande e tinha anteriormente casa espaçosa de adobe com três quartos, manifestou desde o início interesse em ampliar a casa, como mostra o relato abaixo:

Ah, perguntaram quantos filhos eu tenho. São seis filhos que eu tenho. Somos oito pessoas. E dois cômodos, somente. Aí eles alegaram que você pode aumentar, tem previsão pra aumentar. Aí faz o que quer, né? Aí eu vou fazer do meu jeito. Inclusive eu tô pensando em tirar essa parede aqui, fechar aqui e puxar para trás. (J.R.N, 11 de abril de 2016)

Outra questão abordada foi a demolição das casas. Ao perguntar aos beneficiários suas opiniões sobre, demonstraram reações diversas, pois alguns se fizeram surpresos, outros contrários à ação, outros mais se mostraram conformados.

Não sou muito a favor de fazer a casa e demolir a outra não. No caso que a minha, que tá perigosa, tem que demolir. Mas pra mim demolir eu vou pra rua, no caso, eu tô quase na chuva. Entendeu? Esse é o problema. No dia que o pessoal do governo vieram aqui, disseram “tem que demolir que vamos construir”, aí eu... “rapaz, pelo amor de Deus, tem que fazer logo” e aí fiquei aperreado. (J.R.N, 11 de abril de 2016)

Tem que derrubar essa aqui? (demonstra surpresa) Olha, se tiver que derrubar é complicado. Meu marido não quer que derrube não. (L.R, 11 de abril de 2016)
Olha, não sabia que tinha que demolir essa aqui não... isso é bom e não é. Porque essa aqui deu tanto trabalho. Ia dar essa aqui pra minha irmã morar. Ela não mora perto de mim não. Se depender de mim, não derrubava não. Já deu tanto trabalho. Carregar água de longe, barro pra derrubar assim... eu ia derrubar chorando. Essa casa já tem um ano... (M.J.S, 11 de abril de 2016)

Olha, não me falaram direito disso de derrubar. Outro dia que eles vieram eu não tava aqui. Eu tava no tanque lavando roupa. A Sandra diz que tem que derrubar essa aqui pra poder fazer a outra. Aí não tem a casa... mas eu digo aí se derrubarem a minha só se fizerem a outra. Sem fazer não posso derrubar, que eu vou ficar onde? (A.A, 11 de abril de 2016)

Tem um projeto, que inclusive nós temos esse projeto, que diz que tem que demolir a casa. Antes eu duvidava, né? Aí quando eu li o projeto, eu vi que tem que mandar derrubar mesmo. Aí eu mandei derrubar a minha. Aí no dia que a máquina tava derrubando eu disse pra minha filha registrar, né? Eu fico assim pensando, você manda derrubar, imagina quando alguém chega, mete a máquina e você não pode fazer nada? Mesmo eu mandando derrubar, eu senti assim um aperto tão grande no peito, é minha casa que tá sendo demolida. Aí eu fiquei só com a foto. Quando eu olho ainda dá uma saudade ainda. Agora imagina quando os caras invade, mete a máquina, derruba tudo aí. (J.R.N, 11 de abril de 2016)

No dia que a moça disse pra gente que precisava derrubar a nossa casa, eu chorei, me abraçaram, eu disse ‘não derruba minha casa, mermã, pelejei tanto, gastei tanto, tô recebendo pouquinho porque eu fiz minha casa pra me abancar dentro dela, e agora querem derrubar, não dá certo não. Eu tenho muito filho, os filhos chegam, vão tudo praí (refere-se à casa de adobe). (N.S, 01 de junho de 2017)

Sobre a questão da derrubada da casa de barro, esta era exigida assim que a habitação oferecida pelo programa estivesse pronta. Assim, nos casos em que o terreno não comportava as duas habitações, era oferecido pela Associação um novo terreno em outra localidade do povoado para construção da nova casa. Apesar de o terreno ofertado ser ainda no mesmo povoado, muitos não aceitaram a proposta, visto que teriam que abandonar todo o conjunto de anexos que compõem a moradia rural, como sentina, galinheiro, roça, chiqueiro, além de espécies vegetais, frutíferas ou não, que ali demoraram anos para se estabelecer, sem contar as relações de vizinhança também fortemente construídas que seriam perdidas.

Assim, os moradores que se viam nessa situação tiveram que precocemente derrubar suas casas e construir abrigos provisórios para se alojarem enquanto a nova casa não fosse entregue. Esses abrigos eram construções efêmeras, feitas de lona ou palha, com péssimas condições de habitabilidade, como o caso do J.R.N, relatado abaixo e ilustrado pela Figura 56.

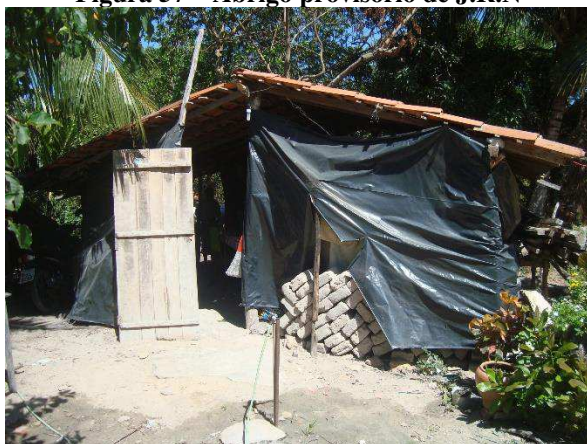
Exigiram no programa que tinha que demolir essa casa. Eu só demoli a casa porque eu não tenho um terreno próximo ali, né? Só que essa daí tá rachada (refere-se à sua casa de adobe), tem que derrubar mesmo, tá perigoso deixar ela de pé. (J.R.N, 11 de abril de 2016)

Figura 56 – Casa de J.R.N, em fase de demolição

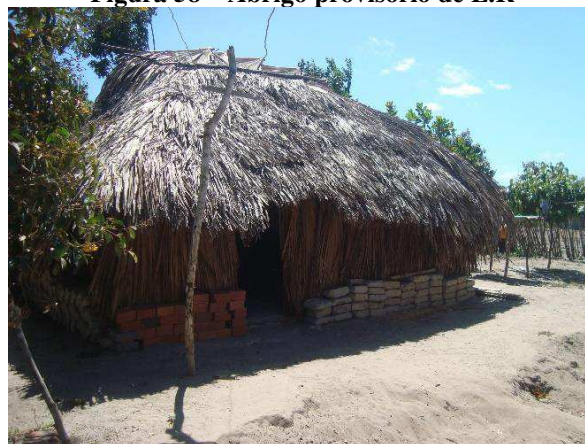


Fonte: Souza, 2017

A Figura 56 exhibe o processo de demolição precoce da casa de J.R.N. O morador tenta aproveitar o máximo de material possível para construção do abrigo provisório e também para ampliações futuras na nova casa. Na Figura 58, é possível observar outro abrigo provisório, com paredes e cobertura feitos de palha, apresentando condições precárias de habitabilidade.

Figura 57 – Abrigo provisório de J.R.N

Fonte: Souza, 2017

Figura 58 – Abrigo provisório de L.R

Fonte: Souza, 2017

Em relação ao tamanho da casa e quantidade de cômodos, alguns beneficiários demonstraram preocupação, com receio do processo de adaptação ao espaço menor. Os moradores que já haviam demolido suas casas, em especial, mostravam-se preocupados com uma possível não entrega, devido ao atraso do início das obras.

Acho que a maior dificuldade é no espaço. A casa é pequena... aí eu vou ter que aumentar por conta própria mesmo. (J.R.N, 11 de abril de 2016)

Eu acho que a gente... ganhando uma casa nova, nada vai ficar difícil, né? Vai melhorar cada dia mais. Minha preocupação é só derribarem e não construírem a outra no lugar. (L.R, 11 de abril de 2016)

Acho que vai ficar mais difícil é a questão do espaço físico dentro porque é uma casa pequena, né? (J.V.N, 11 de abril de 2016)

É, acho que o tamanho talvez pode ser difícil. A casa nova pode ser mais menorzinha que essa, eu não sei. (A.A, 11 de abril de 2016)

Eu acho que se for o tamanho, né? Você tem um espaçozinho mais melhor. Quando você passa pra uma mais menor é dificilmente você se acostumar muito rápido. Pra se acostumar demora mais um pouco. (J.A.O, 11 de abril de 2016)

A quarta visita aconteceu em agosto de 2016. Nesse período, as obras já haviam começado. Foram realizadas outras entrevistas semiestruturadas com os beneficiários, a fim de compreender suas percepções em relação à nova casa, uma vez que podiam agora analisá-las fisicamente. Ao questionar os beneficiários quanto à satisfação em relação ao imóvel que estava para ser entregue, as reações, mais uma vez, foram diversas. Alguns mostraram-se satisfeitos com a habitação, enquanto outros revelavam preocupação com as dimensões apresentadas, como pode ser percebido nos depoimentos:

Ah, eu tô achando muito legal. Eu tô achando que a casa tá muito é boa. Derrubei uma outra, que ninguém queria derrubar, o homem (marido dela) não queria derrubar de jeito nenhum. Aí derrubou assim mesmo e olha, deu foi certo. Eu nem imaginaria que fosse assim. Tá bom demais. (L.R, 8 de agosto de 2016)

É uma casa mais organizada, melhor, né? Eu digo desorganizada por causa da situação que eu tava antes... morando nessa casa aí (aponta para a casa de taipa onde mora), a situação que ela está. Eu tava desorganizada, porque eu não tinha casa, né? Hoje eu posso dizer que eu tenho. (O.F, 8 de agosto de 2016)

Olha, não é do jeito que a gente esperava que fosse, não. A gente pensava de outro jeito, mas veio desse jeito aí... mas nós tamo achando legal. Eu não sei nem dizer como eu queria que fosse, mas desse jeito aqui, pra mim, já tá bom demais. (F.C, 8 de agosto de 2016)

Olha, eu nem sei o que que eu esperava. Mas eu tô gostando, viu? Pra mim tá ficando beleza. (L.N, 8 de agosto de 2016)

Não é como eu esperava não... é muito pequena! Não é nem por causa das outras partes... é por causa da sala, que eu achei pequena, que é junto com a cozinha. Aí é estranho, não gostei disso não. Eu faria a cozinha maior. Só a cozinha que eu achei muito pequena. (M.A.V, 8 de agosto de 2016)

É... tá do jeito que eu acho que ia de ser, né? Boa, espaçosa... os quartos, compartimentos são adequados, né? Os quarto, a sala. Eu achei tudo normal. Legal, bom. Do jeito que tá, pra mim tá bom. Num tem de quê reclamar não. (J.A.N, 8 de agosto de 2016)

Eu esperava que a casa fosse maior, né? Pelo valor da casa, eu esperava que ela fosse maior. Os cômodo mais confortável. (J.R.N, 8 de agosto de 2016)

As Figuras 59 e 60 mostram o andamento das construções na época, já com toda a estrutura erguida e cobertura instalada, faltando as etapas de acabamentos e instalações complementares.

Figura 59 – Nova casa de M.A.V



Fonte: LATESE, 2016

Figura 60 – Nova casa de J.R.S e O.F



Fonte: LATESE, 2016

Quando perguntados sobre mudanças que pretendem futuramente realizar na nova casa, os moradores demonstram desejo de ampliação. Alguns questionaram a utilidade da área

de serviço, alegando ser perda de espaço. Em relação à estética da casa, os beneficiários também fazem observações sobre a implantação da casa no terreno, preferindo que a entrada ficasse na parte lateral da casa, como chamam o “oitão de banda”.

Aqui (aponta para a área construída da casa que corresponde à área de serviço) é tipo um beco, né, fica ruim. Vou fechar essa parte. E também vou mudar esse banheiro daí. Vou aumentar mais, pra 3,60, pra ficar do tamanho que era, aí vou tirar ele daqui e vou botar pra outro lugar. Mas emendado na casa também, viu? Só que de outro modelo. Aqui no quarto cabe nem a cama. Você vê que a minha estante é bem grande, onde é que eu vou colocar essa estante? Não cabe. (J.R.N, 8 de agosto de 2016)

É, porque aqui são dois meninos (um casal). Porque se fosse duas meninas, nem precisaria, era só um quarto pras duas. Mas como é um casal, pra dormir tudo só num quarto, já tão tudo rapaz e moça, quando precisar, assim, depois que a gente conseguisse, né, aí mandava fazer outro quarto. Uma varandinha desse lado daqui... só. (L.R, 8 de agosto de 2016)

É pra falar mesmo? Se a gente for pensar mesmo de que jeito a casa podia ser, fazia de modo que a casa fosse linda mesmo, né? Varandada aí, tivesse varanda ao redor dela todinha aí ficava mais legal. Acho que de tamanho tá bom. Que nem eu já falei, do jeito que tá pra mim tá bom. Diz que a casa tem que vir completa, com cerâmica e tudo. Tem que vir assim, né? Pra entregar do jeito que tá, tá ruim. (F.C, 8 de agosto de 2016)

Só a cozinha que ficou emendada com a sala. Se eu pudesse fazer ela diferente. Maior, e longe da sala, que eu não achei legal assim a cozinha emendada com a sala. Normalmente é o que tá sendo, muitas casa a gente vê assim. Cozinha assim direto com sala. Nós prefere mais lá pro fundo, entendeu? Assim, próximo do quintal, pra atrás. A cozinha perto da sala é estranho, porque quem tá na sala tá vendo tudo, enquanto que aqui (na casa de adobe do avô) não, né? Aqui a sala tá aqui e a cozinha tá pra acolá, lá pro final, né? Aí ficou um pouco diferente assim, do que eu imaginava. (J.A.N, 8 de agosto de 2016)

Os beneficiários foram também questionados em relação ao material da nova construção, alvenaria de tijolo cerâmico, diferente de suas casas, de taipa ou adobe. A maioria mostrara-se favorável à utilização do material aplicado, uma vez que o associam a segurança e estabilidade, afinal, preocupam-se em garantir abrigo para as próximas gerações da família, como revelam os relatos:

Eu acho assim que tudo é bom, né? A outra (de adobe) já pingava muito, molhava, tinha aquela luta toda. E essa daqui não, a gente já tá vendo que ela vai durar mais tempo. (L.R, 8 de agosto de 2016)

É melhor, porque olha, ela tem a telha, ela é de segurança, né? É mais organizada. E uma casa dessa aí (aponta para a de taipa) não tem segurança de nada. Aí eu não poderia ficar com essa casa (de taipa) e deixando essa (de alvenaria). (O.F, 8 de agosto de 2016)

Desde quando eu me lembro que me entendo por gente, eu sempre morei em casa assim (refere-se às casas de adobe). Quem sabe quando eu começar a morar na outra eu posso dizer melhor qual é a melhor. (L.N, 8 de agosto de 2016)

Acho que a casa de tijolo é melhor, porque dura mais tempo, né? Atura mais. (M.A.V, 8 de agosto de 2016)

Acho que a casa de tijolo é melhor, né? Mais firmada. (M.L.A, 8 de agosto de 2016)
Na minha opinião mesmo, a de adobe, ela bem assim, serviço bem feito, eu acho melhor. Na minha opinião, né? Porque aqui (refere-se à casa de adobe) você dá um murro nela, tudo bem, a de tijolo sacode ela todinha, né? Essa aqui tem aquele radier que a gente passa aqui arriba da porta assim, tem muita gente que faz de adobe que faz assim. Faz o alicerce de pedra, e faz esse radier assim. Aí a casa fica muito segura. Então, na minha opinião, eu acho até que é melhor. Eu acho mais seguro. Se uma pessoa for botar pra furar essa daqui não fura assim fácil. Ó a largura que é aqui (se refere à parede). E a de tijolo é bem estreitinha. (J.A.N, 8 de agosto de 2016)

Claro que é melhor, pela segurança, porque a casa de adobe, ela tem uma deficiência. Se a gente deixar molhar o pé dela, já foi, ela cai. Inclusive a minha casa eu acho que vocês observaram, né, ela tava rachada. Aí num tinha condições dela passar muitos dias mais. Aí eu tinha que demolir ela, de alguma forma, pra construir outra. Mas como eu ganhei essa, melhorou, porque eu vou é aumentar ela, só que é mais pouco trabalho, né? O gasto vai ser menos. (J.R.N, 8 de agosto de 2016)

A partir das entrevistas, foi possível constatar que a maioria dos moradores acredita que a nova casa proporcionará melhores condições de vida, de habitabilidade, visto que associam a casa de alvenaria a segurança e estabilidade. Além disso, acreditam que algo semelhante possa acontecer em outros aspectos da vida.

A partir da quinta visita de campo, realizada em julho de 2017, já era possível analisar o processo de adaptação de algumas famílias às novas casas. Das onze selecionadas para a amostra (a amostra diminuiu no decorrer da pesquisa), seis já haviam se mudado para a nova habitação, mesmo que ainda inconclusa, em decorrência de suas necessidades. Três já haviam demolido suas casas por falta de espaço no terreno – morando, até então, em abrigos provisórios, mas necessitavam com urgência do novo espaço – e outras três viram suas casas desabarem diante do regime intenso de chuvas.

Durante essa visita de campo, foi percebida a conclusão das obras no povoado feita a passos lentos, uma vez que a equipe da construção já estava em outro povoado. Esse fato se deu devido ao regime de contratação da construtora, feito não por construção em cada povoado, mas em blocos formados por povoados vizinhos. Dessa forma, Pequizeiro, que tem fácil acesso, distante apenas sete quilômetros da sede, acabou sendo prejudicado por ficar dependendo da construção de casas em povoados vizinhos, de difícil acesso.

A.R, uma das beneficiárias, teve que demolir sua casa para implantação da nova moradia. Mudou-se para o abrigo provisório, mas com a chegada do período chuvoso foi obrigada a se abrigar debaixo da nova casa. A.R recebeu a equipe em sua nova moradia para contar das dificuldades vivenciadas durante a espera da conclusão da obra:

Eles vieram, dismantelaram minha casa, e aí eu ‘passei pra debaixo’ daquela casa ali (refere-se ao abrigo provisório que construiu enquanto a casa de alvenaria estava sendo construída). Aí eu fiquei esperando, esperando... passei um bom tempo ali. Chovendo, pegando chuva. Minha mulher, com pressão alta, sofre de bico de papagaio, sofre demais. Nós fiquemos ali por seis meses! Aí eu disse, não dá mais, vamo nos mudar. Falei pra mulher de chapeuzão (refere-se a uma das assistentes sociais da SECID); disse: “olha, não dá mais pra esperar a casa ficar pronta, eu vou me mudar logo pra lá”. Ela me respondeu: “é, o senhor que sabe. Quem manda é você”. (A.R, 01 de junho de 2017)

As beneficiárias A.A e M.J.S também sofreram com as intempéries do período chuvoso, o qual ocasionou a derrubada de suas casas, obrigando-as também a se mudarem precocemente para a nova moradia.

A chuva derrubou a minha casa de adobo... mas ainda bem que a parede não caiu pra dentro. Caiu foi pra fora, senão tinha matado a gente. Nesse dia choveu de tarde, aí nós tiremos logo as coisas de lá, e botemos pra essa daqui (refere-se à casa nova). Aí fiquemos só naquele pedaço pra ali. A gente se mudou antes de terminar, porque foi a precisão mesmo. A casa chegou na hora, senão a gente tinha ficado na chuva. (A.A, 01 de junho de 2017)

Choveu, desabou a parede de lá. Aí eu vim pra debaixo dessa nova, porque foi o jeito. Eu tô dando é graças a Deus. Essa aqui tá pequenininha, mas tá boa demais (M.J.S, 02 de junho de 2017)

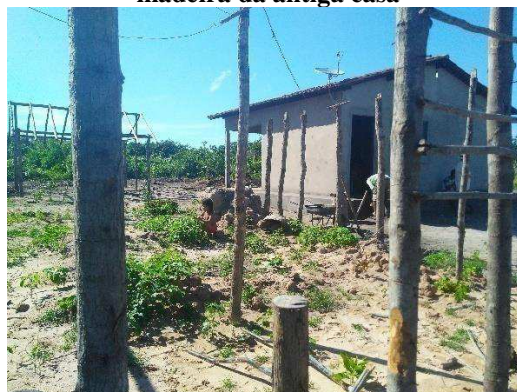
Por meio das Figuras 61 e 62, é possível ver as casas que ruíram com o período chuvoso. Na primeira, observamos apenas as três paredes que restaram da casa antiga, bem ao lado da nova moradia. Já na Figura 62, observa-se apenas os elementos estruturais que restaram da antiga casa: estacas de madeira que as sustentavam.

Figura 61 – Nova casa de A.A ao lado da antiga casa de adobe, que veio a ruir



Fonte: LATESE, 2017

Figura 62– Casa de M.J.S ao lado de estrutura de madeira da antiga casa



Fonte: LATESE, 2017

Uma das beneficiárias, M.J.N, considerando sua casa de adobe bastante segura e confortável, decidiu não a demolir para dar lugar à casa do programa, no entanto, pediu à

Associação que lhe cedesse um terreno próximo para a construção da casa que seria destinada à sua filha, que, segundo a beneficiária, tinha maior necessidade. Nessa fase, as opiniões quanto à satisfação em relação à nova casa tinham um misto de contentamento e frustração. Por um lado, os beneficiários estão felizes com a situação atual de maior segurança e estabilidade, por outro apresentam queixas em relação aos espaços internos e ao conforto térmico, como é possível notar nos relatos:

Essa casa, quem me deu foi o governador. Coisa que a gente ganha de graça, a gente tem que aceitar, né siô. Se eu pudesse mudar, se eu pudesse fazer diferente, eu fazia assim um quarto aqui do lado pro meu filho. Tem dois quartos, um é da minha filha, o outro é meu e da minha mulher. Aí o meu filho dorme num quarto com minha filha. E ele queria um quarto pra ele, pra fazer as maquetes dele. (A.R, 01 de junho de 2017)

Tá tudo bem, nós tamo gostando, tamo bem apoiado, porque nós não tamo se molhando, estamos tudo confortável. Ainda tamo usando a casa antiga por causa da minha sogra, não sabe? Ela não quer ir pra casa de outra pessoa que não seja dela. Aí meu marido tá montando uma casinha ali atrás pra ela. (O.F, 01 de junho de 2017)

Minha sogra, ela diz que não gosta de ficar aqui na casa nova não. Ela gosta mais de ficar ali na casinha de taipa, que ela diz que é mais friinho. Ela só vem pra cá quando é de noite, pra assistir televisão. De dia, quando ela vem aqui, só ouço: “vixe, tô com calor!” e sai da casa. (O.F, 01 de junho de 2017)

o quente sim, porque meu terreno ainda tá descampado, sem árvore. E as portas e as janelas, como são de ferro, esquentam um pouco, né? Aí na hora de dormir a gente fica todo mundo junto num quarto, porque só tem um ventilador (risos) (J.A.N, 02 de junho de 2017)

Na fala de A.R, é notável sua frustração por não poder proporcionar ao filho maior conforto e também o desejo de ter tido participação na escolha do modelo de sua casa. Entretanto, o programa não prevê esse tipo de participação, determinando um modelo único de moradia, independentemente da composição familiar do beneficiário. Nas falas de J.A.N e O.F, nota-se preocupação com o conforto térmico da nova casa, tendo em vista os materiais aplicados, principalmente as esquadrias de ferro que favorecem o aumento da temperatura interna da habitação.

Até o momento dessa visita, nenhum banheiro havia sido concluído, fazendo com que alguns moradores dessem outra função ao espaço, usado principalmente como depósito para armazenar a produção da família. Em relação às instalações hidráulicas, a maioria já apresentava tubulações, entretanto sem torneira, chuveiro e vaso sanitário. As Figuras 63 e 64 ilustram bem o novo uso que o banheiro recebeu durante esse período.

Figura 63 – Banheiro de A.R utilizado como depósito



Fonte: LATESE, 2017

Figura 64 – Banheiro de O.F utilizado como depósito



Fonte: LATESE, 2017

Com relação ao fornecimento de água, ainda não é feito dentro das habitações. Os moradores têm acesso à água apenas em torneira do lado externo da casa. Já o fornecimento de energia é feito em algumas casas, como a de J.R.N, M.J.S e J.A.N.

Por meio principalmente da observação, fica evidente a recusa à nova cozinha. Algumas possuem fogão, entretanto o preparo da maior parte dos alimentos é realizado em cozinhas externas, com fogão a lenha. A cozinha interna vem na maioria dos casos sendo utilizada como extensão da sala.

A cozinha de dentro? Não tamo usando não senhora. Só ali a nossa, do fogão de barro, do lado de fora. (A.R, 01 de junho de 2017)

Tinha vontade de aumentar mais depois, se puder, que a família é grande... Essa cozinha é muito grande, né? (fala ironicamente). Meus filhos chegaram na casa, olharam a cozinha e disseram: “Eita que essa cozinha é medonha de grande!”. (A.A, 01 de junho de 2017)

A cozinha ficou pequena, mas não tem problema não... eu vou fazer minha cozinha é do lado de fora de casa mesmo. Vou botar meu fogão a carvão e meu fogão a gás lá fora. Aqui eu vou deixar pra ser só a sala mesmo, aqui onde é a cozinha eu vou botar a estante da televisão, que fica melhor. (N.S, 01 de junho de 2017)

Aqui não dá pra colocar o fogão de barro dentro de casa, porque vai sujar a parede. Melhor fazer do lado de fora, que é mais ventilado (M.J.S, 02 de junho de 2017)

As Figuras 65 e 66 expressam bem a tentativa de ampliação da sala usando a área destinada à cozinha. Foi possível encontrar mesas e televisores em locais destinados à pia

(que ainda não havia sido instalada) e armários de cozinha. Esses são exemplos que mostram a incompatibilidade dos ambientes com o mobiliário e costumes dos camponeses, perceptíveis antes mesmo do término da construção.

Figura 65 – Cozinha adaptada a sala de estar, usada como extensão



Fonte: LATESE, 2017

Figura 66 – Cozinha com mobiliário previsto para sala de estar



Fonte: LATESE, 2017

Do mesmo modo que a cozinha, a área de serviço não tem sido utilizada como previsto, uma vez que as instalações hidráulicas ainda não foram ativadas.

Sobre as aspirações das famílias em relação a obras futuras na nova morada, J.A.N pretende construir uma cerca na frente para evitar a entrada de animais, além de uma pequena horta no quintal para consumo familiar. Já a família de A.A pretende fazer uma cozinha maior nos fundos da casa, utilizando os materiais que sobraram da antiga moradia.

Eu quero fazer uma varanda depois na frente... e a cozinha, nós vamos fazer detrás de casa, no quintal. (M.A.V, 01 de junho de 2017)

Meu marido quer fazer uma meia-água lá pra atrás da casa, mas diz que só pode aumentar e mexer na hora que o governo entregar. A última vez que eles vieram, eles disseram pra não mexer ainda, enquanto não terminasse. Aí ele quer fazer assim, aumentar pra trás, fazer uma cozinha grande e outro quarto. Aí não sei como que vai ser a condição da gente, se vamo fazer de adobe ou se vamo comprando de tijolo. (A.A, 01 de junho de 2017)

Quando eu receber a casa de vez, eu vou fechar essa varanda aqui de trás, que isso é feio demais. Eu vou tentar cortar a parede da cozinha e puxar a casa pra trás, construindo mais um quarto e uma cozinha. Quero jogar o banheiro pra trás também. Na frente, eu deixei um espaço vazio, eu quero fazer mais um quarto e um terraço aqui na frente. Esse é o meu plano no futuro, eu já comprei uma boa parte do material, tô só aguardando concluir a obra pra começar a fazer. (J.R.N, 01 de junho de 2017)

No futuro, eu penso em aumentar ela mais. Que a família tá crescendo, né? Depois fazer uma varanda (M.J.S, 02 de junho de 2017)

Mesmo evitando fazer modificações por hora, é possível notar o processo de adaptação dos moradores, que continuam executando as técnicas construtivas de seu domínio, como cercas feitas de vara de madeira e a preferência pelo uso da cozinha na parte externa da casa. Foi possível também observar a angústia que traz o desconhecimento por parte dos moradores em relação ao término das obras; muitos desejam se acomodar na nova casa de forma definitiva, para assim realizarem as alterações que julgam necessárias. Diante dessa ausência de previsão do término, os moradores não possuem outra escolha se não se mudar para a nova casa, mesmo que ainda não concluída.

Na sétima visita, realizada em novembro de 2019 com objetivo de compreender o processo de ocupação e apropriação do beneficiário à nova casa, uma vez que havia se passado 2 anos desde a última visita, esperávamos que as obras já estivessem sido concluídas e entregues. Entretanto, ao chegar no povoado o sentimento foi de desapontamento, pois as obras avançaram bem pouco desde a última visita.

O cenário das construções era de abandono; a maior parte delas foi deixada incompleta em diferentes níveis, algumas nem mesmo as instalações elétricas haviam sido concluídas; em outras, ainda não havia sido instalado o piso do banheiro. Em geral, faltavam as instalações elétricas e hidráulicas, as louças e os acabamentos da construção, como a pintura, sendo possível observar esse cenário nas Figuras 67 a 70.

Figura 67– Instalação elétrica ausente

Fonte: Autora, 2019

Figura 68– Instalação elétrica improvisada

Fonte: Autora, 2019

Figura 69– Banheiro sem revestimento e louças

Fonte: Autora, 2019

Figura 70– Cozinha sem instalações hidráulicas e louças

Fonte: Autora, 2019

Apesar dessa situação, demos seguimento à pesquisa, realizando novas entrevistas aos moradores selecionados, as quais o roteiro encontra-se no apêndice. Inicialmente foram levantadas algumas informações em relação à composição familiar, renda e ocupação, com a intenção de atualizar alguns dados que já estavam defasados, afinal, o período entre essa entrevista e a anterior foi de mais de dois anos. Em seguida, indagamos os moradores quanto às experiências na nova casa, mesmo que inacabada. As respostas foram diversas:

Graça a Deus é melhor, porque ganhar uma casa de graça sem comprar material, sem comprar nada, o governo deu pra nós, deu aí pra nós. Só tem uma coisa que não gostei, foi da calçada que o caboco ainda se zangou comigo, que eles botaram uma terra molhada aí e bateram, agora a terra afofou, tá acabando tudo. Eu fui dizer:

“Rapaz, joga uma pedra, que eu vou mermo buscar, eu peço um carro.” “Não, nós tem que fazer é desse jeito assim.” O cara se zangou comigo. As pessoas via, diziam: “Ó quem é o fiscal da casa é o dono da casa”. Aí eu fui reclamar. Ele tava fazendo ali e eu fui reclamar. “Rapaz, esse negócio de terra aí, negócio de terra, tu bota aí, quando ela enxugar, ela desce. Aí a calçada quebra e vão dizer que são os meus meninos que estão quebrando”. (J.R, 13 de novembro de 2019)

Pô, demais... demais... uhum! Isso aqui é tudo mais que eu tenho. (A.J.N, 13 de novembro de 2019)

Não cem por cento ainda não. (M.J.S, 14 de novembro de 2019)

Ainda não tô satisfeita porque ainda não terminaram o serviço. (M.A.V, 14 de novembro de 2019)

É, mais ou menos, porque ainda não foi é... terminada, entende? (R.S, 13 de novembro de 2019)

Olha, eu tô satisfeito, assim, pelo um lado, mas... Não da forma que foram...Que prometeram, né? Mas, como ainda não entregaram, entendeu? Do que reclamar? Se já tivesse entregado a gente ia, já: “Olha, eu não gostei disso, disso e disso”. (J.R.N, 14 de novembro de 2019)

De forma geral, percebe-se uma satisfação parcial por parte dos beneficiários, que nesse momento se dá principalmente pelo abandono das obras. É notado um receio dos moradores em apontar suas insatisfações com a nova casa, e visivelmente, como exposto na fala de J.R, os moradores também são gratos pelo recebimento do imóvel, independentemente da qualidade do projeto arquitetônico e da construção, expressando que “a cavalo dado são se olha os dente”. Questionados também sobre como a casa tem melhorado a vida dos beneficiários, as respostas percorreram questões como conforto, segurança e salubridade.

Assim, a convivência com a minha família. Aqui eu me sinto à vontade. Tô dentro da minha casa (T.S, 13 de novembro de 2019)

Melhorou. Tamo na paz, graças a Deus, né? Debaixo de uma casa mais melhorzinha, tem cozinha, né? Não tinha nessa daí, tinha nessa daí de taipa, né? (N.S, 13 de novembro de 2019)

Que a gente tava em uma que podia chover e pingar muito. Podia cair.(R. F., 13 de novembro de 2019)

Melhorou sim, até porque... Por causa do engenho, né, da própria saúde, que você tá na casa de adobo... Sem o piso, né? É, é, ela... acumulava muita poeira. Digamos, qualquer... coisa que entra dentro, né, aquela poeira já fica, já pode criar algum tipo de problema pra saúde.(J.R, 14 de novembro de 2019)

É, a gente fica mais à vontade, né? Digamos, você tá debaixo de uma casa que tá rachada, você não consegue dormir despreocupado. Né? Hoje, você... Tá chovendo, você tá despreocupado, né, o aconchego é melhor, então... Isso aí mudou bastante. A segurança, né? A segurança. (J.R, 14 de novembro de 2019)

J.R.N enfatiza a questão da segurança que a construção traz e também a questão da saúde. Segundo ele, sua família estava mais suscetível a doenças na casa de adobe. A beneficiária M.J.S, após dar à luz gêmeas que apresentam problemas respiratórios, devendo, assim, evitar poeira, mostra-se muito satisfeita com o recebimento da nova casa, afirmando chegar em boa hora. A moradora T.S também fala sobre a melhora da convivência familiar, pois antes do programa morava com sua família na casa do avô de seu marido, onde não se sentia tão à vontade. Para T.S, a privacidade foi um dos principais benefícios.

Buscou-se também compreender a perspectiva dos beneficiários em relação aos pontos negativos da construção e do projeto. Ao questionar o que os deixava insatisfeitos em relação à casa e o que fariam diferente, a maioria afirmou estar descontente com as dimensões da cozinha. Não os agrada também seu arranjo na casa, junto à sala.

A cozinha, eu acho que aqui me incomoda mais a cozinha, viu? Porque, assim [...] quando a gente comprar uma mesa, assim, eu vejo assim um espaço tão pequeno. (T.S, 12 de novembro de 2019)

E é mesmo pequenininha, muito acanhadinha. (N.S, 13 de novembro de 2019)

Além das dimensões, a maioria dos beneficiários se queixa também do conforto térmico nas casas. Foi notado que durante o dia, em horários de descanso, durante e após a refeição, preferem permanecer do lado externo da casa, por ser mais ventilado e mais agradável que no interior da construção. Por isso, muitos moradores construíram estruturas anexas cobertas, para também fugir do calor interno da casa.

Tem um jirau bem ali pra colocar vasilha, bem aqui assim, eu gosto de comer do lado de fora que corre mais um ventinho (A.A, 13 de novembro de 2019)

Dali... é. Às vezes, quando tá fazendo muito calor aqui, a gente vai lá, bota a cadeira e a rede. Pra descansar meio dia. (R.S, 13 de novembro de 2019)

Tipo dormir à noite é ligado o ventilador nesse aqui, ligado o ventilador a noite toda em cima dele. (R.F, 13 de novembro de 2019)

Foi percebido certo descuido por parte da construtora durante o desenvolvimento de alguns elementos construtivos. A calçada foi um dos pontos mais criticados pelos moradores. Os beneficiários que possuem conhecimento construtivo, mesmo durante as obras, perceberam a execução equivocada e tentaram alertar os funcionários, mas foram tratados pela equipe responsável com indiferença e, muitas vezes, arrogância. O resultado está visível em calçadas já deterioradas, não pelo uso, mas pela execução sem rigor, como mostram as Figuras 71 e 72.

Figura 71 – Detalhe da calçada em estado de deterioração



Fonte: Autora, 2019

Figura 72 – Calçada apresentando sinais de má execução



Fonte: Autora, 2019

Foi notado também, a partir da fala de alguns moradores, insistência por parte da equipe técnica em demolir o mais rápido possível as casas de taipa e adobe que ainda resistiam ao tempo, como mostram os relatos:

Aí, quando nos coisemos aí, o Bibi veio e disse que era pra derrubar que já era pra nós tá nessa outra aqui. Que era pra nós derrubar a casa, que as casas nenhuma era pra ficar em pé, era pra derrubar tudinho. Aí nos tiremos as telhas e veio a máquina e derrubou tudinho. (A.A, 13 de novembro de 2019)

[...]veio uma mulher lá da Belago que tava acompanhando que queria desmanchar logo a casa. “Pode desmanchar, pode desmanchar...” (J.R.N, 12 de novembro de 2019)

Independentemente da conclusão e entrega das obras, por questões de necessidade os moradores já se acomodaram em suas novas moradias. Foi possível perceber que, aos poucos, os beneficiários foram se apropriando da casa, fazendo com que o modelo se aproximasse de seu modo de morar. Foi percebido, nesse sentido, a construção de cercas feitas de madeira, a execução de meia-água, cozinha de apoio, jirau, entre outros elementos que caracterizam o modo de morar camponês dos beneficiários.

Em relação às reformas realizadas pelos moradores, alguns as fazem de forma mais discreta, uma cobertura no quintal, uma meia-água; outros já conseguiram realizar maiores alterações, como o caso de J.R/A.C e M.J.N/J.AO. O primeiro casal adicionou à planta da casa uma cozinha ampla e um quarto também espaçoso. Na Figura 73 é possível observar o volume adicionado; o segundo fechou a área de serviço, justificando ter realizado essa reforma por questões de segurança, como mostra a Figura 74.

Eu digo minha filha vai morar lá, aí até que ela tava faltando umas coisas lá no banheiro que ela botou tudinho, porque ela disse que pra ela morar lá sem banheiro... porque não podia ir pra lá que é no aberto. Ela montou tudo que não deram: a caixa, o vaso, né, Joaquim? [...] o que faltou ela botou, tudim. (M.J.N, mãe de M., 13 de novembro de 2019)

Figura 73 – Reforma realizada por J.R (ampliação em tijolo aparente)



Fonte: Autora, 2019

Figura 74 – Reforma realizada por M.J.N, vista em tijolo aparente e de porta de madeira



Fonte: Autora, 2019

Figura 75 – Meia-água da casa de A.A



Fonte: Autora, 2019

Figura 76 – Meia-água na casa de J.A.N e T.S



Fonte: Autora, 2019

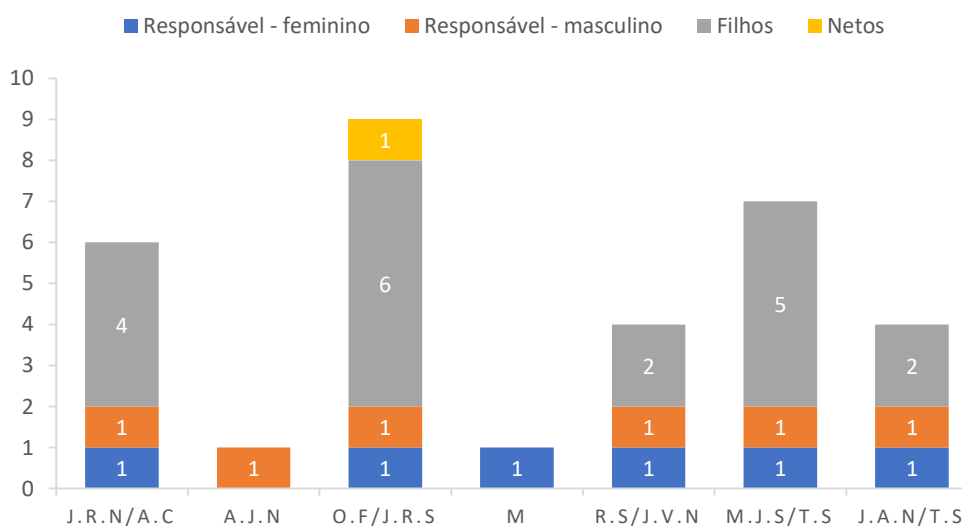
Já as Figuras 75 e 76 mostram intervenções mais simples, como a adição de meia-água, que abriga a cozinha de apoio, contendo principalmente o fogão a lenha, extremamente importante para a reprodução da vida rural em Pequizeiro.

4.2 O novo retrato das famílias beneficiadas

Após compreender o conceito de apropriação aqui utilizado, visto no início do capítulo 4, agora são exibidas as principais mudanças sofridas nas famílias selecionadas para amostra, tendo em vista o intervalo de dois anos entre a primeira fase da pesquisa, quando foram colhidas as informações iniciais, exibidas no item 2.3.6, e a segunda fase, quando nova visita foi realizada para analisar o processo de apropriação das novas habitações. Dizem respeito a aspectos como composição familiar, mudança de hábitos, renda, produção e também sociabilidade dessas famílias.

Alguns núcleos familiares aumentaram, outros diminuíram e apenas um se manteve sem alterações quanto à sua composição. O Gráfico 7 ilustra essas mudanças e mostra o novo cenário encontrado na amostra após revisitação.

Gráfico 7 –Nova composição familiar da amostra



Fonte: Autora, 2019

Importante apontar que as composições apresentadas no Gráfico 7 dizem respeito ao arranjo familiar encontrado na última visita ao povoado, realizada em novembro de 2019, a fim de identificar as mudanças e o processo de apropriação das novas casas. Nessa data, apesar de as casas não terem sido concluídas, todas as famílias já ocupavam a nova moradia.

J.R.N e A.C.B – Representação sindical

Na casa de J.R.N e A.C.B, onde antes foi conferida a presença de seis filhos, foi possível encontrar apenas quatro pessoas residindo na nova casa, pois duas das quatro filhas do casal já haviam se mudado para outros locais. Os dois filhos do casal, que antes apenas estudavam, agora cuidam da roça como responsáveis pela produção. Em relação à nova casa, logo que se mudou, a família tratou de realizar reformas, na tentativa de adequar a moradia ao seu número de habitantes e modo de morar, pois a casa do PMCMM, originalmente, com medidas reduzidas, oferecia apenas dois quartos que não comportariam confortavelmente todos os integrantes desse núcleo familiar. Além disso, a casa possuía uma pequena cozinha e sala, que também não atendiam às necessidades da família.

A Figura 77 mostra como ficou a nova casa após a realização da primeira reforma. Observa-se que à casa foi acrescentado um quarto para o casal e uma cozinha ampla, sendo a cozinha original do projeto usada agora como sala. Os dois quartos originais da casa estão sendo utilizados pelos filhos, separados por sexo. A nova moradia, após a reforma, soma 83m² de área construída, tornando-se maior que a casa anterior de adobe, de 68,37m².

Em relação ao uso de alguns anexos, a casa de banho e sentina, presentes na casa anterior ao PMCMM, já não tiveram mais utilidade para a família. A sentina foi demolida e a casa de banho continua presente, mas os moradores relataram não mais usá-la, uma vez que o banheiro construído dentro da casa apresenta bom estado de uso, mesmo faltando algumas peças (pia e chuveiro), e ainda está sem o abastecimento de água, o que foi resolvido pela família com um reservatório deixado dentro desse ambiente.

No quintal foi percebida também a adição de um chiqueiro, além de mais uma pequena horta. Algumas árvores frutíferas também foram acrescentadas no terreno. A Figura 78 mostra a disposição da casa no lote, além dos anexos e árvores nele também encontrados.

Figura 77–Planta baixa da nova casa de J.R.N e A.C.B

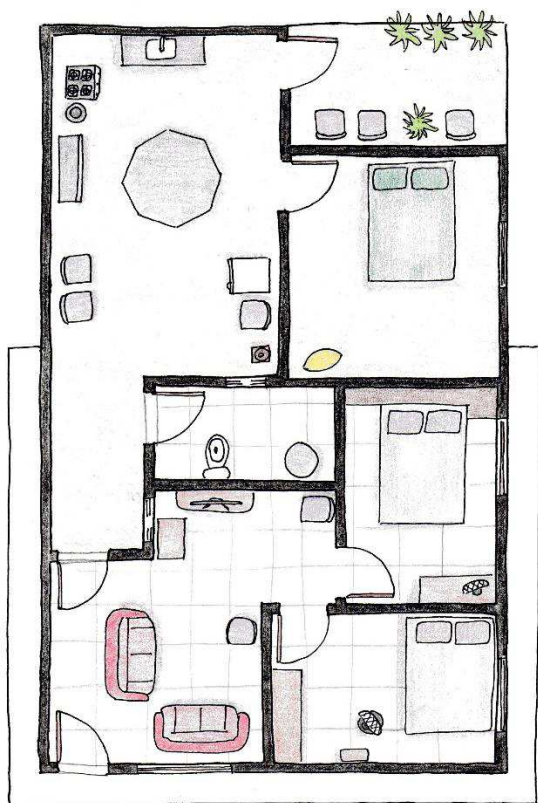
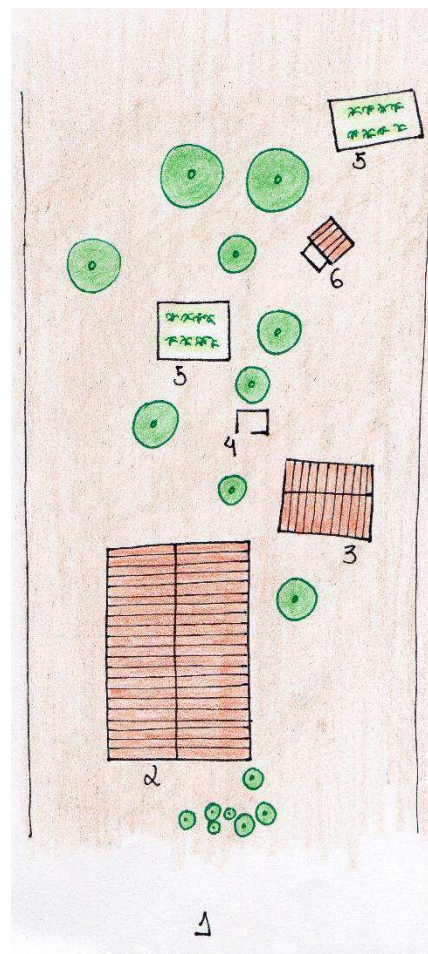


Figura 78– Terreno de J.R.N com localização da casa e anexos



Legenda: 1 - Rua; 2 - Casa; 3 - Cozinha de apoio; 4 - Banho; 5 - Horta; 6 - Chiqueiro

Fonte: Autora, 2019

Nas Figuras 79 e 80 é possível observar claramente a extensão da casa, marcada pela alvenaria cerâmica sem revestimento. Nota-se que, com a reforma, a casa praticamente dobrou de tamanho, evidenciando a incompatibilidade da construção entregue pelo PMCMM com as necessidades da família.

Figura 79– Reforma realizada na casa de J.R.N e A.C.B



Fonte: Autora, 2019

Figura 80– Fachada da casa de J.R.N e A.C.B após reforma



Fonte: Autora, 2019

As imagens abaixo identificam o nível de apropriação e pertencimento de cada cômodo da habitação de J.R.N. O pequeno terraço que dá acesso à cozinha, por exemplo, mostrado na Figura 81, estampa o zelo e a apropriação que a família tem com a área de preparo de alimentos, junto ao quintal. Então, o pequeno terraço – deixado aos cuidados de A.C, que cultiva plantas ornamentais em sua área – faz a ligação entre casa nova e elementos da construção antiga.

Figura 81 – Terraço dos fundos da casa de J.R.N

Fonte: Autora, 2019

Figura 82 – Sala da casa de J.R.N

Fonte: Autora, 2019

Figura 83 –Quarto dos filhos de J.R.N e A.C.B

Fonte: Autora, 2019

Figura 84 –Quarto das filhas de J.R.N e A.C.B

Fonte: Autora, 2019

Já na parte interna da casa (Figuras 82 a 84), além dos funcionais, elementos decorativos também simbolizam a apropriação da família ao novo lugar. Na estante da sala é possível observar objetos como retratos de parentes e bíblias. Já nos quartos, a organização e elementos pessoais dispostos sobre móveis caracterizam a acomodação nos ambientes.

A.J.R e L.R – Dificuldade da enfermidade

O núcleo familiar, antes dirigido por A.J.N e L.R, sofreu profundas mudanças. A esposa L.R, que estava doente, veio a falecer, deixando filhos e marido. O último, com a grande perda, tornou-se dependente de álcool e já não tinha condições de orientar e cuidar dos filhos, que buscaram na casa dos avós situação mais estável de apoio e vida. Assim, na casa que antes residia a família formada por quatro pessoas, hoje mora apenas A.J.N.

Por um período após a morte de L.R, A.J.N e os filhos residiram na nova casa. Nesse período, a família não alterou a estrutura da casa, apesar do desconforto em deixar filhos de sexos diferentes no mesmo quarto. Além disso, não tiveram recursos para, assim como J.R.N, acrescentar um quarto à nova moradia. Dessa forma, enquanto os dois filhos dividiam um dormitório, A.J.N. ocupava o outro. A cozinha manteve sua função parcial, pois na casa nova ainda não fora instalada a pia, e assim como na casa anterior, o cômodo mais serve para guardar os utensílios de cozinha do que para a cocção propriamente dita. A família continuou realizando o preparo dos alimentos na área externa da casa, em uma construção anexa, que anteriormente serviu de abrigo temporário e agora comporta uma cozinha de apoio com jirau e fogão a lenha, como é possível observar na Figura 86.

Figura 85 – Planta baixa da nova casa de A.J.N e L.R

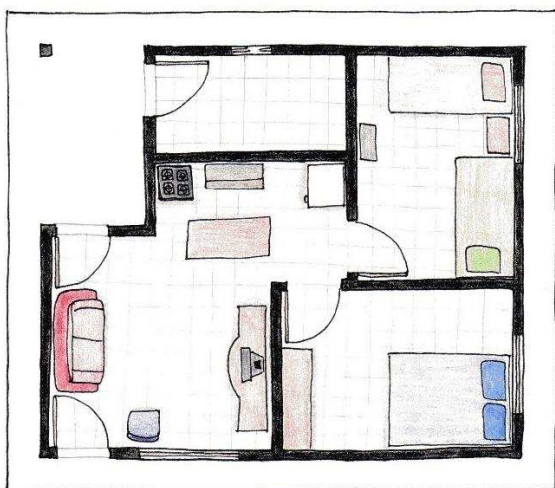
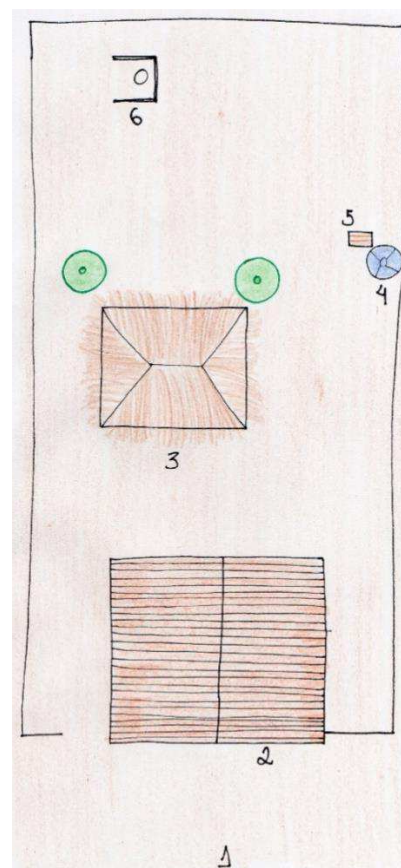


Figura 86 –Terreno de A.J.N com localização da casa e anexos



Legenda: 1 - Rua; 2 - Casa; 3 - Cozinha de apoio; 4 - Caixa d'água; 5 - Banho; 6 - Sentina

Fonte: Autora, 2019

A sala foi mantida como ambiente de lazer; assim expressa seu mobiliário (Figura 85) com sofá, rack e televisão. Nota-se uma distribuição pouco funcional dos móveis na nova

casa, mostrando a incompatibilidade entre o mobiliário presente na casa anterior e as dimensões reduzidas dos cômodos da nova moradia. A construção do banheiro pouco mudou a questão do esgotamento sanitário na casa, por ter sido entregue incompleto, sem vaso sanitário e pia. O cômodo hoje tem função de depósito. A sentina continua sendo usada, localizada nos fundos do terreno, como mostra a Figura 86. A higiene pessoal também continua sendo feita do lado externo da casa, em uma espécie de jirau, junto a uma pequena caixa d'água.

A nova casa deixou algumas evidências de que a família começara a se apropriar do local. Objetos pessoais dos filhos foram encontrados no quarto em que dormiam, além de desenhos e frases nas paredes do cômodo (Figuras 87 e 88). Já no outro quarto, poucos indícios dessa apropriação são encontrados, acredito que pela ausência da esposa. Da mesma forma, a sala e a cozinha também não apresentam grandes indicações de um processo positivo de apropriação (Figura 89).

Figura 87 – Quarto dos filhos de A.J.N e L.R



Fonte: Autora, 2019

Figura 88 – Quarto de A.J.N e L.R



Fonte: Autora, 2019

Figura 89 – Sala e cozinha da casa de A.J.N com mobiliário pouco compatível



Fonte: Autora, 2019

Figura 90 – Anexo da casa de A.J.N: cozinha de apoio



Fonte: Autora, 2019

A casa de A.J.N possui um aspecto de abandono, de ausência de moradores, indicando um baixo nível de apropriação, provavelmente intensificado pela separação familiar. O próprio morador demonstrou de forma sutil o desejo em abandonar a casa, explicando que não o faz para garantir um teto para os filhos, futuramente usado como herança.

O.F e J.R.V – Grande família

A família de O.F e J.R.V, que já era numerosa, contando com seis filhos, ganhou mais um integrante, filho da única sucessora de O.F e J.R.V. Outra modificação significativa nesse núcleo familiar é a maior participação dos integrantes de sexo masculino na roça. Alguns, que no início da pesquisa ainda não tinham idade suficiente para participação integral nos trabalhos rurais, agora já o fazem, somando mão de obra para a produção e sustento dessa família.

Esse núcleo familiar também não realizou reformas na nova casa, como mostra a Figura 91. Entretanto, na área externa, construíram uma estrutura de apoio, como é possível observar na Figura 93, feita de troncos de árvores, com cobertura de palha. Esse anexo, com dimensões que se aproximam às da casa do PMCMM, abriga uma mesa, cadeiras, fogão a lenha, redes e uma mesa de bilhar. É um local construído para preparo das refeições e descanso dos moradores, chamado comumente de rancho.

Na parte interna da casa, em relação ao uso dos cômodos, foi percebido que a família se mantém dividida entre a casa em Pequiizeiro e a casa em Centro do Dico, sendo a segunda usada pela maioria com maior frequência. Quando os filhos de O.F e J.R.V vêm a Pequiizeiro,

dormem no rancho, em redes. Normalmente, quem utiliza a casa nova são os dois filhos mais novos do casal, que ainda frequentam a escola, e R.F, a filha de O.F, juntamente com seu bebê. Na divisão dos dormitórios, R.F e seu filho descansam em um dos quartos, enquanto os dois meninos menores ficam no outro.

A cozinha interna não tem função de preparo dos alimentos, apenas de armazenar alguns eletrodomésticos como fogão a gás, geladeira e armário, que guarda os itens de cozinha e mantimentos. A sala, com dois sofás e um aparelho televisor de última geração, tem função principalmente de lazer da família, como é possível observar pelo mobiliário, na Figura 95. No banheiro também ainda não há vaso sanitário e chuveiro, ficando sem função alguma. Comparando-se a nova casa com a antiga, é possível notar que um pouco da área construída foi perdida, mas houve ganho na quantidade de cômodos, pois a casa anterior era composta apenas por um quarto, sala e cozinha.

Figura 91 – Planta baixa da nova casa de O.F e J.R.V

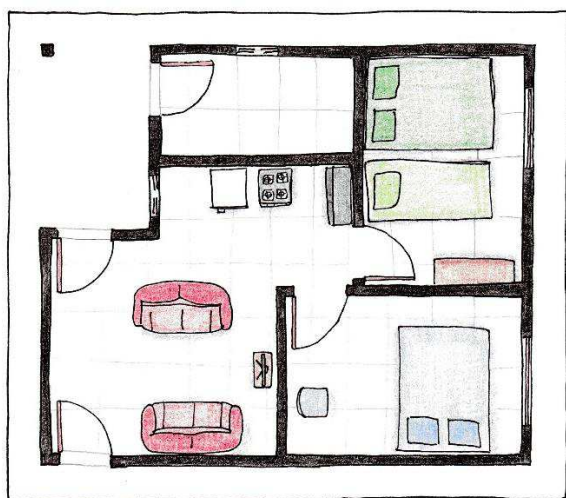
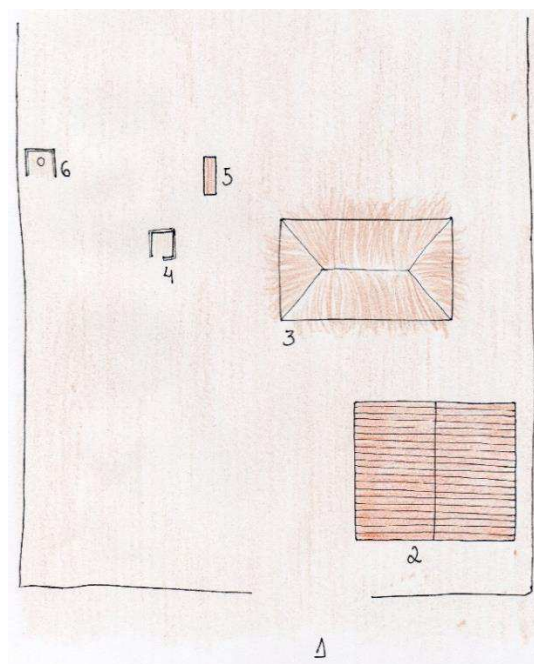


Figura 92 – Terreno de O.F e J.R.V com localização da casa e anexos



Legenda: 1 - Rua; 2 - Casa; 3 - Rancho; 4 - Banho; 5 - Jirau; 6 - Sentina

Fonte: Autora, 2019

Em relação às instalações sanitárias, a família continua fazendo uso da sentina e da casa de banho, localizadas no fundo do terreno (Figura 92), uma vez que o banheiro da nova

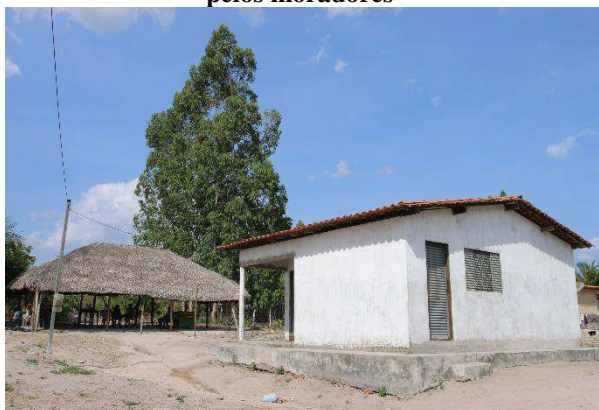
casa está inacabado, sem possibilidade de uso. Em relação aos hábitos e utilização dos cômodos e anexos, nota-se que pouco mudou nessa família.

Figura 93–Rancho anexo à casa de O.F e J.R.V



Fonte: Autora, 2019

Figura 94 – Casa do PMCMM e rancho construído pelos moradores



Fonte: Autora, 2019

Figura 95 – Sala e cozinha da casa de O.F e J.R.V



Fonte: Autora, 2019

Por passar grande parte do seu tempo em casa, a filha de O.F mantém o local sempre organizado e limpo, o que expõe algum nível de apropriação da nova moradia. Além disso, na parede da sala encontramos também algumas frases (Figura 95), mostrando pertencimento ao local, ao exibir frases que demonstram a preferência musical dos moradores, que em certo nível também os representam.

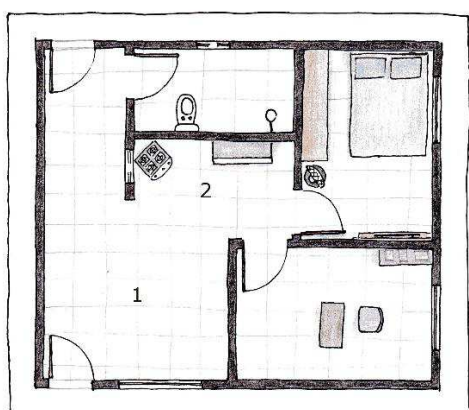
M.N – Casal de aposentados

No início da pesquisa, esse núcleo familiar era representado pelo casal M.J.N e J.A.O, que foram selecionados para o programa, mesmo possuindo uma casa em boas condições, conforme já mostrado no item 2.3.6. No decorrer da execução do PMCMM,

quando já erguida a estrutura da casa, o casal se deu conta das dimensões da habitação e avaliou não valer a pena trocar a ampla e confortável casa em que moravam pela reduzida casa do programa. Assim, acharam mais conveniente “passar” a casa para uma das filhas, que ainda morava sob o teto do casal. M.N, a filha beneficiada, que antes morava com mais quatro pessoas, não tardou a se mudar para sua nova casa.

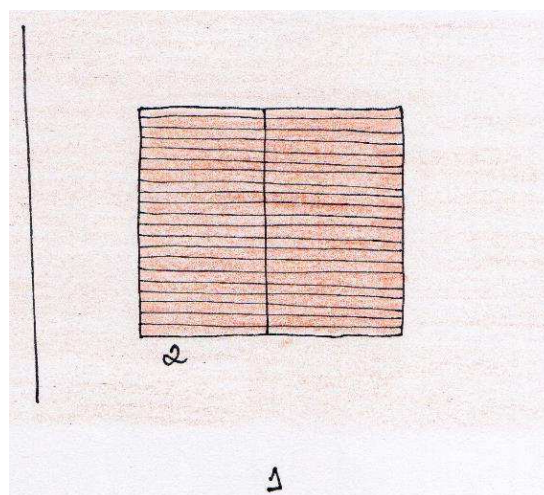
Por não haver espaço no terreno de M.J.N e J.A.O, a nova casa foi construída em um outro terreno, cedido pela Associação de Moradores. Essa nova localidade está em área periférica de Pequizeiro, mais distante do centro e menos povoada, o que torna a área também mais perigosa. E por morar sozinha, M.N, antes mesmo de se mudar, realizou reforma na casa, fechando a área de serviço para que pudesse usar o banheiro sem sair de casa, em maior segurança. A Figura 96 ilustra a nova planta baixa da casa após reforma.

Figura 96 – Planta baixa da nova casa de M.N



Legenda: 1 - Sala; 2 - Cozinha

Figura 97 – Terreno de M.N com localização da casa



Legenda: 1 - Rua; 2 - Casa

Fonte: Autora, 2019

Por morar anteriormente com os pais, M.N não possuía muitos móveis próprios. Assim, mudou-se tendo que mobiliar toda a casa, dando prioridade para os bens mais essenciais como cama, guarda-roupa, ventilador e fogão. Nota-se que sua sala ainda é desprovida de mobiliário, os quais a moradora tem comprado aos poucos. Um dos quartos M.N usa para dormir, como local de descanso, possuindo também televisão para lazer (Figura 98), enquanto o outro quarto foi reservado para trabalho/estudos, uma vez que a beneficiária exerce a profissão de professora e precisa sempre estar trabalhando também em casa. Nesse cômodo, é encontrada uma estante com diversos livros, mesa, cadeira e alguns itens pessoais (Figura 99).

Presume-se que a cozinha, depois da sala, seja o cômodo de menor uso na casa. Esse fato pode ser concluído devido à ausência de botijão de gás próximo ao fogão e ausência também de fogão a lenha, que seria outra alternativa para preparo dos alimentos. Além disso, o cômodo também ainda não possui geladeira. Na sala também não foi encontrado nenhum móvel. Naturalmente, se compararmos a casa anterior de M.N à nova, identificaremos grandes diferenças, principalmente no que diz respeito à quantidade de cômodos e área construída. Entretanto, é preciso salientar que, anteriormente, M.N compartilhava 83,38m² com sua família, composta por mais 4 pessoas, e agora usufrui sozinha dos 46,43m² da casa do PMCMM.

Em relação ao entorno da casa, M.N pouco utiliza, como é possível observar na Figura 97. Não foi percebida a presença de anexos como jirau, ou até mesmo árvore em seu quintal. Fato que atribuo à sua profissão, que demanda muito tempo e pouco tem a ver com a atividade agrícola que, inclusive, era um dos critérios para selecionar beneficiários, segundo cartilhas disponibilizadas pela SECID.

Figura 98– Quarto na casa de M.N



Fonte: Autora, 2019

Figura 99 – Quarto usado como escritório



Fonte: Autora, 2019

Figura 100– Fachada da casa de M.N

Fonte: Autora, 2019

Figura 101– Cozinha da casa de M.N

Fonte: Autora, 2019

Outra razão para a inexistência de anexos, principalmente dos que tem função sanitária e de higiene, é o pleno funcionamento do banheiro no interior da residência (Figura 102). Com recursos próprios, M.N instalou vaso sanitário, chuveiro e caixa d'água, abastecida diretamente pela rede de água. Dentro da amostra, essa é a única casa em que o banheiro tem sua função inteiramente exercida como foi previsto.

Figura 102 – Banheiro da casa de M.N

Fonte: Autora, 2019

Quanto à apropriação do espaço, ela é mais fortemente percebida no quarto da moradora, dotado de itens que proporcionam conforto à usuária: cama, ventilador, aparelho televisor, aparelho *dvd*, antena a cabo, itens de decoração, como flores, bíblia e alguns livros. Todos eles evidenciam o sentimento de pertencimento que a moradora tenta trazer ao cômodo. O outro quarto, destinado a estudo e trabalho, também diz muito sobre a moradora e

sua atividade profissional. É constatado que M.N, ao transformar um dos quartos em escritório, adequa a casa às suas necessidades.

R.S e J.V.N – Comerciante

Esse núcleo familiar, antes formado pelo casal e seus quatro filhos, teve o número de moradores reduzidos. A filha e um dos filhos do casal já constituem família em outra localidade, resultando agora em quatro moradores dividindo as acomodações da nova casa. Essa família, que se destaca pela atividade comercial que exerce – venda de bebidas –, continua a praticá-la, ainda na casa antiga, que não foi demolida e está exatamente ao lado da nova, como mostra a Figura 104.

Figura 103 – Planta baixa da nova casa de R.S e J.V.N

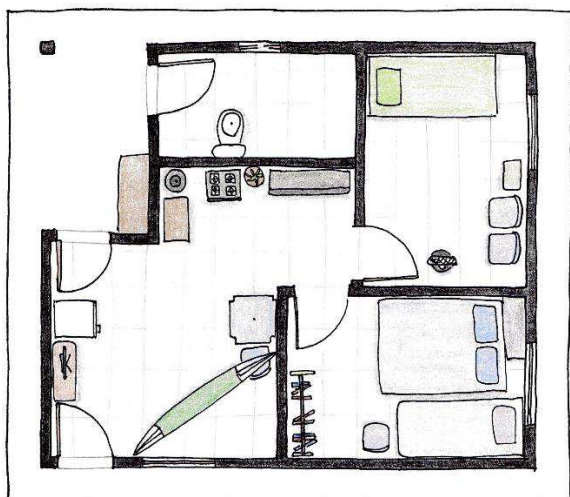
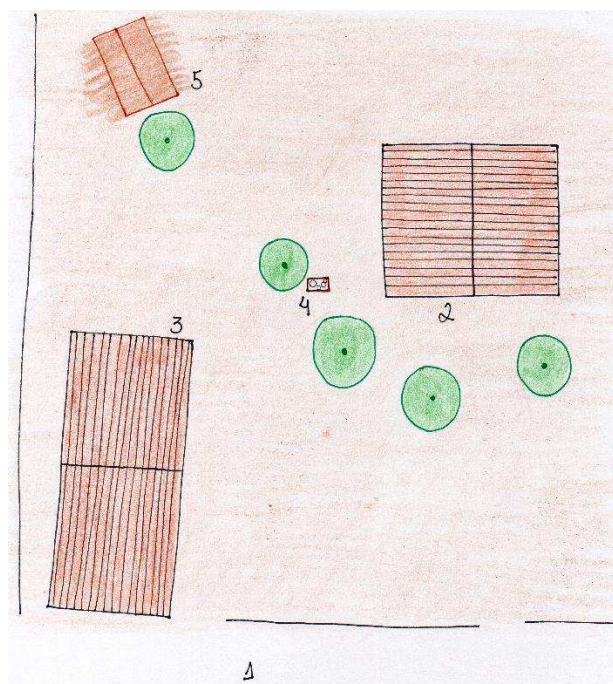


Figura 104 – Terreno de R.S e J.V.N, com localização da casa nova e antiga



Legenda: 1 - Rua; 2 - Casa; 3 - Casa antiga/depósito; 4 - Jirau; 5 - Rancho

Fonte: Autora, 2019

Na casa nova, como é mostrado na planta baixa da Figura 103, ainda não foram realizadas reformas, apesar da necessidade. A família tenta adaptar a estrutura entregue ao seu modo de vida e composição familiar. Por exemplo, na hora de dormir, um dos quartos é reservado para o filho, e o outro para o outro filho acompanhado da esposa, enquanto R.S e J.V.N pernoitam na sala; a primeira no colchão, enquanto o segundo se acomoda em rede.

Nota-se que a casa não tem estrutura para alojar a família com suas particularidades: a privacidade dos filhos se mostra prioridade em relação ao conforto dos pais.

A cozinha da nova casa aparenta ser bastante usada por R.S. A moradora não faz uso de uma cozinha de apoio, apenas possui um fogão a lenha próximo à casa antiga, mas confessa usar pouco, concentrando o preparo dos alimentos e o armazenamento dos utensílios na nova cozinha. Na sala não há sofás; apenas um rack e a geladeira, mostrando a dificuldade em adaptação do mobiliário, gerando conflito na setorização dos ambientes. Sala e cozinha se misturam formando um só cômodo com multitarefas (parte desse cenário é exibido na Figura 106).

O banheiro da nova casa tem revestimento e vaso sanitário já instalado, elemento que fez a família abandonar a sentina, usada como instalação sanitária anteriormente. Entretanto, há uma dificuldade na utilização do banheiro, pois a casa nova ainda não é abastecida internamente pela rede de água. Com isso, é necessário manter um reservatório sempre cheio no banheiro, atividade custosa, pois o terreno da família tem topografia íngreme e irregular, e o ponto de água abastecido pela rede pública localiza-se na parte mais baixa, perto da antiga casa, enquanto a nova moradia está na parte mais alta do terreno, separadas por cerca de quatro metros de altura, dificultando o transporte da água.

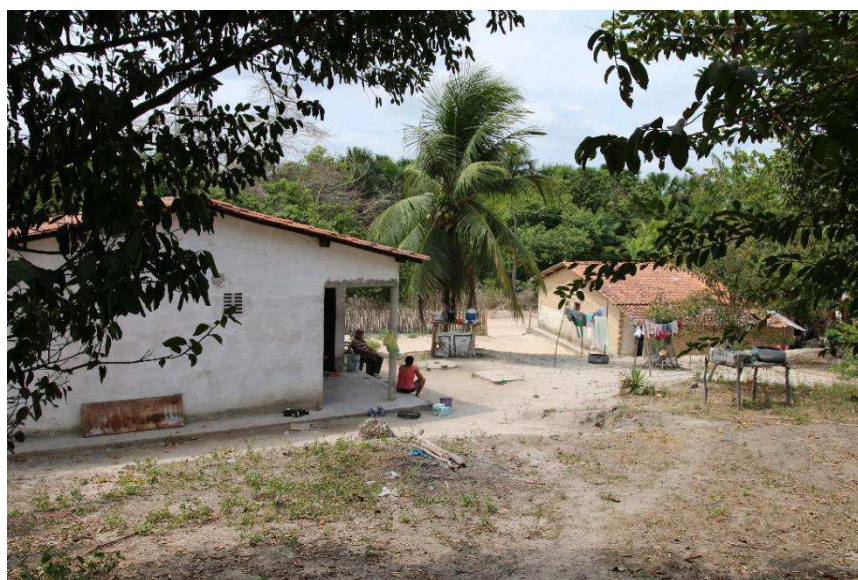
Essa família foi uma das que mais perdeu em área construída. Trocaram sua habitação anterior, com 81m², pela casa do PMCMM, de 42m², uma redução de quase 50%. Assim, foi difícil trazer todo o mobiliário antigo para a nova casa. R.S comenta que alguns móveis maiores permanecem na casa de adobe, por não se adequarem à nova moradia. Diante disso, foi percebida sutil insatisfação com essa situação. R.S admite, em entrevista, que sente saudades da antiga casa, por ser maior, mais confortável e conta que está parcialmente arrependida da troca.

Figura 105 – Fachada da casa de R.S e J.V.N

Fonte: Autora, 2019

Figura 106 – Mobiliários da sala de R.S e J.V.N

Fonte: Autora, 2019

Figura 107 – Casa do PMCMM à esquerda e antiga casa à direita

Fonte: Autora, 2019

O quintal da família (Figura 107) permanece com poucas árvores frutíferas, jirau e casa de banho, tendo perdido apenas a sentina, que não é mais necessária como mencionado. Houve no terreno, inclusive, o acréscimo de uma construção (Figura 104) feita pelos próprios moradores, uma espécie de rancho menor, com o intuito de repouso, principalmente depois do almoço e início da tarde, horários em que a temperatura se torna mais alta dentro da casa nova, cheia de elementos que absorvem o calor, como as esquadrias de ferro e tijolos cerâmicos das paredes.

Foi observado nos quartos (Figuras 108 e 109) que os mobiliários utilizados são improvisados, excetuando-se as camas. Cadeiras e uma fruteira adquirem função de guarda de objetos pessoais; para pendurar roupas, uma arara, localizada em um dos quartos, é usada,

mostrando o esforço para adequar a nova casa às necessidades da família. Na sala e cozinha, também é observada essa dificuldade de adequação, principalmente em razão de um layout arranjado de forma confusa e pouco funcional: a geladeira divide uma das paredes da sala com um rack e uma televisão.

Apesar da dificuldade, atentando aos detalhes, alguns objetos de ornamentação foram observados, os quais estavam dispostos principalmente na sala e na fachada da nova casa. Na primeira, pequenas plantas, bíblia e panos decorativos enfeitam o rack da sala (Figura 106). Do lado externo, na fachada (Figura 105), é encontrado um pequeno jardim, onde espécies foram plantadas no chão, protegidas por pneus, e há também grande número de jarros com plantas sobre o calcamento da casa.

Figura 108 – Quarto do filho e nora de R.S e J.V.N



Fonte: Autora, 2019

Figura 109 – Quarto de uso do outro filho na casa de R.S e J.V.N



Fonte: Autora, 2019

Figura 110– Cozinha da casa de R.S e J.V.N



Fonte: Autora, 2019

Figura 111 – Banheiro parcialmente utilizado na casa de R.S e J.V.N



Fonte: Autora, 2019

M.J.S e T.S–Privações

Após a última gravidez de M.J.S, que deu à luz gêmeas, a família passou de cinco integrantes para sete, tornando-se uma das maiores da amostra. Aparentemente, no que diz respeito às condições de desenvolvimento e vida dessa família, no decorrer da pesquisa o cenário mudou sutilmente para melhor. Anteriormente, viviam em uma casa de taipa com péssimas condições de habitabilidade, onde seu entorno refletia a restrição que a família vivia, sem apresentar um anexo sequer, nem mesmo os de funções sanitárias. Agora, após a chegada do PMCMM, nota-se um melhor aproveitamento do terreno (Figura 113), com horta, chiqueiro, jirau e reservatório de água, que por mais artesanais que sejam, exigem um mínimo de investimento monetário.

Ainda em se tratando das mudanças na vida e casa da família, além dos anexos citados, foi percebida também a construção de uma cozinha de apoio localizada no terreno, contendo fogão a lenha, mesa de apoio e alguns utensílios domésticos. Já na parte interna da casa, nada foi alterado, acredito que pela inacessibilidade do material análogo ao da nova casa.

Figura 112 – Planta baixa da nova casa de M.J.S e T.S

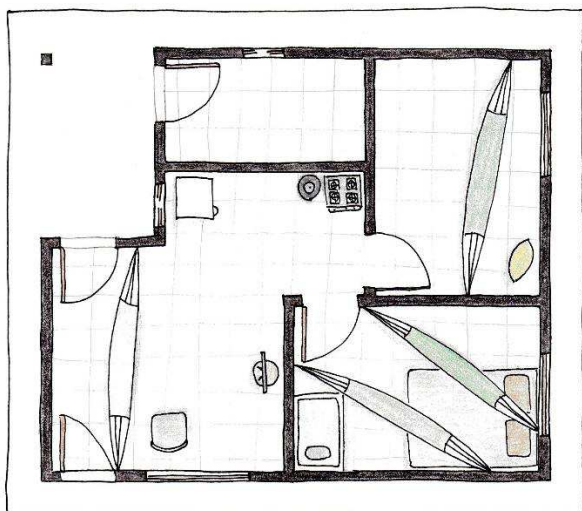
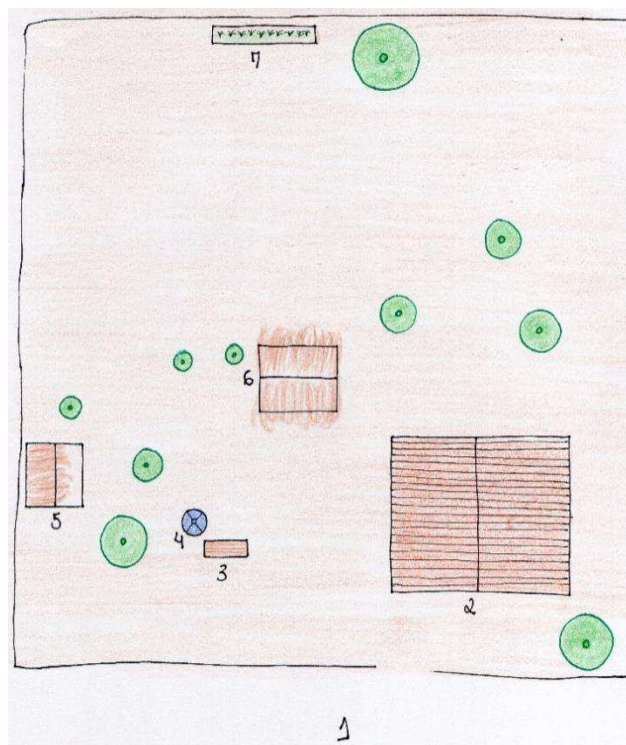


Figura 113 – Terreno de M.J.S e T.S



Legenda: 1 - Rua; 2 - Casa; 3 - Jirau; 4 - Caixa d'água; 5 - Chiqueiro; 6 - Cozinha de apoio; 7 - Horta

Em relação ao uso e divisão dos cômodos na nova casa, foi realizada pela família distribuição que comporta M.J.S, as gêmeas e o filho em um quarto (Figura 117), o que possui cama e berço; no outro quarto dormem as duas filhas mais velhas, em redes; a sala, que de dia tem função de lazer e é lugar de consumo das refeições, durante a noite acomoda T.S em uma rede. Como é possível observar na Figura 116, a cozinha interna não exerce sua função original, ou seja, apenas comporta a geladeira e o fogão, que não é utilizado. O preparo dos alimentos é feito exclusivamente na cozinha de apoio, construída como forma de anexo por T.S. Na Figura 119, nota-se que o quarto das filhas mais velhas serve também de depósito, onde é estocada a pequena produção de farinha da família.

Figura 114 – Fachada da casa de M.J.S e T.S



Fonte: Autora, 2019

Figura 115 – Chiqueiro do terreno de M.J.S e T.S



Fonte: Autora, 2019

Figura 116 – Mobiliário da sala e cozinha



Fonte: Autora, 2019

Figura 117 – Mobiliário de um dos quartos



Fonte: Autora, 2019

Essa família, que anteriormente vivia em uma casa de taipa onde um único dormitório era compartilhado por cinco pessoas, agora pode melhor se acomodar, mesmo ainda não sendo a situação adequada, tendo em vista a incompatibilidade entre o número atual

de componentes da família e número de quartos da nova casa. Em contrapartida, em relação às dimensões da casa nova, houve perda se comparada com a casa de taipa em que moravam. A primeira, com 42m², perde cerca de 4m² em relação à segunda.

Figura 118 – Mobiliário do quarto usado pela família de M.J.S e T.S



Fonte: Autora, 2019

Figura 119– Segundo quarto com menor uso na casa de M.J.S e T.S



Fonte: Autora, 2019

Pelas imagens, é possível perceber o teor sumário do mobiliário da casa, refletindo a condição de privação e vulnerabilidade dessa família, que apesar da melhora percebida na construção de anexos e restabelecimento de alguns itens essenciais, como energia elétrica, continua vivendo em uma conjuntura socioeconomicamente delicada. Na sala, por exemplo, não há sofás, apenas algumas duas ou três cadeiras; não há mesa na cozinha, para que sejam consumidas as refeições; os quartos são desprovidos de mobiliários para guarda de roupas e objetos pessoais, sendo esses deixados no chão, ou estendidos em varais.

Apesar de toda essa carência de mobiliários e tantos outros itens básicos, é interessante notar a permanência de itens de decoração que já constavam na casa anterior, como *banners*, que como elementos de ornamentação da sala, exibem fotos de M.J.S e suas quatro filhas, somados a novos artigos decorativos semelhantes, delatando a apropriação da família à nova casa.

J.A.N e T.S–Oficina mecânica

Única família que não sofreu alterações no número de componentes, permanece sendo formada pelo casal J.A.N e T.S, juntamente com suas duas filhas. A família, que antes morava na casa dos avós de J.A.N, experimenta agora a privacidade de uma casa reservada e exclusiva para seu núcleo familiar. Por ocuparem anteriormente apenas quartos na casa de

parentes, o casal não acumulava bens suficientes para mobiliar inteiramente a nova casa, sendo esse processo realizado aos poucos.

Logo que se mudou para a nova casa, o casal tratou de adequá-la a seu modo de morar. Percebendo que o espaço destinado à cozinha não atenderia suas necessidades, construíram um meia-água, ou “puxadinho”, a fim de acomodar uma nova cozinha, dotada de jirau e fogão a lenha. Aproveitaram também o espaço restante da cobertura para fazer um galinheiro, ao lado da cozinha, como mostra a Figura 120.

Figura 120– Planta baixa da nova casa de J.A.N e T.S

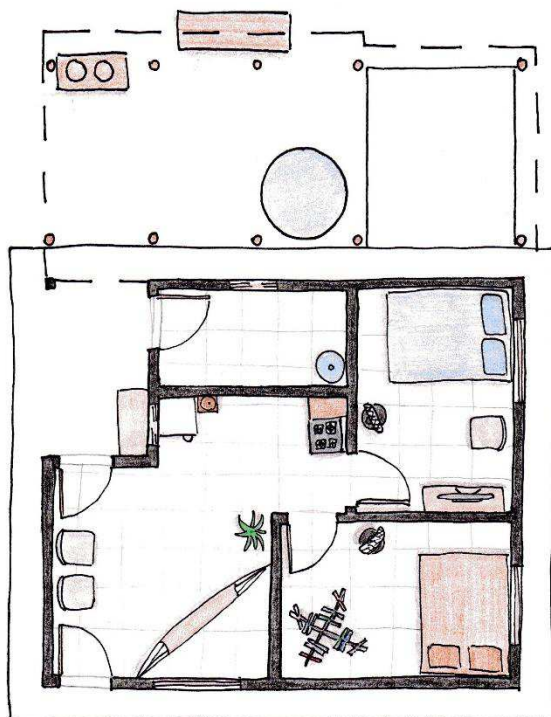
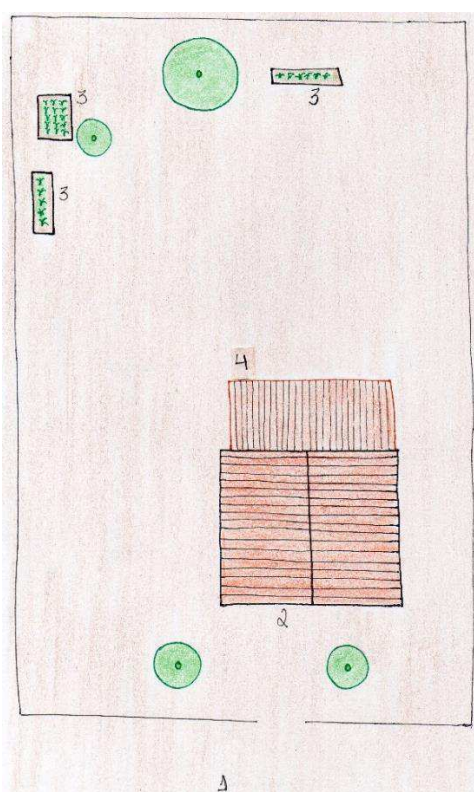


Figura 121 – Terreno de J.A.N e T.S



Legenda: 1 - Rua; 2 - Casa; 3 - Horta; 4 - Meia-água

Fonte: Autora, 2019

Na nova casa, o casal se acomoda em um dos quartos, enquanto as duas filhas dividem o outro. A sala, ainda carente de mobiliário adequado, possui apenas duas cadeiras do tipo macarrão para “abancar” as visitas, e uma rede para descanso dos moradores. Apesar da construção do puxadinho, onde foram construídos fogão a lenha e jirau, a cozinha interna (Figura 124) também tem função de preparo e armazenamento de alimentos. Enquanto cozimentos e processos mais demorados são realizados na parte externa, dentro são armazenados alguns alimentos e também são realizados cozimentos mais rápidos.

O banheiro da casa, já revestido, mas ainda sem as peças sanitárias, funciona apenas para tomar banho. Os moradores armazenam água em um pequeno reservatório, localizado dentro do ambiente, e a utilizam para higiene pessoal. Entretanto, continuam usando a sentina, localizada em um terreno vizinho. No quintal, a família cultiva três pequenos canteiros e algumas poucas árvores frutíferas.

Figura 122–Fachada da casa de J.A.N e T.S



Fonte: Autora, 2019

Figura 123 – Meia-água da casa de J.A.N e T.S



Fonte: Autora, 2019

Figura 124 – Cozinha/sala da casa de J.A.N e T.S



Fonte: Autora, 2019

Figura 125– Quarto de J.A.N e T.S



Fonte: Autora, 2019

Nota-se, no mobiliário, organização e limpeza da casa, bem como o zelo da família pelo novo imóvel. A sala, apesar de carente de mobiliário adequado, conta com elementos de decoração como jarro com planta e alguns brinquedos das crianças, como os bichos de pelúcia, estendidos em uma das paredes da sala. No quarto do casal (Figura 125), também é observado esse cuidado: objetos como tapetes deixam o ambiente reconfortante, mostrando a apropriação da família à nova casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A cavalo dado, não se olha os dentes”. Essa expressão, com origem na fisiologia do equino, revela que nessa espécie os dentes não nascem ao mesmo tempo, mas somente no quarto ou quinto ano de vida, quando o animal chega à fase adulta e a arcada dentária se completa. Assim, pela dentição é fácil perceber a idade e logo avaliar sua utilidade, pois naturalmente um cavalo mais novo é mais útil do que um de idade mais avançada. Nesse sentido, a expressão sugere que ao receber algo sem custo, não se deve avaliar a qualidade do “presente”; deve-se apenas recebê-lo de bom grado.

De modo semelhante, pode ser percebida essa relação na aplicação do PMCMM no povoado Pequizeiro, tanto por parte dos encarregados pelo desenvolvimento e execução do programa, como também por parte do camponês que recebe a casa do programa. Os primeiros, por fatores como recursos técnicos e financeiros insuficientes, não se atentam às particularidades do diferente modo de vida e habitação rural, que somado às particularidades e necessidades de cada beneficiário propicia a entrega de um produto de qualidade duvidosa. Já a maioria dos beneficiários, por estar recebendo um “presente”, como o ditado e a ética sugerem, não chegam a avaliar os “dentes”, isto é, aceitam de bom grado o ganho, independentemente da qualidade.

Foi percebido no decorrer da pesquisa que a reprodução dos moradores de Pequizeiro está pautada em um sistema econômico diferenciado do tradicional capitalista. O sistema econômico vigente no povoado é o familiar, alinhado com a reprodução social da família, na produção de alimentos que visam prioritariamente o consumo familiar. Ademais, apesar de permitir, por vezes, uma frágil inserção na economia capitalista, não se pode conceber o camponês como um capitalista, justamente por não se sujeitar integralmente a esse sistema e viver uma lógica diferenciada, direcionada à agricultura familiar.

Logo, a casa do camponês de Pequizeiro tenta refletir essas particularidades do sistema no qual está inserida. A moradia camponesa tem, então, uma formatação diferenciada, tendo ela a acumulação de várias funções: é espaço de produção, de trabalho, de abrigo, onde por mais que a simplicidade das divisões não aparente, há uma segmentação entre espaços de sociabilidade e de privacidade. Tais particularidades precisam ser levadas em consideração para que políticas públicas habitacionais relacionadas ao rural sejam exitosas, desenvolvendo programas que representem verdadeiramente essas singularidades do meio rural, e que atendam às necessidades dos camponeses.

No que concerne ao PMCMM, foram identificadas falhas de sua concepção à sua execução. Durante a elaboração do projeto, não houve contato entre projetista e beneficiário. Segundo Moore (1984), em se tratando de construção, grande parte dos problemas projetuais ocorrem devido à falta de conhecimento pelos arquitetos das necessidades e valores dos usuários. Há, nesse caso, assim como em tantos outros, um distanciamento entre o projetista e o usuário final, o que resultou em uma habitação que pouco condiz com o modo de morar dos beneficiários, não conseguindo atender todas as suas necessidades. Espera-se que a finalidade do projeto seja de, como afirma Moore (1984), criar um projeto que satisfaça o comportamento e os costumes do usuário final, e não apenas a produção habitacional em grande escala, a fim de combater estatisticamente o déficit habitacional. Para definição do projeto arquitetônico funcional e adequado à realidade rural, deveriam ter sido realizadas pesquisas, não só censitárias, mas que buscassem compreender as necessidades dos beneficiários, levando em consideração as singularidades da vida camponesa.

Para além da questão do projeto técnico de produção das moradias que engloba o projeto arquitetônico, foram identificadas no programa diretrizes que, como estratégia de violenta aculturação¹¹, tentam impor um modelo urbano de habitação, em meio a uma realidade rural totalmente diferente. É perceptível também, pelo Projeto Técnico Social, o objetivo de mudar os hábitos e comportamentos das populações rurais, “educando-as” para viverem nas novas casas. Isso implica uma profunda mudança de mentalidades, de comportamentos e de formas de funcionamento dos serviços de administração habitacional.

O próprio caderno técnico do PMCMM, elaborado pela SECID, em seu texto introdutório aponta ser o objetivo do programa “promover acesso à habitação digna”, violentando desde aí a habitação rural tradicional, construída com materiais alternativos, como o barro, taxando de indigno esse tipo de construção. Afirmarões como essa, dispostas em um programa de habitação de interesse social a nível estadual, só exprimem e enfatizam o preconceito que sofre o rural, bem como o distanciamento entre os elaboradores de políticas públicas e os que delas se “beneficiam”.

Levando ainda em consideração o termo “digna”, referente à casa do PMCMM, de acordo com o documento da ONU (1991), foram listadas sete questões necessárias para se estabelecer a condição de moradia digna:

¹¹ (...) resultante de uma pluralidade de formas de intercâmbio entre diversos modos culturais – cultura erudita, popular, empresarial, etc. – que geram processos de adaptação, assimilação, empréstimo, sincretismo, interpretação, resistência (reação contra-cultural), ou rejeição de componentes de um sistema identitário por um outro sistema identitário. (COELHO, 2004, p. 36)

- a) Segurança legal da ocupação, assegurando o morador contra ordens de despejo ou qualquer que seja a impedição ao direito de posse;
- b) Disponibilidade de recursos, materiais, instalações e infraestruturas, ou seja, direito a uma morada adequada que contenha água de qualidade, energia elétrica, segurança, conforto, entre outros;
- c) Acessibilidade, habitação que permita o uso, também, por grupos desfavorecidos;
- d) Habitabilidade, o direito à habitação deve sustentar proteção aos moradores contra o frio, umidade, chuva, calor, vento, ameaças à saúde, doenças, problemas estruturais, entre outros fatores que garantam a segurança daqueles;
- e) Custo acessível, de modo a permitir a possibilidade de acesso ao pagamento do custo da habitação para a população de baixa renda sem impedir outras necessidades do indivíduo e sua família;
- f) Localização, que garanta acesso a equipamentos de saúde, lazer, educação, entre outros serviços básicos ao ser humano; e
- g) Adequação cultural, que diz respeito à tipologia e sistemas construtivos locais que expressem os costumes da região.

Se considerarmos esses os critérios para qualificar uma habitação como digna, as casas do PMCMM certamente não receberiam esse título. O quesito acessibilidade, por exemplo, elencado na lista acima, não se faz presente nas casas construídas em Pequiizeiro, mesmo que o projeto arquitetônico preveja medidas internas de acordo com a norma ABNT NBR 9050, que diz respeito à acessibilidade. Ademais, nas casas construídas em Pequiizeiro foram identificadas a execução de calçadas extremamente altas e inseguras, anulando a acessibilidade prevista na parte interna da casa, uma vez que o deficiente físico sequer conseguiria entrar na habitação.

O item “e” da lista, que prevê um custo acessível à manutenção da casa, também não é contemplado, se levada em consideração a condição socioeconômica da maioria das famílias selecionadas, que dificilmente podem adquirir materiais construtivos tradicionais da construção civil. O último item, principalmente, é seriamente negligenciado, pois não há, em momento algum, a adequação cultural no que diz respeito à tipologia e sistemas construtivos locais. Há, pelo contrário, uma violência contra o modo de morar tradicional da região de Pequiizeiro, predominantemente representado por casas de barro, enquanto uma das exigências do programa é a derrubada da antiga moradia tradicional, numa tentativa de apagar a cultura construtiva local, um ato de aculturação forçada.

Essa rejeição das técnicas construtivas tradicionais e a associação destas à condição indigna é outro aspecto questionável do programa que precisa também ser repensado. É fato que as técnicas da taipa de mão e de adobe utilizadas em Pequiizeiro são, na maioria das vezes, soluções emergenciais de abrigo. Entretanto, algumas famílias construíram casas

também usando técnicas tradicionais a partir do barro, que já duram mais de 30 anos, mostrando, portanto, a qualidade da construção, dependendo da execução e manutenção. Então, não se pode negar ou ignorar que a taipa de mão e o adobe são técnicas seculares de construção existentes em todo o estado maranhense.

Outra questão do PMCMM que se mostrou adversa e de pouca sensibilidade foi a necessidade de alguns moradores em demolir suas casas, por não comportar no terreno as duas edificações. Durante o período em que a casa do programa estava sendo executada, algumas famílias tiveram que se acomodar em abrigos provisórios com péssimas condições de salubridade e habitabilidade. O programa, nesses casos, não previa o apoio a essas famílias que temporariamente ficaram sem casas, deixando-as à sorte de providenciar seus próprios abrigos temporários. Outro ponto negativo encontrado no Projeto Técnico Social mostrava um projeto violento no sentido de ir contra os hábitos e modos de morar tradicionais das famílias, prevendo ensiná-las a viverem um estilo de vida e de morar diferentes dos que estão habituados.

Por fim, o programa sofre literal abandono. Quando as obras estavam quase concluídas, faltando apenas execução de acabamentos, como instalações elétricas e hidráulicas, as obras foram abandonadas pela construtora responsável, a Canorte, que segundo liderança comunitária, o fez por falta de pagamento, mostrando ser esse um problema institucional, relacionado à má administração do PMCMM. Sem muitas explicações, os moradores esperam pelo término das obras de suas casas, ocasionando certa frustração e refletindo o insucesso do programa.

Apesar de todos os inconvenientes trazidos pelo PMCMM para o beneficiário, como o atraso, tanto para início quanto para término das obras, além da desordem na administração e comunicação, o que deixava os moradores angustiados, pois não recebiam informações sobre a entrega de suas casas, dentre muitas outras adversidades que colocaram os beneficiários em situações de desconforto e insegurança, o Programa apresenta potencial para melhoria da qualidade de vida do camponês, que mesmo recebendo uma casa pouco compatível com seu modo de morar, mostra-se, em muitas falas, satisfeito com o resultado, mesmo que parcialmente, com algumas ressalvas expressas de forma tímida.

Quanto à análise de como o camponês se apropria da nova morada, apesar das dificuldades e da situação de vulnerabilidade socioeconômica em que a maioria dos beneficiários está, é percebido um esforço para adequar a nova casa às necessidades demandadas pelo modo de morar rural. A casa entregue conversa pouco com as necessidades rurais do camponês de Pequizeiro, por exemplo: a cozinha, um dos cômodos mais tradicionais

e utilizados no meio rural, ambiente de trabalho e reunião de familiares, teve seu protagonismo retirado pelo PMCMM, que entrega uma cozinha extremamente pequena e locada de forma que os moradores não conseguem usar o mobiliário tradicional, como o fogão a lenha. Aos poucos e de forma simples, os moradores adicionam à nova casa elementos essenciais para reprodução do seu modo de vida, reajustam o uso de alguns cômodos, constroem anexos, entre outras ações que revelam a incompatibilidade do projeto arquitetônico realizado pelo PMCMM.

Percebemos, ainda, que na maior parte dos casos, quando há construção de estruturas anexas à casa, reformas ou qualquer outro elemento que diz respeito à adequação da nova casa às necessidades e modo de vida dos beneficiários, essas alterações são feitas com materiais que os camponeses estão habituados a utilizar. Manipulam troncos de madeira, folhas de palmeiras e barro, por serem esses materiais mais acessíveis para essa população, o que se configura como mais um importante indicativo do contraste entre a casa do programa e os hábitos e condições financeiras dos beneficiários.

Desde as primeiras visitas após a ocupação, é possível observar algumas alterações nas casas, algumas feitas com matéria-prima local, como barro e madeira, e outras realizadas a partir de materiais tradicionais da construção civil, como tijolos e telhas de cerâmica. Um ponto preocupante é a acessibilidade de algumas famílias a esses materiais, pois demandam custos que, muitas vezes, não possuem condições de arcar, o que compromete diretamente a manutenção e conservação da casa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Amablume/FAPESP, 2000.
- ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA, 2017.
- ANDER-EGG, E. **Técnicas de investigacion social**. México: El Ateneo, 1987.
- ANDRADE, M. C. **Paisagens e Problemas do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, M. P. **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense. Problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba**. Relatórios de pesquisa. PPGCSoc/GERUR. Mimeo. 2012.
- ARAUJO, H.F. A. **Estado/movimentos sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. Manaus: Uea Edições, 2013.
- AZEVEDO, A. **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional-Universidade de São Paulo, 1970.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BOTELHO, A. C; DINIZ, J. S. **A produção da soja em territórios tradicionais da agricultura familiar na microrregião de Chapadinha – Maranhão**. 2012. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia – MG. Disponível em: www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/999_2.pdf. Acesso em: 12 abr. 2018.
- BRASIL. Decreto Nº 9.064, de 31 de maio de 2017. **Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais**. Casa Civil. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso: 09 jan. 2018.
- BRASIL. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. **Curso a distância, trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: http://cidades.nute.ufsc.br/downloads/MCidades_bookweb.pdf. Acesso em 14 set. 2019.
- BRASIL. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. **Curso de capacitação: trabalho social em programas de habitação de interesse social/Ministério das Cidades**. 2. ed. Brasília: Ministério das Cidades/SNH; Florianópolis: NUTE/UFSC, 2014. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/media/doc/biblioteca/SNH004.pdf>. Acesso em 28 set. 2019.

BRASIL.Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. **Instrução Normativa n.º 08/2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/513297/RESPOSTA_PEDIDO_IN%208,%20de%2026.03.09.pdf. Acesso em 20 mar. 2018.

BRASIL.Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Atenção à Saúde. **Sistema de Informação de Atenção Básica - SIAB.Situação do Saneamento no Brasil**.2013. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?siab/cnv/SIABCbr.def>. Acesso: 15 jun. 2017.

BURNET, C. F. L. O Plano Mais IDH: do município à região? Globalização e planejamento no Maranhão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 7. ed, 2015, Santa Cruz. **Anais...** Santa Cruz: UNISC, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13325/2491>. Acesso 2 dez. 2019.

BURNETT, C. F. L. Política habitacional rural e moradia camponesa no Maranhão. **Arquitetura Revista**, São Leopoldo, v. 15, n. 2, p. 331-350, dez. 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2019.152.07>. Acesso em 18 fev. 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório da Gerência Regional de Habitação (GIHAB - MA): unidades MCMV contratadas e concluídas no Maranhão** (e-mail). Acesso em 13maí. 2017.

CANUTO, A.; LUZ, C. R.S.; WICHINIESKI, I. (coord.). **Conflitos no campo Brasil 2009/CPT**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO S. J.; STOLCKE, V. (org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.134-163.

CHAYANOV, A. V. **Peasant farm organization**. Manchester: The University of Wisconsin Press, 1986.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**. 3. ed. São Paulo: FAPESP/ Iluminuras, 2004.

COSTA, C. E.S. **Habitação Rural: uma proposta de racionalização pela autoconstrução**. Rio de Janeiro: Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1995.

COSTA, I. B.; MESQUITA, H. M. **Tipos de habitação rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

DIÉGUES JÚNIOR, M. **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. Analisando a experiência do habitar: algumas estratégias metodológicas. In: VILLA, S. B., ORNSTEIN, S. W. (org.). **Qualidade Ambiental na Habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

FAGUNDES, J. R.; CAMPIGOTTO, L.; ZONTA, P.; CETOLIN, S. F. Análise das Metas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Contexto Nacional. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, RS, v. 10, n. 2, p. 35-48, jul/dez. 2013.

Disponível em: https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/29/pdf_7. Acesso: 08 mar. 2017.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Portugal, Coimbra: Livraria Almedina, 1976.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, 2016. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634deficithabitacional-06-09-2016/file>. Acesso em: 04 jun. 2017.

GASPAR, R. B. Campesinato e expropriação: A expansão do agronegócio sobre terras camponesas no cerrado maranhense. In: VII JORNADA DE ALUNOS DO PPGAUFF, 2013, Niterói. **Anais... UFU/Uberlândia**, 2013. Disponível em: <https://jornadappga2013.files.wordpress.com/2013/06/gaspar-rafael-bezerra.pdf>. Acesso 19 abr. 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3.Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GORDEN, S. A. Agricultura camponesa. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 101-104.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 22 jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010: notas metodológicas**. IBGE, 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0. Acesso 25 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD). **Síntese de indicadores 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso 23 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabelas - Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, subdistritos e bairros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm. Acesso em 02 jan. 2018.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS ECARTOGRÁFICOS (IMESC). **Mais IDH/Diagnóstico Avançado: Belágua**. São Luís: IMESC, 2016. Disponível em: [http://imesc.ma.gov.br/src/upload/diagnosticoavancado/pdf%20\(7\).pdf](http://imesc.ma.gov.br/src/upload/diagnosticoavancado/pdf%20(7).pdf). Acesso 05 fev 2018.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS ECARTOGRÁFICOS (IMESC). **Plano de Ação Mais IDH: Diagnóstico Preliminar**. São Luís: IMESC, 2015. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/src/upload/diagnosticoavancado/diagpreliminar.pdf>. Acesso 05 fev. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD/Ipea/FJP; 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19153. Acesso 13 fev. 2019.

LAY, M. C. D.; REIS, A. T. L. Métodos e Técnicas para levantamento de Campo e Análise de Dados: Questões Gerais. In: WORKSHOP AVALIAÇÃO PÓSOCUPAÇÃO, 1994, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FAU-USP, ANTAC, NUTAU, 1994.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LEMONS, C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins**, Paris n. 25, 4 nov. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/10548#quotation>. Acesso ago. 2019.

MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MARANHÃO. **Estatuto da Associação Unificada dos Moradores dos Povoados Pequizeiro, Bracinho e Centro do Dico – Município de Belágua, MA**. 5 de novembro de 2007. Disponível em: <http://pesquisa.diariooficial.ma.gov.br/?d=TE20071105.pdf>. Acesso em 19 out. 2017.

MARANHÃO. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN). **Atlas do Maranhão**. São Luís: UEMA/ GEPLAN, 2002. 44p. Disponível em: <http://www.bellalex.net/arquivos/studio-idro-geologico-climatico-ed-altro.pdf>. Acesso 21 jan. 2018.

MARANHÃO. **Plano de Ações Mais IDH: Caderno de Projetos**. Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH. São Luís: Mimeo, 2015.

MARANHÃO. Secretaria de Estado das Cidades e de Desenvolvimento Urbano (SECID). **Acompanhamento de Obras do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza - Pasta Geral FUMACOP**, 2012.

MARANHÃO. Secretaria de Estado das Cidades e de Desenvolvimento urbano (SECID). **Projetos do Minha Casa Minha Vida Rural – PNHR** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por clararps@gmail.com em 28 de fevereiro de 2013.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57–67, jun. 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399#:~:text=Finalmente%2C%20para%20exemplificar%20a%20atualidade,social%20e%20territorial%20estabelecida%20nos>. Acesso 03 set. 2019.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa – um instigante desafio**. São Paulo: Editora Veras, 1999.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.

MEIRELES, M. M. **História do Maranhão**. 3.ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MESQUITA, B. A. **Análise Recente do Setor Agropecuário do Maranhão: Evolução e Situação Atual**, Mimeo, 2008.

MESQUITA, B. A. **A Transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000**. 2006. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Géographie, Aménagement et Urbanisme. Cotuttele) - UFMA-PPGPPP/PARIS 3 Sorbonne Nouvelle, 2006.

MIRANDA, A. A. B. **De arrendatários a proprietários: a sociabilidade no assentamento Brejo de São Félix**. São Luís: Edufma, 2010.

MOORE, G. T. Estudos de comportamento ambiental. In: SNYDER, J. C.; CATANESE, A. (coord.). **Introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1984.

MULLER, N. L. **Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, FFCL. (Boletim 132, Geografia, 7). 1951

NÚCLEO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA DA ARQUITETURA E URBANISMO – NUTAU. Fundação Para Pesquisa Ambiental. **Procedimentos Metodológicos para Aplicação da Avaliação Pós-Ocupação em Conjuntos Habitacionais: do Desenho Urbano à Unidade Habitacional**. São Paulo: 1999.

OLIVEIRA, R. R. Ação antrópica e resultantes sobre a estrutura e composição da Mata Atlântica na Ilha Grande, RJ. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v.53, n.82, p.33-58, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-78602002000100033. Acesso 22 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Comentário Geral nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. 1991. Disponível em: [http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/\(Symbol\)/469f4d91a9378221c12563ed0053547e?Opendocument](http://www.unhcr.ch/tbs/doc.nsf/(Symbol)/469f4d91a9378221c12563ed0053547e?Opendocument). Acesso em: 17 jan. 2020.

ORNSTEIN, S.; ROMERO, M. **Avaliação Pós-ocupação do ambiente construído**. São Paulo: Studio Nobel; EDUSP, 1992.

PINHEIRO, K. S. F. et al. Caracterização espaço-temporal da precipitação efetiva e do índice de aridez da bacia hidrográfica do Riacho Boa Hora, Urbano Santos-MA. In: XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2005, Goiânia. *Anais...* Goiânia: INPE, 2005. p. 2535-2542. Disponível em: <http://mar.tecnico.unicamp.br/rep/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.21.14.34?mirror=dpi.inpe.br/banon/2003/12.10.19.30.54&metadataarepository=ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.21.14.34.22>. Acesso 15 ago. 2018.

PLOEG, J. D. V. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 13-54. Disponível em: http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_modos_de_prod.pdf. Acesso 17 ago. 2019.

POL, E. La apropiación del espacio. In: L. Iñiguez; E. Pol (org). **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996. p.45-62.

PORRO, R. **Expansão e trajetória da pecuária na Amazônia: vales dos rios Mearim e Pindaré-Maranhão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

QUEIROZ, M. I. P. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, C. (ed.). **Camponeses brasileiros**. Coleção História social do campesinato no Brasil. 1ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1963. p. 57–72.

RAICHELIS, R.; OLIVEIRA, I. I. M.C.; PAZ, R. D. O. **Metodologia /Plano de Trabalho Social. Programa de Locação Social (PLS). Relatório Final**. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - IEE/PUCSP. São Paulo, abr./2006.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - O velho e o novo em uma discussão marxista. *Nera*, v. 8, n. 7, p. 1-21, 2005. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/07/Shanin.PDF>. Acesso em: 24 nov. 2019.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SOUZA, C.R. P. **Política de habitação rural no Maranhão: da moradia camponesa à “casa do governo”**. 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

TEPICHT, J. **Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VELHO, O. G. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, C. A. (org.). **Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas**, vol. 1. São Paulo. Unesp. 2009. p. 89-96.

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

VILLA, S. B.; ORNSTEIN, W. **Qualidade ambiental na habitação: avaliação pós ocupação**. São Paulo, SP: Oficina de textos, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002. Acesso em 11 jan. 2020.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso 21 jun. 2019.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar: realidade e perspectivas. In: TEDESCO, J. C. (ed.). **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Passo Fundo: UPF, 1998.

WOORTMANN E.F. O Saber Tradicional Camponês e Inovações In: OLIVEIRA A. U.; MARQUES M. I.M (orgs.) **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela Paz e Terra, p. 133-143, 2004.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: O campesinato como ordem moral (1988). **Anuário Antropológico**, v. 12, n. 1, p. 11-73, 26 jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389/7649>. Acesso 6 dez. 2018.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO FASE 1

Aplicação: pesquisa: “O PLANO MAIS IDH E A PRODUÇÃO HABITACIONAL Contribuições para Melhoria das Condições de Vida e Trabalho na Área Rural dos Municípios de Belágua e Cajari, Maranhão”.

Período: 11 e 12 de abril de 2016.

Objetivo: Coleta de dados sobre a relação dos moradores com o terreno e moradia; dados pessoais; informações sobre a casa de taipa/adobe; manutenção e uso do imóvel e informações sobre o PMCMM.

1. Relação dos moradores com terreno e moradia dados pessoais

- Qual o seu nome completo?
- Quem responde pela família?
- Quantos moram na sua casa?
- Qual a idade de cada um? Quantas crianças?
- Quais são as principais atividades de vocês no dia-a-dia?
- Roça – Quando?
- Pesca – Quando
- Coleta de coco – Quando?
- Escola? (Caso sim, qual o horário e o transporte).
- Algum aposentado (a)?
- Tem alguém na casa com dificuldade para se movimentar? Alguma pessoa com deficiência física?

2. Sobre a construção das casas de taipa ou de adobe

- Quem construiu a sua casa?
- Lembra em quanto tempo levou pra construir?
- Existe algum grupo no povoado que sabe construir as casas? Ou todo mundo sabe construir?
- Os vizinhos costumam se reunir para construírem as casas juntos? Caso sim, como fazem?
- Tem alguém do povoado que já construa casas há mais tempo e que sempre acompanha a construção das casas de taipa e de adobe?
- Como é feita a coleta do material pra construir a casa? Onde vocês pegam o material?
- Como costuma ser o modo de fazer as casas? (O que é feito primeiro, o que vem depois?).
- Vocês costumam fazer a casa tomando como exemplo alguma casa anterior? A casa do vizinho, ou alguma que viram na sede, ou na televisão?
- Vocês costumam fazer a casa já pensando onde podem aumenta-la depois? Caso sim, pra onde vocês costumam aumentar?

3. Sobre a manutenção do imóvel

- De quanto em quanto tempo precisam fazer a manutenção do imóvel?
- Reforçar as paredes?
- Trocar a cobertura?
- Nivelar o piso?
- O que estraga na casa mais rápido?
- Aparece muito inseto? Quais?
- Como acabam com eles?

4. Relação com o terreno

- Quais as principais atividades que você realiza no seu terreno?
- Horta (de quê?).
- Criação de animais (quais?).
- Casa de farinha? De quanto em quanto tempo usam?
- Vocês descansam no terreno? Armam rede? Reúnem-se com a família no terreno de vocês?
- Quem costuma fazer a limpeza do terreno?
- Quem costuma plantar?
- Quem costuma colher?
- Existem, além da casa, outras construções no terreno (como depósitos, casas de farinha, outra casa para alojar parentes?).

5. Uso da casa como moradia

- Você tem fogão a gás e fogão a lenha?
- No preparo da comida, quando você costuma usar o fogão a gás e quando usa o fogão a lenha?
- Na hora das refeições, a família costuma comer junto? Em que lugar da casa? Quais móveis são usados?
- Onde é feita a lavagem e secagem dos pratos? Que água vocês utilizam para fazer a limpeza?
- Vocês têm água em casa? Caso sim, de onde vem essa água?

6. Lavagem, secagem e passagem de roupa

- Quem costuma lavar as roupas?
- Onde as roupas são lavadas?
- Quantas vezes por semana vocês costumam lavar roupa?

7. Descanso

- Na hora de dormir, quantas pessoas ficam em cada quarto?
- Vocês costumam cochilar depois do almoço? Dentro de casa ou do lado de fora?
- O que vocês mais utilizam pra dormir? E quem utiliza?
- Rede
- Cama
- Sofá
- Outro

8. Lazer

- O que vocês costumam fazer pra se divertir? Quando?
- Televisão? Assistem o que?
- Jogos de mesa? (Baralho, dominó?)
- Jogos de campo? (Futebol, vôlei)
- Costumam fazer Reunião de família?
- Costumam fazer Reunião com vizinhos?
- Costumam ter festejos? Quais? E quando eles acontecem?

9. Higiene pessoal

- Onde vocês costumam tomar banho?
- Onde vocês costumam fazer as necessidades?
- De quanto em quanto tempo refazem o banheiro?
- O que fazem com a sobra de comida?
- O que fazem com resto de plásticos, metal e madeira? Com o lixo em geral (queimam, enterram?).

10. Estudo

- Quantas pessoas na família ainda estudam?
- Onde estudam?
- Que móveis usam pra estudar em casa?

11. Trabalho em casa

- Costuma produzir dentro de casa (rede de pesca, algum artesanato, comida, serviço de corte de cabelo)? O que?

12. Sobre a casa da SECID

- Como você ficou sabendo do programa de substituição das casas?
Porque você acha que foi selecionado?
 - Situação da casa
 - Pedido de político
 - Outro
- Quais os documentos que você precisou mostrar?
- Você lembra quais as obrigações que eles pedem pra que você tenha direito à casa?
- Sabe quantas casas serão feitas no Povoado?
- Conhece os outros beneficiados?
- Por que foram escolhidos?
- Você sabe que vão ter que demolir sua casa atual depois que receber a nova?
- O que você acha disso?
- Vai demolir?
- O que você pensa em fazer no lugar da casa que for demolida?
- Conhece o projeto da casa nova? Já viu como é o desenho dela?
- Sabe se ela é maior ou menor que a sua casa atual?
- Sabe quantos quartos a casa nova vai ter?
- Sabe se vai ter cozinha e banheiro?
- No projeto, o banheiro vai ser feito junto da casa. O que acha do banheiro junto com a casa? Vai usar?
- Sabe quais os materiais que vão ser usados na casa nova?
 - Paredes?
 - Piso?
 - Telhado?
 - Portas e janelas?
- Acha que vai precisar aumentar a casa?
- O que você acha que vai melhorar com a casa nova?
- O que você acha que pode ficar mais difícil com a casa nova?
- Sabe se junto com a casa, o Governo do Estado vai trazer outro tipo de benefício para seu trabalho? Para melhorar sua renda?

QUESTIONÁRIO FASE 2

Aplicação: pesquisa: “O PLANO MAIS IDH E A PRODUÇÃO HABITACIONAL Contribuições para Melhoria das Condições de Vida e Trabalho na Área Rural dos Municípios de Belágua e Cajari, Maranhão”.

Período: 8 e 9 de agosto de 2016.

Objetivo: Coleta de dados sobre as primeiras impressões dos beneficiários em relação à nova casa e questões que aconteceram durante o processo de execução do PMCMM, como acompanhamento da SECID e abrigo temporário.

Perguntas condutoras

- Nome do Beneficiário?
- O que você está achando da casa nova? É como você esperava que fosse?
- Alguém da construtora veio falar com você enquanto a casa estava sendo construída?
- Alguém da secretaria veio?
- A construtora chamou alguém do povoado para ajudar na construção?
- Onde vocês ficaram alojados enquanto a casa estava sendo construída?
- Se você pudesse mudar alguma coisa na casa nova, o que seria?
- Você vai ficar com saudade de alguma coisa da casa anterior? Do quê?
- Na sua opinião, a casa de alvenaria é melhor ou pior do que a de taipa? Porque você acha isso?
- O que a casa nova representa pra você? O que ela vai mudar na sua vida?

QUESTIONÁRIO FASE 3

Aplicação: pesquisa: “A cavalo dado não se olha os dentes”. Uma análise do programa Minha Casa, Meu Maranhão e de como o camponês se apropria da nova moradia em pequiheiro, Belágua.

Período: 12 e 13 de novembro de 2019.

Objetivo: Revisitar as casas pertencentes à amostra, atualizando dados pessoais que dizem respeito à estrutura familiar, renda, ocupação, entre outros; levantar dados que dizem respeito a nova moradia, após sua ocupação e informações acerca do acompanhamento da SECID durante a execução do PMCMM.

1. Dados da família:

- Nome e idade?
- Quantas pessoas moram na casa, idade e escolaridade de cada um?
- Natural de onde?
- Há quanto tempo vive aqui?
- E esse terreno, foi cedido pela associação? Sabe o tamanho dele?
- Ocupação do entrevistado e do cônjuge? (Pesca, roça, carteira assinada, atividades domésticas, produção de farinha)
- Como se dá a divisão do trabalho na família? Quem fica responsável pelo que?
- Se faz roça, qual o destino da produção? E quem é o responsável por ela? (Feira, consumo próprio, prefeitura)
- Se faz roça, onde fica? É dividida com alguém? (Vizinho ou parente)
- Na atividade agrícola, a terra e as ferramentas são próprias?
- A roça é a principal fonte de renda? Além dela, são realizadas outras atividades para complementar a renda? Quais? Quem faz?
- Cada membro da família tem sua renda própria? Ou se juntam numa renda só para manutenção do lar?
- Recebe algum benefício? Qual? (Aposentadoria, bolsa família, bolsa escola)
- Costuma sair do povoado? Se sim, pra que? (banco, comércio, escola, posto de saúde)
- Realizam atividades em grupo no povoado (produção, plantação, colheita)? De lazer? Religiosa? Quais?

2. Questões relacionadas a nova casa:

- Está satisfeito com a nova casa?
- Está satisfeito com o tamanho dos cômodos?
- Houve efetivação da mudança?
- Como foi entregue nova casa? Houve algum evento, entregaram algum tipo de documento, escritura da nova casa?
- “Coube tudo?” “Coube todo mundo na nova casa?”
- Como tem ocupado os cômodos? Utilizam a cozinha interna? Faz uso do banheiro?
- E os anexos na nova casa, onde estão locados e como estão sendo utilizados? Ainda utiliza a sentina, por exemplo? E o fogão de barro?
- Já fizeram alguma reforma? Manutenção? Se sim, que material usaram?

- Quando se mudou definitivamente?
- A casa melhorou a vida da família? Em que?
- O que faria de diferente na construção?
- O que ficou mais difícil com a nova casa?
- O que ficou mais fácil?
- A família cresceu? Se sim, a casa cresceu junto?
- Como que é o abastecimento de água aqui na nova casa?
- E a energia elétrica?

3. Questões relacionadas a antiga casa:

- A antiga casa foi demolida?
- Se ainda possui a casa antiga, para que usa?
- Os anexos, como sentina, casa de banho, ainda estão sendo utilizados?
- Se arrepende de ter deixado a antiga casa pela nova?

4. Perguntas para lideranças

- Houve aumento populacional após o programa? Chegou gente nova?
- Depois da implantação, algum investimento público? Algum outro projeto, algo de infraestrutura, como água, luz, pavimentação?
- Houve melhora/aumento na atividade produtiva?
- Houve alguma mudança de beneficiário durante o processo? Mais próximo a entrega, ou mesmo depois dela. Alguém “passou” a casa?
- Após a entrega, houve retorno da SECID em geral? Técnicos?
- Houve entrega de algum documento junto com a casa? Teve algum evento pra entrega? Como que fica a questão da posse?
- Como foi o desenrolar do processo desde a última ida, entrega, o acompanhamento? Teve algum problema?